

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA LEGAL

**OPORTUNIDADE E RISCO:
SUPORTE SOCIAL E FACTORES PSICOSSOCIAIS ASSOCIADOS AO
FENÓMENO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL**

CATARINA PRAL

LISBOA 2007

Dissertação de Mestrado em Psicologia Legal, apresentada ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Orientada por: Rui Aragão

Instituto Superior de Psicologia Aplicada
BIBLIOTECA

Todos os direitos reservados segundo a
Legislação em vigor

ÁGRADECIMENTOS

O projecto que de seguida apresentaremos deveu-se à união de vários esforços levada a cabo por diferentes pessoas e entidades que de diferentes formas disponibilizaram recursos materiais, logísticos, teóricos e afectivos, sem os quais este trabalho não seria possível. A todos eles MUITO OBRIGADA!

Ao Professor Rui Aragão, pelas ideias, pelo esforço em imprimir organização e carácter científico a este trabalho e pelo incentivo incutido nos momentos mais difíceis sempre revestido da sua motivação para a tarefa.

Ao Núcleo de Estatística do ISPA na pessoa da Dra. Regina Bispo, pelo apoio prestado ao nível do tratamento e análise de dados estatísticos.

Ao Instituto de Reinserção Social por possibilitar a recolha de dados junto de menores a cumprirem medidas tutelares educativas e a consulta dos respectivos dossiers individuais daqueles.

À Dra. Leonor Fechas, coordenadora da Equipa de Loures Família e Menores do Instituto de Reinserção Social, por ter desbloqueado as vias de comunicação institucional que tornaram possível a recolha de dados, bem como, por todo o apoio e incentivo manifestados ao longo deste processo.

Ao Concelho Executivo do Agrupamento de Escolas Manuel da Maia por possibilitar a recolha de dados junto dos estudantes a frequentarem aí o sistema de ensino.

Ao meu colega e amigo Rui Campos, por todo o apoio prestado relativamente aos aspectos metodológicos desta investigação, mas sobretudo pela amizade que nos tem unido desde os tempos da faculdade e que nesta fase se revelou tão importante.

À Deolinda Cunha, pela ajuda prestada na construção da base de dados que possibilitou a posterior análise estatística dos mesmos e pelo apoio incondicional que me tem oferecido desde que nos conhecemos, em termos de suporte instrumental e sobretudo emocional.

Ao Pedro, companheiro de sempre, pelo amor e por se manter ao meu lado nos momentos mais difíceis e, também, pelos reforços positivos e negativos que emitiu durante a execução deste trabalho no sentido de me “empurrar” para a sua conclusão.

À Francisca e à Beatriz, nascidas durante este projecto, minhas filhas adoradas, por serem como são e por terem abdicado da presença materna em alguns momentos durante a execução deste trabalho.

Aos meus sogros Luís e Alice, por serem incansáveis, por estarem sempre disponíveis para me substituírem nas tarefas parentais quando necessitei e, sobretudo, pela forma incondicional e carinhosa como o fazem, sem a sua ajuda preciosa este projecto nunca teria chegado a bom termo.

A toda a minha família nuclear e alargada, por estarem comigo em todos os momentos importantes da minha vida.

A todos os meus amigos, que sabem quem são, junto dos quais encontro sempre um “porto de abrigo”, por partilharem comigo os bons e maus momentos vividos durante este período, por me apoiarem e incentivarem, contribuindo de forma decisiva para o meu equilíbrio.

À Dilar por existir na minha vida, dando um sentido especial e único à palavra amizade, catalizador do que de melhor existe dentro de mim.

À Fátima, companheira lado-a-lado de tantas batalhas e também desta, pela cumplicidade com que partilhámos este momento de aprendizagem e por se ter disponibilizado a rever esse trabalho integralmente.

Finalizo agradecendo a todos os adolescentes que participaram no presente estudo, pela sua disponibilidade e paciência, pela oportunidade de crescimento e aprendizagem que me proporcionaram, sem a sua colaboração este trabalho não seria possível!

Em Memória dos meus Pais

RESUMO

O presente trabalho procura Identificar as variáveis familiares e ambientais associadas ao fenómeno da delinquência juvenil.

Nesta investigação participaram 132 sujeitos, 60 do sexo feminino e 72 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 13 e os 19 anos de idade. Desta amostra, 42 sujeitos eram adolescentes delinquentes, a cumprirem Medidas Tutelares de Acompanhamento Educativo ou de Internamento em Centro Educativo e 90 eram não delinquentes.

No presente estudo foram utilizados três instrumentos de medida psicológica: Escala Instrumental e Expressiva de Suporte Social (Lin, 1986; Versão Portuguesa de R.Paixão& R. Oliveira, 1996); Escala de Risco Suicidário de J. Stork (Stork, 1977); Questionário Psicossocial (Matos, 1991).

Os instrumentos forma aplicados a ambas as sub-amostras de sujeitos, tendo-se procedido à comparação de resultados:

Verificou-se a existência de diferenças significativas entre as duas sub-amostras em estudo ($t(130)=3,781$; $p< 0,05$), na pontuação total obtida na escala de Risco Suicidário de Stork, obtendo o grupo de adolescentes delinquentes uma média de 68,95, o que corresponde ao estágio intermédio ou duvidoso estabelecido pelo escalão de risco desta escala e o grupo de adolescentes não delinquentes uma média de 52,17, o que corresponde ao escalão de risco-estado normal.

Os adolescentes não delinquentes têm mais apoio emocional que os adolescentes delinquentes ($t(130)=-3,065$; $p<0.05$), verificando-se também uma correlação significativa entre as variáveis suporte social emocional e risco ($r=-0,337$, $p=0,029$).

No que respeita aos factores psicossociais também se verificaram diferenças entre os dois grupos em estudo, nomeadamente relativamente aos Factores de Instabilidade (Fi) ($\chi^2=9,595$, $df=1$, $p=0.0002$); pai ou mãe falecidos ou a viver no estrangeiro (Pfe) (χ^2

=4,470, $df=1$, $p=0.0034$); Fratria Numerosa (Fn) ($\chi^2=15,986$, $df=1$, $p=0.0001$); Sistema Relacional Agressivo (Sra) ($\chi^2=12,307$, $df=1$, $p=0.0001$); Vertente Agida (Va) ($\chi^2=97,835$, $df=1$, $p=0.0001$) e Insucessos Escolares (Ie) ($\chi^2=46,816$, $df=1$, $p=0.0001$).

Através do resumo da análise discriminante passo-a-passo, verificou-se que as variáveis que discriminaram significativamente o grupo de adolescentes delinquentes do grupo de não delinquentes por ordem de importância foram: vertente agida; insucesso escolar; factores de instabilidade; suporte social-factor prático; suporte social-total, apresentando um Lambda de Wilks de 0,235 ($\chi(5)^2=129,430$, $p<0,001$).

O presente estudo, tal como as abordagens psicológicas e as abordagens sociológicas sobre a delinquência juvenil, pretende confirmar a correlação entre o funcionamento da matriz familiar e o envolvimento psicossocial do indivíduo com o aparecimento de comportamentos desviantes durante a adolescência.

Neste contexto, o estudo do problema parece não estar esgotado, pelo que, cada vez mais, se justifica a investigação nesta área.

Palavras Chave: Delinquência Juvenil; Risco; Suporte Social; Factores Psicossociais.

ABSTRACT

The present work aims to identify the family and environmental variables associated with juvenile delinquency.

To accomplish the research that led to the present work, 132 individuals were assessed: 60 females, 72 males, age ranging between 13 and 19 years. The sample evaluated consisted of 42 teenagers, who were either subjected to a tribunal-imposed program of educational therapy or interned in a youth correctional facility. The remaining 92 subjects were non-delinquents.

The present study applied to the following psychological assessment instruments: Instrumental and Expressive Scale of the Social Support (Lin, 1986; R. Paixão & Rui Oliveira, Portuguese version, 1996); Stork Suicide Risk Scale (Stork, 1977); Psychosocial Questionnaire (Matos, 1991).

Both sub-samples (non-delinquents and delinquents) were assessed using all three instruments followed by a comparative evaluation of the results:

It was possible to identify significant differences between the sub-samples in study ($t(130)=3,781$; $p < 0,05$) with regard to the Stork Suicide Risk Scale total scoring; the juvenile delinquent group achieved an average of 68,95, which corresponds to the "Normalcy Doubtful" level or area. The non-delinquents group scored an average of 52,17, which assigned them to the level "Normalcy".

This last group, juveniles non-delinquents, revealed an emotional support more effective and significant than the one from the delinquent group ($t(130)= -3,065$; $p < 0,05$), with considerable correlation between the social emotional support and the risk ($r=-0,337$, $p = 0,029$).

In addition, regarding psychosocial factors, differences related to the Instability Factors (Fi) ($\chi^2=9,595$, $df=1$, $p=0.0002$) were also identified between the two groups; one or both of the progenitors deceased or living abroad (Pfe) ($\chi^2=4,470$, $df=1$, $p=0.0034$);

Numerous Family (Fn) ($\chi^2=15,986$, $df=1$, $p=0.0001$); *Aggressive Relational System* (Sra) ($\chi^2=12,307$, $df=1$, $p=0.0001$) ; Acting-out (Va)($\chi^2=97,835$, $df=1$, $p=0.0001$) and School Failure (Ie) ($\chi^2=46,816$, $df=1$, $p=0.0001$).

The evaluation of the results from the *Stepwise Forward Analysis* provides evidence that the significant variables which discriminate the juvenile delinquent group from the non-delinquent(ranked by importance) are: Acting-out; School Failure; Instability Factors; Social Support – Practical Factor; Social Support – Total, revealing a Wilks' Lambda of 0,235 ($c(5)^2=129,430$, $p<0,001$).

The present study, together with the psychological and sociological approaches on juvenile delinquency, stresses the correlation between the family structure and the psychosocial pattern of the individuals with the development of deviant behaviors through adolescence.

In the present context the study of the juvenile delinquency is far from complete, justifying further research on the subject.

Key Words: Juvenile delinquency; Risk; Social Support; Psychosocial factors.

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	8
<i>Parte Teórica</i>	11
A ADOLESCÊNCIA	11
Adolescência e seu Desenvolvimento	11
Os Processos Mentais no Adolescente	13
Contextos em que Decorre a Adolescência	16
O Adolescente e a Família.....	16
Escolaridade	17
Os Pares.....	17
Adolescência e Risco	18
DELINQUÊNCIA JUVENIL	20
Definições e Tipologias.....	23
Tipologias Baseadas no Funcionamento Psicológico.....	24
Tipologia Associada aos Ganhos Secundários	25
Tipologia de Continuidade	26
Tipologia de Carreira.....	26
Modelos da Compreensão da Delinquência	27
Abordagens Psicológicas.....	28
Abordagens Sociológicas	30
Indicadores: Factores de Risco e Factores de Protecção	32
Factores Individuais.....	33
Factores Familiares.....	35
Factores Relativos aos Pares.....	39
Factores Escolares e Comunitários.....	40
Suporte Social	40
Conceptualização do Suporte Social	40
Suporte Social e Delinquência Juvenil	45
A INTERVENÇÃO JUNTO DE MENORES DELINQUENTES	47
Direito Internacional	47
Objectivos, Princípios e Garantias Fundamentais na Justiça de Menores	48
Direito Português: A Lei Tutelar Educativa	51
Princípios da Lei Tutelar Educativa	52
A Necessidade de Educação para o Direito: Definição e Operacionalização	53
Enquadramento Institucional do Instituto de Reinserção Social	54
Antecedentes Históricos	54
Criação e Regulamentação	55
Evolução da Instituição	56
Áreas de Intervenção	57
Estrutura e Funcionamento da Instituição	60
<i>Parte Empírica</i>	63
CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO E OBJECTIVOS	63
Delineamento do Problema	63
Objectivos	64
METODOLOGIA	66
Variáveis em Estudo e sua Operacionalização	67
Caracterização da Amostra.....	68
Caracterização da Sub-amostra de Adolescentes não Delinquentes.....	69

Caracterização da Sub-amostra de Adolescentes Delinquentes.....	70
Comparação entre Sub-amostras Relativamente às Variáveis Sócio-demográficas	73
Instrumentos	74
Escala de Risco Suicidário de J. Stork.....	74
Questionário Psicossocial	76
Escala Instrumental e Expressiva de Suporte Social	78
Procedimento.....	79
RESULTADOS	81
Risco.....	82
Suporte Social	82
Suporte Social e Risco.....	83
Factores Psicossociais	83
Análise Discriminante	84
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E NOVAS PISTAS DE TRABALHO	87
Características Sócio-demográficas.....	87
Risco.....	89
Suporte social.....	89
Factores Psicossociais	90
Análise Discriminante	92
CONCLUSÃO	94
<i>Bibliografia</i>	90
ANEXOS	

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1	DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS DA AMOSTRA TOTAL PELA VARIÁVEL SEXO	68
QUADRO 2	DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA AMOSTRA TOTAL	68
QUADRO 3	DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS DA AMOSTRA TOTAL PELA VARIÁVEL ESCOLARIDADE	69
QUADRO 4	DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS DA AMOSTRA DE ADOLESCENTES NÃO DELINQUENTES PELA VARIÁVEL SEXO	69
QUADRO 5	DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA NA SUB-AMOSTRA DE ADOLESCENTES NÃO DELINQUENTES	70
QUADRO 6	DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS DA AMOSTRA DE ADOLESCENTES NÃO DELINQUENTES PELA VARIÁVEL ESCOLARIDADE	70
QUADRO 7	DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS DA SUB-AMOSTRA DE ADOLESCENTES DELINQUENTES PELAS MEDIDAS TUTELARES EDUCATIVAS	71
QUADRO 8	DISTRIBUIÇÃO DOS ADOLESCENTES DA SUB-AMOSTRA DE ADOLESCENTES DELINQUENTES A CUMPRIREM MEDIDA DE INTERNAMENTO EM CENTRO EDUCATIVO PELOS VÁRIOS REGIMES	71
QUADRO 9	DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS DA SUB-AMOSTRA DE MENORES DELINQUENTES PELA VARIÁVEL SEXO	72
QUADRO 10	DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA NOS MENORES DELINQUENTES	72
QUADRO 11	DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS DA SUB-AMOSTRA DE ADOLESCENTES DELINQUENTES PELA VARIÁVEL ESCOLARIDADE	72
QUADRO 12	variáveis sócio-demográficas QUE CARACTERIZAM as sub-amostras de ADOLESCENTES não delinquentes e ADOLESCENTES delinquentes e comparação entre grupos (Médias, DESVIO-PADRÃO OU frequências E PERCENTAGENS DOS NÍVEIS DAS VARIÁVEIS)	73
QUADRO 13	COMPARAÇÃO ENTRE A ADAPTAÇÃO PORTUGUESA DA ESCALA DE RISCO SUICIDÁRIO E A AFERIÇÃO DE STORK	75
QUADRO 14	NÍVEIS DE RISCO EM FUNÇÃO DA PONTUAÇÃO	75
QUADRO 15	RESUMO DA ANÁLISE DESCRIMINANTE PASSO-A-PASSO	85
QUADRO 16	MATRIZ ESTRUTURAL DAS VARIÁVEIS DO MODELO	86
TABELA 1	RESULTADOS (MÉDIAS E DESVIOS-PADRÃO E, NO CASO DOS FACTORES PSICOSSOCIAIS, OS RESULTADOS ABSOLUTOS E AS PERCENTAGENS) OBTIDOS PELA AMOSTRA TOTAL DE ADOLESCENTES E PELAS SUB-AMOSTRAS DE DELINQUENTES E NÃO DELINQUENTES NOS QUESTIONÁRIOS	81

INTRODUÇÃO

O problema da delinquência juvenil assume nos dias de hoje dimensões preocupantes, verificando-se um aumento nos últimos anos das taxas de criminalidade entre as camadas mais jovens da população, revestindo-se os delitos de uma precocidade, intensidade e persistência cada vez mais acentuadas.

Intervir junto de menores delinquentes constitui uma tarefa exigente, quer no que se refere à compreensão da conduta delinvente, quer no que respeita à intervenção junto destes jovens. A intersecção entre o Sistema de Justiça de Menores e as Ciências Sociais e Humanas impõe desafios que implicam uma constante reflexão por parte dos técnicos envolvidos nesta problemática, onde se destaca a importância da interdisciplinaridade e a articulação dos diversos ramos do saber.

Vários autores têm investigado na área da Psicologia Legal, com vista a responder a questões como: “O **Porquê** do comportamento delituoso”; “O **que** é que está por detrás da delinquência” e “**Quem** a protagoniza”.

Na tentativa de encontrar tais respostas, a revisão bibliográfica revela-nos conceitos como: agressividade, destrutividade, mudança, crise, adolescência, desafio, desafio de regras e limites, reivindicação social, violência, identidade, fraqueza do controlo familiar, vinculação, parentalidade, suporte social, factores psicossociais, recurso ao acto, desenvolvimento, etc...

Encontrados os conceitos, resta-nos a difícil tarefa de pensar/repensar o que fazer com estes jovens, no sentido de compreender, prevenir e actuar no antes durante e depois do evento da delinquência juvenil.

No trabalho efectuado junto de menores delinquentes, deparamo-nos com falhas e lacunas devastadoras em termos do seu processo de desenvolvimento, nomeadamente perdas e separações precoces das figuras parentais, violência familiar, pobreza de trocas afectivas, quadros educacionais inconsistentes, entre outras. Assim, pudemos ponderar a influência

destas falhas no percurso desviante durante a adolescência, fase predisponente ao recurso ao acto, pelas suas características e pelos processos de mudança que implica.

É com base nestas questões que surge o presente trabalho, que apresentaremos de seguida, onde numa primeira fase reflectiremos sobre as questões teóricas associadas à problemática da delinquência juvenil, para depois procedermos à descrição da investigação efectuada, onde nos propusemos a estabelecer a compreensão do fenómeno delinquencial à luz da perspectiva psicodinâmica.

Na primeira parte, abordaremos as questões da adolescência, no que se refere ao seu desenvolvimento, processos mentais, contextos em que decorre e os riscos inerentes a esta fase de desenvolvimento, depois procederemos à conceptualização da delinquência juvenil, que incidirá sobre as definições e tipologias que a integram, os modelos compreensivos do fenómeno em estudo e o papel do suporte social face ao mesmo. Por fim, caracterizaremos a intervenção de menores delinquentes em Portugal, onde nos debruçaremos sobre os aspectos jurídicos nacionais e transnacionais, terminando com o enquadramento institucional do Instituto de Reinserção Social.¹

Começaremos por abordar as questões da adolescência, procurando descrever as fases e tarefas que caracterizam este período da vida humana, depois debruçar-nos-emos sobre os processos mentais no adolescente, nomeadamente no que se refere à organização dos instintos, pulsões e mecanismos de defesa. No final deste capítulo lançaremos um olhar sobre as fragilidades associadas a esta fase de desenvolvimento-risco, particularmente no que se refere ao recurso ao acto.

Relativamente à delinquência juvenil, tema central deste trabalho, optámos por procurar enumerar e descrever algumas das definições e tipologias acerca do fenómeno em estudo como sejam as tipologias baseadas no funcionamento psicológico e as associadas aos ganhos secundários, a tipologia de continuidade e a tipologia de carreira. Depois passaremos às abordagens psicológicas e sociológicas sobre a delinquência, para procedermos de seguida a uma reflexão sobre os factores de protecção e risco de natureza individual, familiar, relativos aos pares, escolares e comunitários. Finalizaremos este

¹ Entidade Portuguesa responsável pelo diagnóstico, intervenção e acompanhamento de medidas tutelares educativas junto de menores delinquentes.

capítulo com uma análise do suporte social face à delinquência juvenil, através da sua conceptualização e papel relativamente às trajectórias desviantes.

A intervenção junto de menores delinquentes, encerrará a primeira parte deste documento, incidindo sobre os objectivos, princípios e garantias fundamentais na justiça de menores no quadro internacional, sendo depois abordada a legislação nacional sobre a matéria, procedendo-se a uma breve reflexão sobre a lei tutelar educativa actualmente em vigor. O enquadramento institucional do Instituto de Reinserção Social no que respeita aos seus antecedentes históricos, criação e regulamentação, evolução, áreas de intervenção e estrutura e funcionamento, complementará este capítulo dedicado às questões legais associadas à delinquência juvenil.

Na segunda parte deste trabalho procederemos numa primeira fase à caracterização do estudo, através do delineamento do problema e definição dos objectivos, sendo de seguida apresentados os aspectos metodológicos adoptados, onde serão apresentadas as variáveis em estudo, caracterização da amostra e descrição dos instrumentos utilizados e procedimentos adoptados. Depois apresentam-se os resultados obtidos face aos objectivos previamente delineados e respectiva descrição dos procedimentos estatísticos adoptados. No final serão discutidos os resultados e apresentadas as respectivas conclusões, procurando-se apresentar pistas de trabalho futuras.

PARTE TEÓRICA

A ADOLESCÊNCIA

“A criança apaga-se, o adulto nasce... Mais que uma morte, a adolescência é uma transformação. Um horizonte novo desenha-se lentamente, por vezes como uma manhã cheia de bruma que acaba por iluminar-se. É uma descoberta...”

Jacob (1994)

Esta descoberta porém não ocorre de forma linear exprimindo-se de diferentes formas consoante os contextos geográficos, culturais e sociais em que ocorre, implicando muitas vezes uma fase de crise, associada a uma maior vulnerabilidade emocional e reactividade, em cujos comportamentos oposicionistas assumem frequentemente preponderância.

“Outro aspecto da adolescência é a relação *corpo-mente*: os jovens encontram-se ao nível do *primado do agir*, verificando-se um desequilíbrio para o lado da componente física em detrimento da componente mental. (...)” (Soares, 2004: 111).

ADOLESCÊNCIA E SEU DESENVOLVIMENTO

Numerosos autores descrevem a adolescência como um período de “crise” dadas as alterações sociais, familiares, afectivas e psicológicas que a caracterizam, nomeadamente o aumento pulsional, as modificações corporais, o luto das imagos infantis, a busca de novos modelos de identificação, bem como a inserção em grupos de pares.

Ao adolescente cabem “tarefas complicadas”. É esperado que se torne autónomo e independente, ao mesmo tempo que se forma uma identidade própria, aspectos que resultam da recente aquisição da maturidade sexual, de onde, apesar de controversa, a aplicação do termo – “crise”.

Freud (1920), na sua obra “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”, dá ênfase ao impulso sexual, atribuindo à adolescência a descoberta do objecto sexual, sendo “(...) dado

agora um novo fim sexual, na realização do qual todos os impulsos parciais cooperam, enquanto as zonas erógenas se subordinam ao primado da zona genital”.

Conforme é referido por Braconnier e Marcelli (2000), “(...) no seguimento de Freud, psicanalistas célebres como Melanie Klein, Anna Freud, D.W. Winnicott, entre outros, verão nestas modificações fisiológicas a fonte de perturbações no equilíbrio psíquico do adolescente” (Braconnier e Marcelli, 2000: 61). Os autores distinguem ainda várias fases no processo psicológico característico dos adolescentes “normais”:

- instalação da adolescência, caracterizada pelas alterações corporais e consequente aumento da força pulsional;
- primeira adolescência, onde ocorre a busca do outro eu, materializada na relação com o amigo ideal;
- adolescência estabelecida, fase da procura de uma relação sexual e seus equivalentes;
- fim da adolescência, correspondente à consolidação da representação de si próprio;
- pós-adolescência, também defendida pelos sociólogos, coincidente com a entrada na idade adulta e suas implicações

A par com as tarefas psicológicas da adolescência, surge a autonomia na vida real, existindo hoje uma tendência a prolongar cada vez mais o processo de dependência económica dos filhos relativamente aos pais e encorajar menos os processos de autonomia e independência psicológicas, condições fundamentais à emergência de um adulto equilibrado.

Vários autores teorizam sobre estes aspectos da autonomia e de formação da identidade (Garcia Preto, 1989; Amaral Dias, 1991; Erikson, 1968; Dias Cordeiro, 1988). Para Garcia Preto (1989), a autonomia na adolescência corresponde ao “processo de se tornar gradualmente responsável, pelo seu processo de tomada de decisão, e ainda sentir a segurança paterna” (Preto, 1989: 257).

Por outro lado, Amaral Dias (1991) refere que o adolescente vive uma transição entre uma estrutura relacional muito sincronizada com o ambiente, e “um estado estrutural, caracterizado por um diacronia relacional, marcando a individualização do Self adulto” (Dias, 1991: 54).

Na adolescência há um desinvestimento na libido do objecto perdido, uma “liquidação” das imagens parentais, toda uma *revê* de lutos “obrigatórios”, bem como o desinvestir dos laços de dependência narcísica “que outrora tinha unido a criança aos seus pais” (Dias, 1991: 54).

Também Marks () atribui grande importância a três tarefas na adolescência que em conjunto contribuem para o estabelecimento de uma identidade adulta: “estabelecer independência dos pais e familiares, sentir-se bem com o seu papel sexual e a sua sexualidade e estabelecer um plano para se tornar um membro com contributo para a sociedade” (Marks:85).

O adolescente aborda estas tarefas em casa com a família, na escola ou com os amigos. Dias Cordeiro (1988), refere que a adolescência se caracteriza fundamentalmente por dois processos psicológicos, “o luto das imagos parentais” e “a escolha de um objecto heterossexual estável”.

Segundo Winnicott (1984), a resolução da adolescência “reside” na maturação, da qual resulta a emergência da pessoa adulta. A forma de lidar com as modificações subjacentes a esta fase resultaria das estratégias desenvolvidas durante a infância em lidar com objectos externos, nomeadamente a capacidade de estabelecer relações triangulares durante o Complexo de Édipo.

OS PROCESSOS MENTAIS NO ADOLESCENTE

Conforme já foi referido as transformações físicas assumem forte preponderância no desenvolvimento da adolescência, sendo aquelas acompanhadas por reacções fisiológicas, psicológicas e sociais. O aparecimento da menarca nas raparigas e das primeiras ejaculações no rapaz, bem como a masturbação em ambos os sexos, abrem caminho para a primeira experiência sexual. A par com a excitação sexual, expressa-se, embora com

menor intensidade, o instinto agressivo. O despertar destas pulsões, implicam uma série de sentimentos e comportamentos no adolescente que vão interferir de forma mais ou menos visível na sua relação com os outros. Assim, a organização psíquica dos instintos é muitas vezes representada na relação que o sujeito estabelece com o seu corpo, funcionando este último como um instrumento de controlo e de referência face ao meio envolvente.

Brannier e Marcelli (2000), a propósito da dúvida adolescente acerca da ligação entre o “Eu” e o seu corpo e entre o “Eu” e o “outro”, propõe a distinção entre os processos “pubertário” e “adolescens”. O pubertário é teorizado através de um processo que dá conta da pressão exercida pelo real biológico da puberdade sobre as três instâncias psíquicas (Ego, Superego, *Id*). Esta pressão vem chocar com a barreira do incesto legada pela elaboração do desenvolvimento edipiano. O processo *adolescens*, “situa-se do lado do Ideal, da inibição das pulsões quanto à sua finalidade, da dessexualização” (Braconnier e Marcelli, 2000).

Como forma de se proteger das perturbações decorrentes das mudanças a que se encontra exposto e de lidar com as pulsões supramencionadas, o adolescente adopta mecanismos de defesa comuns aos vários escalões etários, como sejam o recalçamento, o deslocamento e o isolamento, adoptando, por se turno outros específicos da adolescência.

Assim, no que respeita às pulsões sexuais e agressivas, Braconnier e Marcelli (2000) referem as seguintes na sua obra:

- Intelectualização, cujo recurso ao pensamento permite ao sujeito melhor controlar as pulsões;
- Ascetismo, que permite o controlo corporal, bem como, as sensações agradáveis a este associadas;
- Acção, como forma de evitamento da tomada de consciência dos conflitos internos e sofrimento àqueles associado;
- Clivagem, retomada nesta fase, caracterizando-se pela passagem bipolar rápida e intempestiva entre estados opostos.

O sofrimento desencadeado pelas rupturas com o mundo infantil despoleta igualmente um forte sistema defensivo do qual se destacam as seguintes manifestações defensivas citadas por Braconnier e Marcelli (2000): o retraimento da libido no Eu, transformador do amor pelas imagens paternas num interesse por si próprio e a regressão a comportamentos típicos da primeira infância, sendo frequente o desinvestimento corporal em termos de higiene e vestuário.

O sistema defensivo, essencial à sobrevivência humana, adquire na adolescência uma importância particular, permitindo ao indivíduo manter a coesão interna sem se desestruturar, numa fase de mudança e reestruturação por si propícia à desorganização. O tipo de mecanismos de defesa utilizados e a forma como utiliza estes recursos internos, poderão ser determinantes na forma com o indivíduo se relaciona com o meio envolvente e com o seu desenvolvimento futuro.

A forma como os adolescentes se vêem a si e aos outros e vivem esta fase de maturação, permite, segundo Braconnier e Marcelli (2000), diferenciá-los em 3 grupos:

- Grupo de crescimento contínuo, caracterizando-se estes jovens por serem detentores de bons níveis de auto-estima, não manifestando ansiedades, nem períodos depressivos ou conflitos exagerados face ao meio envolvente;
- Grupo de crescimento por ondas, em cujos mecanismos de defesa supracitados tendem a rigidificar-se quando colocados em situações geradoras de tensão emocional, registando fracos níveis de auto-estima, com propensão para a depressão;
- Grupo de crescimento tumultuoso, os elementos constituintes registam níveis de ansiedade e depressão elevados, sendo dominados pela falta de auto-estima, tendendo a adoptar uma postura conflituosa, registando problemas comportamentais e familiares.

CONTEXTOS EM QUE DECORRE A ADOLESCÊNCIA

O Adolescente e a Família

O luto das imagens parentais interiorizadas durante a infância, é gerador de agressividade contra os pais durante a adolescência, provocando uma transformação repentina das relações, passando o conforto e segurança sentidos pela criança com a presença das figuras parentais, para se tornar fonte de tensão e conflito na adolescência.

Esta reorganização do relacionamento pais-filho irá posteriormente implicar uma separação, permitindo ao adolescente tornar-se progressivamente num sujeito diferenciado. Assim, e paradoxalmente, cabem aos progenitores e ao adolescente a dupla tarefa de autonomização e de identificação, responsáveis pelos conhecidos problemas de comunicação entre pais e filhos.

Neste contexto o papel dos pais na vida dos filhos adolescentes passa por um lado por os proteger e conter, na medida em que aqueles não têm uma clara consciência dos seus limites e, por outro lado, darem-lhes espaço para que possam experimentar novas vivências, funcionando assim como um “porto de abrigo”. Nesta dupla tarefa de identificação e diferenciação, o diálogo continua a constituir o instrumento mais eficaz na relação.

Relativamente aos restantes familiares da vida do adolescente, aqueles podem ter uma função apaziguadora na tensão que caracteriza as relações pais-filhos nesta fase. Os avós, enquanto representantes da terceira geração, proporcionam um sentido à história familiar, promovendo algum afastamento das interações actuais pela caracterização que podem fornecer acerca dos pais enquanto adolescentes.

Os familiares colaterais, tios e tias, permitem ao adolescente o estabelecimento de relações moduladas com vários membros da família, constituindo-se como figuras de deslocamento relativamente às imagens parentais.

Na fratria o jovem pode encontrar igualmente figuras de deslocamento relativamente às imagens parentais, sendo também frequentes as alterações nas interações fraternas

durante esta fase que traduzem a necessidade de separação daqueles e a procura de identificação na história familiar.

Escolaridade

A escola constitui o espaço por excelência para o estabelecimento de relações com pares, fornecendo também modelos adultos de referência, privilegiando a interiorização de normas e valores, pela exposição a regras e limites estruturantes. A escolaridade detém um papel central no desenvolvimento das competências pessoais e sociais do adolescente pelo sentido de responsabilidade que vai progressivamente inculcando ao jovem.

A par das tarefas escolares, o adolescente continua a protagonizar vários papéis nas restantes áreas da sua vida que se influenciam mutuamente, encontrando-se por isso o desempenho escolar limitado por factores afectivos, cognitivos e familiares. As dificuldades escolares duradouras (duração superior a 3 meses), que se organizam num sistema estável sob a forma de desinvestimento escolar, podem mesmo culminar com a ruptura com o sistema de ensino, devido às seguintes causas:

- Investimento em outras actividades distractivas face à escolaridade, nomeadamente uma relação amorosa ou integração num novo grupo de pares;
- Dificuldades de investimento face às matérias escolares decorrentes de uma inadaptação às exigências de abstracção requeridas por aquelas;
- Existência de problemas afectivos que bloqueiam a aprendizagem.

Os Pares

O relacionamento com os pares ocupa uma posição de destaque na vida adolescente, constituindo um referencial importante, em detrimento da família, da qual, conforme já vimos tende a afastar-se nesta fase.

A integração em um ou mais grupos de pares permite ao jovem construir a sua rede social, onde encontra cumplicidade e identificação, predisponentes ao seu processo de autonomização e sociabilização.

ADOLESCÊNCIA E RISCO

A adolescência enquanto processo maturativo de busca da identidade implica uma maior vulnerabilidade emocional e uma maior reactividade relativamente à autoridade e à imposição de limites, surgindo os comportamentos oposicionistas típicos desta fase como forma dos adolescentes marcarem a sua identidade. Por outro lado, a relação corpo-mente surge no adolescente de forma algo desequilibrada pendendo mais para a componente física do que para a mental.

Segundo Greenacre (1971), há sujeitos que têm um predisposição para o *acting-out*, apresentando estes a seu ver três factores: importância dada ao visual; crença na magia da acção –um acto pode transformar a realidade (animismo infantil); distorção na relação entre acção e discurso/pensamento.

Na sequência dos trabalhos de Greenacre (1971), Peter Blos (1985) usa a noção de *actin-out* como tentativa de definição da adolescência. O recurso ao acto desloca o problema, que passa a situar-se nas questões do narcisismo e da patologia narcísica, em lugar de se situar na questão do Édipo e da Neurose. A função do *acting-out* deixa de ser uma resistência a recordar-se, passando a ser uma forma de negação pela acção, com aspectos negativos e positivos, servindo para negar a dependência em relação à realidade, como nos comportamentos de risco, ou ainda para resistir à tentação regressiva da passividade, possibilitando ainda a restituição identitária. O *acting-out* seria uma forma de negar a impotência, passando à actividade. Blos (1985) inova quando fala de *acting-out* como negação do outro, levando à sua destruição.

Blos (1985), sobrepõe assim o *actin-out* e a adolescência. Sendo esta última concebida como um processo onde se dá a regulação de uma crise através do evitamento da passividade com recurso à para-excitação. Constituinte este um espaço intermediário; é algo de criativo.

Coimbra de Matos (2002), considera que “o medo, a raiva e a tristeza, gerados pelas condições adversas, desencadeiam mecanismos de defesa e de adaptação, que, pela sua persistência, deformam a personalidade e o modo de relação, produzindo sintomas e sinais de mal estar interno e externo (medo/raiva/dor-defesa e adaptação-doença e seus sintomas)” (Coimbra de Matos, 2002: 299). A incapacidade para fazer face aos factores adversos e a escassez ou falha dos mecanismos de defesa do indivíduo, poderão colocá-lo em risco relativamente à ansiedade e depressão e levá-lo ao adoecer psíquico na adolescência.

Na adolescência as pressões provocadas pelo ideal do Eu, poderão fragilizá-lo, ocasionando sentimentos de menos valia e vergonha, potenciadores da regressão a estados libidinais mais arcaicos da relação objectal, potenciadoras da pulsão agressiva. Quando a tensão agressiva é projectada no corpo, emerge o *acting-in* e a patologia psicossomática, quando a tensão agressiva é dirigida para o meio envolvente, deparamo-nos com o *acting-out*, associado ao comportamento delinvente, sobre o qual nos iremos debruçar no capítulo seguinte.

DELINQUÊNCIA JUVENIL

As mudanças que “recheiam” a adolescência, constituem o cenário ideal para a ocorrência de comportamentos desviantes, como uma das estratégias possíveis de lidar com os conflitos típicos deste período.

Quando falamos em comportamentos desviantes, referimo-nos à dinâmica do agir transgressivo, que inclui o comportamento anti-social e delinquente. O primeiro implica actos que envolvem a transgressão de normas ou leis, mas que não têm necessariamente que ser ilegais, ao contrário do que acontece com o segundo associado a actos que envolvem sanção penal.

Winnicott (1984) foi um dos teóricos mais importantes nesta área quando definiu, em 1956, a tendência anti-social, diferenciando-a da defesa anti-social, na qual os benefícios secundários são procurados em si mesmos. A tendência anti-social seria, na perspectiva do autor, seria um protesto dirigido contra os obstáculos do desenvolvimento, o que obriga o meio a reagir, devendo ser concebida no contexto de desmame afectivo. Nesta base, teve que existir uma boa experiência, que é sentida como tendo sido perdida, logo, a criança torna-se capaz de perceber que a causa do seu mal-estar está numa falha do ambiente. Estamos, portanto, no campo da separação e da perda do objecto.

A tendência anti-social gira à volta da questão de como recuperar o que se perdeu – a criança procura aquilo que sente que tem direito, a restauração do continente protector. Assim, a criança procura a mãe, bem como aquilo que a pode proteger, ou seja, o pai. Desta procura (do pai), visa não só proteger a mãe, mas também a si própria e da sua destrutibilidade interna. Neste contexto, a delinquência surge como um sinal de esperança.

Winnicott (1984) defende que a criança, quando furta, não tira prazer da posse da coisa, mas do acto de furtar em si mesmo, sendo a repetição do acto fonte de excitação. A criança engana o ambiente, iludindo-se a si mesma (o que nos leva às personalidades *as if* e em *false self*), dada a sua incapacidade para situar o sentimento de privação no mundo interno. Desta forma, a tendência anti-social é uma tentativa por parte da criança para encontrar uma solução para o seu problema.

Da tendência anti-social, pode passar-se para a defesa anti-social. Os primeiros indícios são o comportamento ditatorial, a avidez ou inibição do apetite. A avidez, enquanto compulsão para procurar, através da comida, curar-se da perda da mãe, a qual conduziu à privação, é o precursor do furto. A incontinência, a tendência para destruir, a compulsão para fazer compras, a vagabundagem, a errância, são equivalentes do roubo (Winnicot, 1984).

Em Winnicot (1984), o roubo era um paradigma para a compreensão da delinquência juvenil, sendo sintoma de partida para a reflexão sobre deprivação. No bando, o adolescente vai encontrar uma consistência referenciada no grupo, constituindo-se esta como um elemento de suporte.

Assim, é preciso intervir junto das crianças antes que os benefícios secundários se instalem. De facto, o impulso que as leva a roubar dá-lhes o sentimento de entrarem na loucura, provocando um pânico psíquico que é rapidamente defendido através da valorização dos benefícios secundários (não roubo porque tenho um sentimento de privação, mas porque realmente desejo ter este ou aquele objecto).

Segundo Winnicot (1984), a agressividade existe desde estádios precoces de desenvolvimento através da relação da criança com o mundo exterior a si própria e a diferenciação entre o eu e o não eu. "(...) Tanto o amor como o ódio envolvem agressividade" (Winnicot, 1984: 84), podendo este ser um sintoma de medo, na medida em que a zanga sentida pode representar uma experiência assustadora para a criança.

A par da capacidade de destruição, a criança possui também, uma vasta capacidade para cuidar e proteger aquilo que ama, apesar da destrutividade estar sempre presente na sua fantasia. Assim, a aceitação da agressividade e responsabilização do indivíduo pela mesma, possibilitam o trabalho de reparação e reconstrução.

Melanie Klein (1934) defende que as tendências criminosas também estão presentes nas crianças normais, existindo uma ligação entre os actos criminosos e as tendências criminosas das crianças normais, mostrando que os crimes são uma realização detalhada das fantasias sádicas arcaicas que fazem parte do desenvolvimento normal.

A autora estabelece uma analogia entre alguns crimes terríveis cometidos recentemente e fantasias semelhantes encontradas na análise de crianças pequenas. Sendo que, "(...) o desejo de punição que é um factor determinante nos casos em que a criança repete constantemente o seu mau comportamento, encontra o seu análogo nas infracções repetidas pelo criminoso" (Klein, 1934: 308).

Segundo a autora e, ao contrário do que seria de supor, as tendências criminosas residiriam na existência de um super-ego demasiado rígido, ou seja, "Quanto mais teme a retaliação cruel dos pais como punição pelas fantasias que dirige contra eles, mais a criança apresenta tendências criminosas e anti-sociais expressando-as repetidas vezes nos seus actos" (Klein, 1934: 297), não sendo, "(...) a fraqueza ou a ausência do super-ego (como se costuma supor) – ou seja, a falta de consciência – a responsável pelo comportamento característico de pessoas criminosas e anti-sociais, mas sim a severidade avassaladora do superego" (Klein, 1934: 297).

Nos casos em que a função do superego for principalmente causar ansiedade, ele desperta violentos mecanismos de defesa do ego, de natureza anti-ética e anti-social; no entanto, logo que o sadismo da criança se reduz a um carácter de superego se modifica de tal forma que este passa a gerar menos ansiedade e mais sentimento de culpa, os mecanismos de defesa que formam a base de uma atitude moral e ética são activados. Assim, "O amor não está ausente no criminoso, mas sim escondido e enterrado de tal maneira que apenas a análise pode trazê-lo à tona" "É porque se sente perseguido que o criminoso procura destruir os outros" (Klein, 1934: 299).

Coimbra de Matos (2002) procura explicar o fenómeno da delinquência como um "defeito adaptativo" que leva à passagem ao acto delinvente. O Eu fragilizado do individuo, devido ao sofrimento provocado por um meio hostil, produz mecanismos de defesa desadequados que se traduzem em comportamentos dirigidos para o ambiente envolvente – *acting-out* – sublinhando a este propósito "A neurose e o carácter neurótico, o estado limite, a psicose e o carácter psicótico são formas doentes de luta pela sobrevivência em meio adverso" (Coimbra de Matos, 2002: 299).

Le Blanc (1987) defende que a baixa auto-estima poderá estar na origem da delinquência uma vez que a integração social depende de quatro elementos: Vinculação – a auto-estima

depende do meio, do apoio das pessoas significativas, entendidas como figuras de vinculação; Crenças – acordo entre crenças individuais do sujeito e o conjunto de normas vigentes; Envolvimento – participação do indivíduo nas actividades integrativas propostas pelo meio envolvente e Implicação – a intensidade dessa participação.

Por outro lado, Frechette (1987), dá relevo ao conceito de empatia, alegando a dificuldade dos delinquentes em se colocarem no papel do outro.

Selosse (1983), desenvolveu com base nos trabalhos de Habermas, uma criminologia da comunicação, defendendo que o delinquente se encontra em vias de marginalização, devido a uma dependência extrema em relação ao meio. Assim, o delinquente utiliza duas estratégias: a vampirização e a medusa. Tratando-se a primeira de uma contra-dependência em relação ao outro, do qual não recebe resposta, traduzindo a segunda uma colagem à imagem e reputação do delinquente.

DEFINIÇÕES E TIPOLOGIAS

Posto isto, importa conhecer o delinquente juvenil nas suas várias dimensões, com vista a melhor compreender o fenómeno em questão. Nesta perspectiva importa identificar os seguintes conceitos:

Delito: gravidade e intensidade do facto delituoso; capacidade de autocritica relativamente ao acto praticado: como é que o menor se posiciona face ao seu comportamento, se nega ou assume a responsabilidade pelo mesmo e como é que avalia a sua conduta, se reconhece ou não a existência da vítima e pondera a hipótese de reparação; reincidência persistência do comportamento desviante, contexto da prática delituosa individual, em grupo, com ou sem violência;

Contexto social e familiar: estrutura e suporte familiar do menor, enquadramento escolar e ocupacional, contexto comunitário envolvente;

Personalidade: para além do estudo do funcionamento e estrutura psicológica importa ainda proceder à identificação e análise dos limites internos do sujeito, bem como dos mecanismos de defesa a que recorre;

Grupos de pertença: existência ou não de rotinas desajustadas, identificação com grupos de pares relacionados com a prática de actos ilícitos, posicionamentos no grupo de pertença;

Motivação para a mudança: atitude revelada relativamente à mudança, bem como capacidades e recursos internos do jovem para proceder à mesma;

Tipologias Baseadas no Funcionamento Psicológico

Weiner (1995), apesar de considerar que a delinquência pode ser definida uniformemente com os actos que compreende, de quem os comete e porquê, defende que "(...) os *delinquentes* são um conjunto marcadamente heterogéneo de indivíduos, no que diz respeito aos seus antecedentes e motivações" (Weiner, 1995: 311). Na perspectiva do autor "(...) os actos delinquentes podem ir desde delitos graves contra pessoas ou bens (assalto, roubo) até aos pequenos delitos (actuação desordeira, vandalismo), e podem incluir também delitos relativos ao estatuto que apenas são ilegais em virtude da juventude das pessoas que os cometem (violação das horas de recolher a casa, fugas)" (Weiner, 1995: 311).

Neste contexto, importa pois ter em conta a frequência, a causa e o tratamento ou a prevenção da delinquência. Weiner revela que a investigação clínica sugere a seguinte classificação dos jovens delinquentes:

Delinquentes Socializados

Apresentam pouca perturbação psicológica mas que se envolvem em actos anti-sociais, enquanto membros reputados de uma subcultura delincente;

Delinquentes Caracteriológicos- Cujas condutas derivam de um estilo de personalidade cronicamente centrado em si próprio;

Delinquentes Neuróticos- Em que o comportamento resulta da expressão sintomática das preocupações e necessidades que os assolam;

Delinquentes Psicóticos- Cujas actividades delinquentes se devem a deficiências de raciocínio, controlo dos impulsos e de outras funções derivadas da personalidade.

Na mesma linha e conforme já vimos, Coimbra de Matos (2002) considera a delinquência como uma deformação da personalidade e do modo da relação, provocados pela persistência de mecanismos de defesa gerados por um meio adverso. O autor distingue 3 tipos de delinquentes:

Delinquente Neurótico- A repressão e a inibição, originadas por um Supereu demasiado rígido, geram fortes sentimentos de insatisfação, conduzindo a descargas episódicas de agressividade (*acting-out*), originadas pelo desequilíbrio psíquico provocado pela incapacidade do controlo da pressão avassaladora a que o *Self* se encontra exposto. Na sua origem encontra-se um meio familiar passivante, fomentador da obediência e acomodação;

Delinquente Borderline- Cujos comportamentos são resultantes de uma deficiência narcísica primária correspondente à “falha básica” de Ballint (1959) e à presença de um Supereu lacunar. Assim estamos perante uma estrutura de personalidade binária, oscilando alternadamente entre impulsos de amor/ódio, em virtude da angústia de separação, ou medo da perda do objecto;

Delinquente Psicótico- A agressividade e destrutibilidade destes indivíduos resultam da fragmentação do *Self* e da projecção do seu conteúdo interno, consubstanciada numa relação objectal distorcida.

Tipologia Associada aos Ganhos Secundários

Em paralelo e conforme é referido no manual elaborado pelo Instituto de Reinserção Social sobre a assessoria técnica aos Tribunais na fase pré-sentencial (IRS, 2002), a investigação criminológica com base em factores como sejam a precocidade, persistência, variedade, intensidade e premeditação do delito, permitiu diferenciar várias categorias de delinquentes/delinquência:

Delinquência Expressiva- A transgressão funciona como meio para chamar a atenção sobre si e não para obter outros ganhos secundários que não sejam o próprio risco e a acção associados ao delito. Incluem-se aqui delitos como vandalismo, a violência associada ao racismo e a violência no desporto;

Delinquência Instrumental- Aqui os ganhos materiais assumem a preponderância, surgindo o delito como forma de obter bens ou serviços de forma ilícita. Esta tipologia permite fasear o percurso delinquencial do menor com base nos tipos de crime que protagoniza, tendendo os mesmos a sofrer agravamento com a idade.

Tipologia de Continuidade

Este tipo de categorização surge com base na questão da idade de início da carreira delinvente, que por vezes ocorre ainda na infância mas mais frequentemente durante o período da adolescência, sendo proposto por Moffit (1993) que faz a distinção entre os delinquentes limitados à adolescência (*adolescence limited delinquency*) e os delinquentes de carreira (*life-course-persistent delinquency*).

Delinquência Limitada à Adolescência- Tem início geralmente com a passagem ao acto típica da adolescência, marcando uma descontinuidade relativamente à infância. Assim, raramente surge antes dos 11-12 anos, alcançando a sua expressão máxima por volta dos 14-15 anos, traduzindo-se em actos heterogéneos, com carácter utilitário, em termos de ganhos materiais, de prestígio ou adesão ao grupo.

Delinquência Persistente- Geralmente de início precoce, muitas vezes na infância, fruto da interacção entre traços caracteriais e factores ambientais, mantendo-se ao longo da adolescência e vida adulta.

Tipologia de Carreira

Fréchette e Leblanc, citados por Michael Born (2003), criaram, com base na sua investigação empírica e experimental, uma taxionomia que faz a diferenciação entre

“delinquência comum” e “delinquência distinta”, permitindo situar o indivíduo na sua trajectória desviante.

Delinquência Comum- Associada à crise da adolescência, inclui práticas delituosas menos gravosas que põe à prova as regras e limites impostos socialmente, como forma de desafio, para obter excitação ou por desconhecimento. Muitas vezes tais comportamentos traduzem-se por condutas auto-destrutivas consubstanciadas numa degradação do meio envolvente do jovem, nomeadamente no que se refere às esferas familiar, escolar e social do menor.

Delinquência Comum- Também designada por “significativa”, subdivide-se em 3 categorias, que passaremos a descrever:

Delinquência ocasional ou esporádica – Embora mantenham uma relação positiva com a família, estes menores tendem a revelar problemas sobretudo em contexto escolar, traduzido em desinvestimento nas matérias académicas e dificuldades no cumprimento das regras institucionais. Assim, a actividade desviante é de baixa frequência e gravidade moderada, restringindo-se a um contexto específico;

Delinquência de Conflito ou Explosiva – mais gravosa que a anterior, mas igualmente cingida ao meio escolar e a um determinado período de tempo, surge de forma intempestiva através de delitos heterogéneos e abundantes, traduzindo-se em elevado absentismo escolar e forte oposicionismo às figuras de autoridade institucional;

Delinquência de condição ou persistente – caracterizada pela precocidade, persistência, diversidade e gravidade crescente do comportamento desviante, revelando um estilo de vida pró-delinquencial, onde os valores da convivência social tendem a ser desvalorizados.

Neste contexto, a actividade transgressiva pode ser analisada sob diferentes pontos de vista, nomeadamente através de uma perspectiva psicológica, social ou jurídica. Da integração destas três perspectivas, poderá resultar uma análise mais lúcida do fenómeno.

MODELOS DA COMPREENSÃO DA DELINQUÊNCIA

Partindo do pressuposto de que “todos os delitos supõe uma transgressão” (Ambrosi, 2002), importa pois, por um lado, como já vimos na secção anterior, proceder à análise da personalidade do indivíduo, mas por outro, também, ao estudo do delito.

As concepções e perspectivas teóricas fornecidas pelos domínios da Criminologia, sociologia e psicologia, constituem contributos significativos com vista à prossecução deste objectivo. Nesta secção procurar-se-á abordar algumas dessas perspectivas, com maior relevância para a sua aplicabilidade na prática.

Abordagens Psicológicas

As abordagens psicológicas incidem sobretudo sobre o funcionamento interno do indivíduo e a sua personalidade, procurando extrair hipóteses gerais a partir da metodologia de estudo de caso, utilizando técnicas de observação directa da unidade de análise que é o sujeito, bem como, todas as técnicas de investigação e avaliação sobre o caso individual.

A criminologia clínica, a partir dos estudos monográficos que efectua, permite estabelecer perfis de funcionamento criminal e quadros criminológicos de referência com recurso aos métodos estatísticos, analisando factores individuais e familiares. Com vista a obter uma informação holística sobre o indivíduo, recolhe dados sobre a história de geração, história familiar e história de vida do sujeito.

A Psicanálise, por seu turno, enfatiza o papel da vida inconsciente e dos factores psicológicos na conduta desviante e nas simbolizações associadas ao desvio, assumindo as situações traumáticas infantis como a carência, a frustração e a agressividade, uma posição destacada ao nível da compreensão do fenómeno da delinquência juvenil.

Esta posição é defendida por Winnicott e outros autores defensores da abordagem psicodinâmica da delinquência, preconizando a importância do relacionamento precoce com as figuras parentais, em termos do estabelecimento das identificações, carências afectivas, rejeição, morte ou separação ao nível da formação da estrutura delinquencial.

Esta abordagem procura explicar o fenómeno da delinquência como um “defeito adaptativo” que leva à passagem ao acto delinvente. O Eu fragilizado do indivíduo, devido ao sofrimento provocado por um meio hostil, produz mecanismos de defesa desadequados

que se traduzem em comportamentos dirigidos para o ambiente envolvente – acting-out. Coimbra de Matos sublinha a este propósito “A neurose e o carácter neurótico, o estado limite, a psicose e o carácter psicótico são formas doentias de luta pela sobrevivência em meio adverso.” (Coimbra de Matos, 2002: 299).

Com base nesta teoria, a intervenção no acto pós-delinquente deve pois funcionar de forma a corrigir o “defeito adaptativo” referido no parágrafo anterior, através do tratamento da patologia nomeadamente na forma como o sujeito se relaciona consigo e com o mundo que o rodeia.

“Com os contributos da psicanálise, o processo de socialização passa a ser considerado central na estruturação da delinquência” (Carrilho, 2000: 128). Tornando-se fundamentais na compreensão da trajectória delinvente “O processo de desenvolvimento infantil, as experiências da primeira infância, os mecanismos de vinculação precoce, os processos de identificação, o desenvolvimento moral e a forma como a personalidade se estrutura” (Carrilho, 2000: 128).

Ao analisar o delinvente como um sujeito psicológico à luz do inconsciente, a teoria psicanalítica encara o delito como um sinal de conflito interno, sendo a necessidade de punição inconsciente da culpabilidade projectada no contexto envolvente do indivíduo. O “defeito” destes sujeitos situar-se-ia ao nível das instâncias de controlo dos impulsos criminosos, contribuindo os traços de carácter anal para alguns dos contornos das personalidades anti-sociais. As dificuldades em respeitar as normas sociais vigentes e a hostilidade manifestada face aos direitos dos outros, consubstanciar-se-iam numa fragilidade superegóica.

Por outro lado, a culpabilidade edipiana, ocasionada pela repressão do desejo sexual relativamente à figura materna é geradora de conflito, responsável pela adopção de condutas anti-sociais.

Neste contexto, a delinquência e as manifestações comportamentais a ela associadas, encontram a sua origem nos conflitos ocorridos no desenvolvimento da personalidade, habitualmente na pré-adolescência que, ao serem recalçados no inconsciente, produzem mecanismos de defesa desadequados.

No delinquente o comportamento é conduzido pelo princípio do prazer, surgindo o comportamento desviante como forma de aliviar a tensão interna e a frustração. Por outro lado, o acto tem também a função de aliviar/expiar a culpa, por transferência para situações extra-edipianas, cuja pena absolve o indivíduo das intenções incestuosas e parricidas daquela fase de desenvolvimento. Dada esta motivação inconsciente para o acto, a intervenção junto de menores delinquentes pela via da punição, revelar-se-á infrutífera e ineficaz.

A par da deficiente formação do ego, a perturbação no estabelecimento das relações objectais precoces assume um efeito causal relativamente ao fenómeno da delinquência. Bowlby (1969), defende que a privação e separação da figura materna durante os primeiros anos de vida têm efeitos nefastos em termos da saúde psíquica, figurando entre os factores precipitadores da delinquência. Assim, a delinquência constituiria uma defesa contra a perda objectal.

Segundo Coimbra de Matos (2002), a agressiologia sobrepõe-se à caracteriologia, na medida em que a delinquência é resultante de perturbações de desenvolvimento condicionadas pela acção de factores patogénicos do menor.

“Nos adolescentes delinquentes, as mães não foram suficientemente continentas, para lhes possibilitarem a possibilidade de pensar os pensamentos. Estes adolescentes não ultrapassaram a fase depressiva e acumulam perdas no seu ciclo de vida, sem que contenham em si símbolos substitutos. Daí que o seu aparelho psíquico esteja caótico, pleno de protopensamentos que estão em constante conexão com as pulsões libidinais e agressivas” (Carrilho, 2000: 139).

Abordagens Sociológicas

As Abordagens Sociológicas procuram explicar o crime como um fenómeno social de larga escala, visando compreender o papel da socialização e da influência social através da família, escola e grupo de influências.

O indivíduo surge assim como resultado das influências dos vários contextos a que se encontra exposto, sendo sobre estes que devemos actuar com vista à minimização do problema da delinquência juvenil.

De seguida abordaremos sucintamente algumas destas teorias.

Teoria do Controlo Social

“A perspectiva psicanalítica, que enfatiza as experiências precoces de socialização, especialmente com a família e a focaliza no supereu, está em sintonia com as conceptualizações da teoria do controlo sobre a delinquência” (Carrilho, 2000: 152). Esta teoria parte do pressuposto que as necessidades individuais se opõem às pressões de ordem social, funcionando as segundas como um mecanismo de controlo que orienta o indivíduo no sentido daquele se comportar de acordo com as normas e regras sociais vigentes, no respeito pelo outro. A explicação para a delinquência residiria no facto de no delinquente, existir uma maior diferenciação face ao grupo de pertença, necessitando por isso de um reforço ao nível dos mecanismos de controlo social.

Cusson (1990), citado por Born (2003), define o controlo social como “o conjunto dos meios especificamente utilizados pelos homens para impedir ou limitar o crime”, destacando 4 elementos: o nível de integração social, o nível de circulação da informação, o nível de aceitação da autoridade e nível de elaboração da reacção social.

Fraqueza do Laço Social

Proposta por Hirschi (1969), finaliza a teoria anterior, propondo uma categorização dos laços que ligam o indivíduo ao seu ambiente social, limitando assim o seu comportamento para a conformidade com as normas e regras sociais vigentes. O autor destaca a vinculação, o empenhamento, o investimento e a crença, como os 4 componentes do laço social.

Teorias Sub-Culturais

Originadas a partir da Escola de Chicago, analisa as relações entre urbanização e delinquência, põem a tónica na “área natural”, ou seja, o meio sócio-habitacional de um

determinado “grupo natural” de indivíduos com determinadas características específicas comuns.

Assim, o crime seria mais comum em determinados grupos sociais, devido ao desenvolvimento de normas anti-sociais e ao facto de em determinados bairros e zonas sócio-residenciais existir um maior nível de criminalidade. O aumento da densidade populacional, implicaria a diminuição do elo social e uma maior heterogeneidade moral, o que explicaria o facto da prevalência de níveis de criminalidade mais elevados nas cidades onde a “malha” social é mais “apertada”.

Tendo em conta este ponto de vista, os jovens que por algum motivo se encontrassem mais fragilizados e com níveis de auto-estima reduzidos, encontrar-se-iam mais permeáveis à influência de grupos de pares desviantes, nomeadamente de *gangs*, onde poderiam encontrar o conforto e protagonismo ausente nas outras áreas das suas vidas, expondo-se a uma ressocialização regida pela aceitação de regras criminogénicas.

Teoria da Associação Diferencial

Esta perspectiva classifica a actividade criminal como uma forma normal de comportamento apreendido, encontrando-se o desenvolvimento do comportamento desviante limitado pelos factores exógenos a que o indivíduo se encontra exposto.

INDICADORES: FACTORES DE RISCO E FACTORES DE PROTECÇÃO

A revisão bibliográfica e a experiência de trabalho de terreno fornecem-nos indicadores acerca da probabilidade do comportamento desviante/ anti-social se vir a desenvolver num determinado indivíduo numa determinada altura da sua vida. Estes indicadores relacionam-se por um lado com as características individuais do próprio sujeito e, por outro, com a organização e funcionamento dos sub-sistemas em que aquele se move.

Os factores de risco de natureza individual e social, contribuem para uma melhor compreensão do fenómeno da delinquência juvenil no que respeita à sua origem, desenvolvimento, heterogeneidade, persistência e extinção.

Este conhecimento permite ainda uma planificação mais eficaz da intervenção junto de menores delinquentes e também no que respeita à elaboração e execução de programas de prevenção do comportamento desviante. A presença destes factores não implica necessariamente a ocorrência do fenómeno, aumentando no entanto as probabilidades da sua ocorrência. Por outro lado, a presença de factores de protecção atenua os efeitos nefastos dos factores de risco, predispondo o indivíduo à adopção de comportamentos socialmente ajustados.

Loeber e Farrington (2001), classificam estes factores em 4 categorias: individuais, familiares, relativos aos pares e escolares e comunitários.

Factores Individuais

No que concerne aos **factores de risco individuais**, que incluem características genéticas, cognitivas, emocionais e sociais, os problemas comportamentais precoces, que incluem diversos tipos de desafios às regras, nomeadamente furtos, agressões e vandalismo, surgem como os melhores preditores para a delinquência posterior.

Num estudo levado a cabo em Jardins de Infância (Haapasalo e Tremblay, 1994; Tremblay *et al.*, 1994) a agressão física constituía o melhor preditor da colaboração em crimes contra a propriedade mais tarde. Por outro lado, a exibição de comportamentos pró-sociais como a cooperação e a entreatajuda avaliados pelos professores, funcionavam como factores de protecção.

Patterson e colaboradores (1998) efectuaram um estudo no qual concluíram que o comportamento anti-social era o melhor indicador da idade da primeira detenção em comparação com as desvantagens sociais e familiares, sendo que as detenções precoces (anteriores aos 13 anos de idade), aumentavam as probabilidades dos menores virem a tornar-se delinquentes crónicos aos 18 anos (Patterson *et al.*, 1992; Patterson *et al.*, 1998).

Farrington (1996), constatou por via da investigação, que o comportamento problemático entre os 8 e 10 anos de idade era um dos mais fortes preditores de uma condenação entre os 10 e os 13 anos.

Outros dois preditores do comportamento anti-social posterior, foram encontrados por White e colaboradores (1990), consubstanciando-se na dificuldade de controlar os filhos até aos 3 anos de idade e nas avaliações de ambos os progenitores sobre os problemas comportamentais dos filhos aos 5 anos.

A expressão das emoções na infância, sobretudo a raiva e a ira, podem aumentar ou diminuir o risco do aparecimento da delinquência. Assim, a inibição em níveis baixos e a activação comportamental em níveis elevados constituem factores de risco para o comportamento anti-social (Farrington, 1996).

Constatamos que a associação entre o desenvolvimento cognitivo-emocional e as aprendizagens sociais numa fase precoce de vida influenciam a aprendizagem das regras e, conseqüentemente, desempenham um papel importante no aparecimento da delinquência precoce.

A associação entre um baixo rendimento escolar e a delinquência encontrada ao longo dos estudos sobre esta matéria, poderá ser explicada por um baixo desenvolvimento cognitivo e problemas comportamentais durante a infância. Os resultados da investigação realizada com população delinvente apontam para que estes jovens tendem a obter resultados mais baixos em termos de quociente intelectual verbal do que no quociente de inteligência não verbal (Moffitt, 1993b).

No que se refere ao quociente global de inteligência, a comparação entre delinquentes e não delinquentes, constata que os primeiros obtêm resultados médios inferiores aos segundos, verificando-se a mesma tendência no que respeita ao desempenho escolar (Fergusson & Horwood, 1995; Maguin & Loeber, 1996, citados por Loeber & Ferrigton (2001).

A auto-estima parece também ter um papel preponderante ao nível da estruturação da delinquência. Assim, "os comportamentos podem surgir com o fim de libertar uma tensão interna insuportável, ditada pelo sentimento de ter perdido algo de bom, algo que foi tirado, sentimento sempre aliado ao medo de ser rejeitado. A solução é então procurar fora algo sentido como tendo sido perdido, procura esta que pode aparecer associada, ou não, à destruição" (Winnicott, 1984).

Edwards (1992), comparou dois grupos de delinquentes e não delinquentes de adolescentes americanos, quanto à actividade delinvente no último ano, verificando que os actos delinquentes estão ligados a uma baixa auto-estima, uma vez que, quanto mais negativa é a avaliação de si próprio, maior é a sua participação em actos delinquentes.

Neste contexto, podemos elencar um conjunto de factores de natureza individual que poderão predispor à ocorrência do fenómeno da delinquência juvenil:

- Problemas comportamentais precoces;
- Agressividade;
- Impulsividade;
- Egocentrismo;
- Factores emocionais tais como elevada activação comportamental e baixa inibição comportamental;
- Desenvolvimento cognitivo;
- Baixa auto-estima;
- Baixo nível de desenvolvimento moral;
- Competências pessoais e sociais deficitárias;
- Problemas relacionais e de vinculação;
- Baixa empatia;
- Resistência à mudança;
- Rotinas desestruturadas;
- Psicopatologia;
- Desequilíbrios fisiológicos.

Factores Familiares

Relativamente aos Factores de Risco Familiares, o seu estudo torna-se difícil pela interacção e combinação das diversas variáveis que o constituem e seus efeitos. Importa pois proceder à identificação das combinações de variáveis susceptíveis de promoverem o mau comportamento precoce, dado este resultar provavelmente da acumulação de um determinado número de factores, que incluem pois a estrutura, dimensão e dinâmicas familiares; a parentalidade e vinculação; a violência familiar; a modelagem de comportamentos anti-sociais familiares e a desagregação ou ruptura familiar.

As **práticas parentais** inadequadas constituem um dos mais poderosos preditores do comportamento anti-social precoce, destacando-se especificamente 3 delas em termos da associação a problemas comportamentais: a conflituosidade entre pais e filhos, a monitorização deficiente e um baixo nível de envolvimento positivo (Wasserman *et al*, 2002).

Coimbra de Matos (2002) sublinha a propósito das origens do comportamento delinvente que "Na génese da personalidade limitrofe encontram-se as carências afectivas precoces: insuficiência ou má qualidade dos cuidados maternos, relações extremamente frustrantes com os pais, separações precoces e prolongadas, marcada distorção das relações pais-criança, negligência e indiferença parental, defeito psíquico ou carácter perverso dos pais, instabilidade familiar e falta de apoio do meio envolvente" (Coimbra de Matos, 2002: 304). O autor defende que a prevenção deve incidir na "(...) protecção da relação mãe-filho e melhoria das condições de aquela executar eficientemente a sua função biopsicossocial (...)"(Coimbra de Matos, 2002: 304).

Ao definir as origens da delinquência socializada, Shaw e Mckay (1942), referem que, índices baixos de ligação e autoridade parental implicam uma maior tendência dos menores a integrarem grupos de pares com comportamentos de riscos.

A propósito dos factores familiares face à delinquência juvenil, Hirschi (1969), defensor da teoria do controle, refere que os dados da experimentação revelam que atitudes parentais como a fraca comunicação e empatia, laxismo na supervisão parental e ausência de modelos adultos, provocam um aumento dos comportamentos delinquentes nos filhos. Estes dados foram confirmados através de estudos realizados por Hindelang (1973) com população rural.

Os estudos de Nye (1958), referidos por Johnson (1979), reflectem diversas correlações negativas entre atitudes positivas no domínio da parentalidade e delinquência, observando nomeadamente que em "lares desfeitos" mas felizes verifica-se menos delinquência do que em "lares intactos" mas infelizes.

Nesta perspectiva, a ligação parental estaria directamente relacionada com o amor parental, sobretudo se este é entendido pela criança, daqui derivando um menor

envolvimento dos jovens em violações à Lei, verificando-se o mesmo tipo de correlação no que respeita ao sucesso escolar.

Fleming, M. (1988), no seu estudo sobre o envolvimento das figuras parentais na desobediência e autonomia, verificou a existência de diferenças no envolvimento das figuras parentais na regulação dos problemas ligados à autonomia e obediência durante a adolescência, sendo que, a mãe aparece mais envolvida nas questões ligadas ao poder e autoridade, representando uma figura disciplinadora de suporte.

Chyung, Darling, & Caldwell (2000) ao examinarem os papéis da supervisão parental relativamente à predição de problemas comportamentais em adolescentes americanos dos 6º, 7º e 8º anos de escolaridade (n=398), concluíram que os adolescentes cujos progenitores se envolvem na sua supervisão são menos permeáveis à influência de grupos de pares com problemas de conduta.

Outra forma de abordar o problema é proposta pelas teorias do actor social, cujos autores se debruçam sobre o fundamento da Lei e a legitimidade do exercício do poder (Michel Foucault, 1999), sendo o ênfase colocado na função identitária, funcionando os comportamentos transgressivos como um desafio à autoridade e à ordem social, “pondo a nu” as dificuldades vivenciadas pelos seus protagonistas.

O disfuncionamento da matriz familiar é tratado pelos autores defensores desta teoria de um ponto de vista sociológico e não psicológico, como um sistema de normas e regulamentos, existindo nestas abordagens elementos interessantes, nomeadamente no que se refere ao enfoque dado a determinados factores que influenciam a filiação e a parentalidade, nomeadamente no que se refere: ao refúgio na conjugalidade em detrimento da posição de parentalidade – não se tenta transmitir um património psíquico, mas procura-se apenas impedir novas feridas, à diminuição na hierarquia dos conflitos implicando maiores dificuldades de inclusão na sociedade e à confusão de gerações provocada pelo posicionamento da criança na família, em cuja hierarquização é cada vez menor.

Sendo a função identitária o ponto fulcral defendido por estes teóricos, os comportamentos delinquentes encontram-se relacionados com uma elaboração identitária falhada. Erikson

(1968) propõe o conceito de identidade negativa, em que, o sujeito para lutar contra a diluição da identidade, opta por uma identidade negativa.

A **violência familiar** implica uma série de factores de risco directos e indirectos adicionais no que concerne aos problemas comportamentais, na medida em que associados a este fenómeno surgem uma panóplia de factores secundários também eles de risco, nomeadamente: abuso de substância tóxicas, sofrimento psíquico das figuras parentais, indisponibilidade para os filhos, encarceramento, entre outros.

Lewis, Mallouh e Webb (1989), verificaram no estudo que efectuaram sobre a relação entre maus-tratos físicos e a agressão por parte das crianças, que 20% das crianças maltratadas se tornam delinquentes antes de atingirem a idade adulta.

Widom (1989), ao comparar um grupo de crianças sem historial de maus-tratos ou negligência com um grupo de crianças com esse historial, constatou que o segundo grupo contava mais detenções durante a adolescência e idade adulta (aos 25 anos de idade).

A investigação demonstra uma maior prevalência de **comportamentos anti-sociais** e criminosos em algumas famílias. A explicação para esta tendência poderá residir no facto de que “os progenitores anti-sociais revelam níveis aumentados de conflito familiar, exercem supervisão mais fraca, experienciam mais fracassos familiares e fazem os filhos destinatários de mais hostilidade” (Wasserman, Keenan, Tremblay, Coie, Herrenkohl, Loeber, & Petechuck, D., 2003, citados por Wasserman, 2002).

Por outro lado, segundo Farrington, Bernes e Lambert (1996), defendem que os adultos com características anti-sociais tendem a escolher companheiros também eles anti-sociais.

No que concerne à fratria, a existência de irmãos anti-sociais, segundo Farrington (1996), aumenta a probabilidade de uma criança vir a exhibir comportamentos anti-sociais.

A propósito das origens do comportamento delinvente, Johnson revela que segundo a teoria da sub-cultura existe uma correlação positiva entre os comportamentos desviantes dos progenitores e dos seus filhos, sendo que, quanto mais satisfatória for a relação entre ambos, menos desvio comportamental se encontra nos segundos.

As diversas abordagens sobre o problema da delinquência juvenil são unânimes em dar relevo à **estrutura e funcionamento da família** na génese e expressão do fenómeno em estudo. No que respeita ao número de irmãos, alguns trabalhos anglo-saxónicos detectaram a existência de uma relação entre os níveis de “risco”, a estrutura familiar e a forma da fratria, sendo que, nas famílias mais numerosas, dados os baixos níveis de aspiração dos seus membros há um evitamento do risco, gerado pela forte dependência do individuo face ao meio familiar.

West e Farrington (1973), encontraram resultados que apoiam esta evidência no *Cambridge Study*, verificando que os rapazes que, aos 10 anos de idade, têm 4 ou mais irmãos têm o dobro da probabilidade de vir a delinquir, comparativamente com os rapazes que têm menos irmãos, independentemente da situação sócio-económica do agregado. Esta correlação poderá estar associada à ocorrência de uma supervisão mais débil nas famílias de maior dimensão.

Relativamente á posição ocupada na fratria, alguns autores defendem que, decorrente das diferenças de atitudes parentais face aos filhos, nomeadamente a super-protecção, o filho primogénito revelaria uma maior dependência e ansiedade que se traduziria por uma tendência ao evitamento do risco, encontrando-se assim os filhos mais novos mais permeáveis à ocorrência de comportamentos de risco, baseadas nas atitudes parentais.

Factores Relativos aos Pares

As trajectórias desviantes na adolescência encontram-se influenciadas pela combinação de 3 factores: as tendências anti-sociais reveladas pelos menores, as consequências nefastas da rejeição dos pares ao longo do seu desenvolvimento e a consequente associação a grupos de pares desviantes. Segundo Bagwell *et al* (2000), as crianças rejeitadas e agressivas têm maior probabilidade do que as outras de virem a ser membros de grupos de pares desviantes.

A Integração em sub-culturas marginais influencia os menores que já têm um historial de comportamento desviante, tendendo a aumentar a gravidade e frequência do mesmo. Assim, a influência tem um papel importante na delinquência dos que iniciaram a actividade desviante tardiamente e, também, na escalada da delinquência grave entre aqueles que a iniciaram precocemente.

Factores Escolares e Comunitários

Conforme já referimos no capítulo relativo à adolescência dedicado à escolaridade, a escola ocupa uma posição central na vida do adolescente, permitindo-lhe o estabelecimento de elos sociais importantes proporcionadores de um processo de socialização adaptado.

Neste contexto, as perspectivas teóricas e a investigação, denotam alguma unanimidade em considerar que as dificuldades de adaptação ao meio escolar; as dificuldades de aprendizagem; o fraco rendimento escolar; o absentismo e os problemas de disciplina tanto na adolescência como na infância, constituem fortes indicadores relativamente à possibilidade de adopção de comportamentos desviantes.

Por outro lado, inúmeros factores de risco associados à delinquência, situam-se ao nível da própria comunidade, traduzidos por características sócio-culturais potenciadoras da marginalidade e exclusão social como sejam a desorganização do meio sócio-comunitário; a precariedade e a exposição a modelos de identidade social desadequados.

Face ao exposto, a exposição a oportunidades de aprendizagem estimulantes e gratificantes; o contacto com figuras/agentes educativos significativos e a ocupação estruturada de tempos livres, funcionam como forças neutralizadoras dos factores escolares e comunitários de risco supramencionados, predisponentes a um processo de integração social harmonioso e gratificante para os jovens.

SUPORTE SOCIAL

Conceptualização do Suporte Social

A noção de suporte social, com origem em várias áreas das ciências sociais e humanas, nomeadamente na filosofia, psicologia, antropologia e sociologia, tem sido definida, por

diversos autores, sob diferentes designações, situação que dificulta a uniformização de critérios relativamente à sua conceptualização e mensuração.

Embora o estudo sistematizado do conceito de suporte social tenha sofrido uma maior implementação a partir dos anos 70 através dos estudos de Caplan, Cassel e Cobb (Ornelas, 1994), a abordagem deste conceito remonta muito atrás na História, sendo já reconhecida a importância dos factores sociais e ambientais no bem-estar do indivíduo por Hipócrates (Amaral, 2005). Também Durkheim na sua obra sobre o suicídio, explicita a importância das relações sociais no bem-estar social e individual (Amaral, 2005).

Os contributos da sociologia, durante a primeira década do século XX, permitiram constatar a influência do desenvolvimento económico sobre o aparecimento de problemas de delinquência, marginalização e pobreza, colocando o enfoque na debilidade dos laços sociais (Amaral, 2005).

Já na área da psicologia, “todas as perspectivas psicanalíticas, desde Freud às teorias das relações objectais, aos modelos da psicologia do self, ou mesmo às abordagens da psicologia cognitivista, pressupõem uma profunda relação entre os primeiros comportamentos vincutivos da criança com figuras significativas (na generalidade os pais, e em particular a mãe), e a natureza dos subseqüentes relacionamentos” (Oliveira, 1998: 41).

Freud, ao referir-se ao processo transferencial, pressupunha uma ligação entre as primeiras experiências relacionais do indivíduo e a constituição das relações sociais na vida adulta.

Bowlby (1969), ao avançar com a teoria da vinculação, enfatiza o papel adaptativo do relacionamento precoce, salientando a função materna de supressão e contenção das necessidades e angústias do bebé, afigurando-se esta díade como uma fonte de segurança e bem estar para a criança (Oliveira, 1998).

“Klein demonstrou que, no início da vida, o indivíduo se encontra em contacto com o seio e, por rápida extensão da consciência primitiva com o grupo familiar. No estado adulto, e em contacto com as complexidades da vida num grupo (social, familiar, profissional, etc), o sujeito recorre ao que pode ser descrito como uma regressão maciça dos mecanismos já

anteriormente mencionados e típicos das primeiras fases da vida mental". (Oliveira, 1998: 53).

Bion, citado por Oliveira (1998), ao retomar as ideias de Klein acerca dos mecanismos primitivos de defesa de projecção e identificação projectiva elaborou os conceitos de continente social e sistemas sociais de defesa.

Neste contexto, os autores psicodinâmicos supramencionados, vieram ao longo das suas reflexões, embora sob designações diferentes a referir-se à importância da função que possibilita ao indivíduo operar as transformações internas e externas necessárias com vista a lidar com o seu próprio sofrimento. Assim, a actual noção de percepção do suporte social permite compreender o ser humano nas suas relações (Oliveira, 1998).

Conforme já referimos anteriormente, foram Caplan, Cassel e Cobb que criaram as bases para a conceptualização de suporte social, conforme é entendida na actualidade, delimitando as questões que marcariam a sua investigação posterior, colocando-o numa posição preponderante em termos da intervenção social (Ornelas, 1994).

Caplan (1974), citado por Ornelas (1994), realçou o papel que as pessoas podem desempenhar em situações de crise individual, através do apoio prestado ao indivíduo na mobilização dos seus recursos psicológicos, ajuda material e orientação na realização de tarefas específicas introduzindo o termo "Sistema de Suporte", proporcionado por estes 3 conjuntos de actividades, abrangendo o núcleo familiar e de amigos, os serviços informais na vizinhança e os serviços comunitários.

Cassel (1974), salientou a importância dos processos psicossociais na etiologia das doenças e o papel do suporte social nos desequilíbrios derivados ao stress. Assim, embora não tenha operacionalizado o conceito de suporte social, evidenciou o papel das forças sociais na defesa e protecção da saúde (Ornelas, 1994).

Cobb (1976), citado por Ornelas (1994), define o suporte social como se tratando da informação de que o indivíduo é estimado e parte integrante do sistema social envolvente, desempenhando a dupla função de preenchimento das necessidades sociais e de protecção face a situações de crise e stress, facilitando o confronto e adaptação àquelas.

Face ao exposto, o suporte social pode ser definido em termos da existência, quantidade, estrutura e conteúdos das relações sociais do indivíduo. Assim, “numerosos autores distinguiram as funções e as formas do Suporte Social, podendo ser identificados numa terminologia tão diversificada como: Suporte Instrumental e Emocional, Aconselhamento, Feedback, Interação Positiva, Confiança, Orientação, Socialização, Sentimento de Pertença, Assistência Material, Informação e outros” (Pattison, 1977; Tolsdorf, 1976; Hirsch, 1985; Vaux, 1985; Lin, 1986, cit. por Ornelas, 1994: 334).

Segundo Ornelas (1994), o suporte social é visto sob uma perspectiva tridimensional, envolvendo o indivíduo e a sua interação com a sua rede de suporte, através das seguintes dimensões:

1. Redes – avalia a integração do indivíduo no grupo e as suas interligações no contexto grupal;
2. Suporte recebido – suporte realmente recebido pelo sujeito ou o que aquele considera ter recebido;
3. Suporte percebido – suporte que o sujeito considera dispor em caso de necessidade, assumindo diferentes formas nomeadamente a satisfação, o sentimento de pertença, de respeito e envolvimento.

Com vista ao estabelecimento de critérios de classificação uniformes e válidos a comunidade científica tem vindo, nas duas últimas décadas, a investir na construção de metodologias de avaliação.

Saradon e colegas (1987), citados por Paixão e Oliveira (1996), realizaram um estudo sobre as metodologias de avaliação do suporte social, comparando o *Social Support Questionnaire*, o *Inventory of Social Support*, *Social Network List*, a *Family Environmental Scale* e a *Interview Schedule for Social Interaction*. Os autores verificaram que a interrelação entre os instrumentos estudados era estatisticamente significativa, identificando dois construtos fundamentais: um de ordem estrutural objectiva e outro de ordem afectiva, valorizando a percepção do indivíduo sobre o suporte recebido e a sua satisfação.

Assim, conforme é referido por Paixão e Oliveira (1996), os vários autores têm vindo a construir e melhorar diversos instrumentos que permitem avaliar de forma satisfatória e clara cada um e ambos os construtos identificados.

A *Escala Instrumental e Expressiva de Suporte Social* é disso um exemplo, apresentada por Ensel e Woelfel em 1986 (cit. por Paixão & Oliveira, 1996), visando a avaliação do suporte social percebido, permitindo a descrição não só de factores sociodemográficos, mas também, um leque variado de outras questões como sejam os problemas financeiros, comunicacionais e familiares, evidenciando boas qualidades psicométricas, em termos de consistência interna, fiabilidade, fidelidade, homogeneidade e validade.

A investigação do suporte social tem sido sobretudo associada a variáveis como o sexo, o estado civil, os estratos sócio-económicos, a etnia e variáveis no âmbito da saúde. No que respeita à variável género, Belle (1981) concluiu através da sua investigação qualitativa que as mulheres têm amigos mais chegados, valorizando mais a intimidade, sendo que os homens, valorizam preferencialmente a socialização, encontrando-se as mulheres em supremacia no que respeita aos papéis sociais, mas em desvantagem relativamente aos processos de suporte (Ornelas, 1994).

Mcfarlane (1985, cit. por Ornelas, 1994), por sua vez concluiu que as mulheres percebem uma rede de suporte mais vasta que os homens e Cronenwett (cit. por Ornelas, 1994), que as mulheres recebem mais suporte dos amigos, enquanto Vaux e Harrinson (1985, cit. por Ornelas, 1994), não encontraram diferenças significativas entre sexos numa população adulta rural.

Relativamente à variável estado civil, a investigação tende a privilegiar o desempenho de papéis maritais. Stueve e Guerson (1977, cit. por Ornelas, 1994), ao compararem casados e solteiros de ambos os sexos, constataram que os casados tinham menos contacto com os amigos do que os solteiros, já Ensel (1986, cit. por Ornelas, 1994), encontrou níveis de suporte mais elevados nos casados, tal como, Gestel, Riessman e Rosenfield (1985, cit. por Ornelas, 1994), que verificaram que os indivíduos deste último grupo possuíam um a rede social maior e mais heterogénea.

No que se refere à variável etnia, Vaux e Stewart (1987, cit. por Ornelas, 1994), concluíram que esta representa um elemento fundamental em termos da constituição das redes de suporte. Cauce, Felner e Primavera (1982, cit. por Ornelas, 1994), ao compararem grupos de estudantes brancos, negros e hispânicos, concluíram que os estudantes negros descreviam níveis de suporte familiar mais elevados.

No respeitante à variável grupo sócio-económico, Lin e colegas (1986, cit. por Ornelas, 1994), concluíram não existirem diferenças relativamente ao suporte social de acordo com o extracto dos indivíduos, já Turner e Noh (1983, cit. por Ornelas, 1994), observaram que os grupos sócio-económicos mais baixos apresentavam maiores índices de vulnerabilidade, facto explicável por se encontrarem mais expostos a factores de risco.

Suporte Social e Delinquência Juvenil

Embora não tenham sido encontrados estudos que associem directamente o suporte social com a variável delinquência juvenil, “algumas investigações comprovaram a conexão existente entre a percepção dos cuidados maternos e a percepção do suporte e adulto (B.R. Sarason, 1991), (...), associando, ao que parece, a estruturação dos vínculos com o conceito de percepção do suporte social” (Oliveira, 1998).

Conforme verificámos ao longo da revisão bibliográfica realizada, a vinculação e o relacionamento precoce representam conceitos importantes no que respeita à problemática da delinquência juvenil. Assim, não nos parece excessivo inferir que o suporte social, possa também ele ter uma função relevante relativamente a este fenómeno.

Por outro lado, a forma como os progenitores lidam com os sentimentos e com as angústias da criança, cumpre funções emocionais fundamentais no que se refere ao processo de desenvolvimento. A exposição a regras e limites contentores permite à criança estruturar-se internamente e estabelecer relações saudáveis e gratificantes com o meio que a rodeia.

O contexto situacional, complementarmente ao meio familiar poderá desempenhar, uma função protectora do indivíduo, ou antes pelo contrário constituir-se como uma fonte de pressão geradora de stress. “Na verdade, a própria sociedade pode funcionar como um

continente emocional de um tipo ou de outro, mais ou menos defensivo, mais ou menos elaborativo” (Oliveira, 1998: 52).

É na procura de delimitação e definição que se inscrevem os comportamentos anti-sociais durante a adolescência, como sintoma de um mal-estar interno resultante de falhas graves na estruturação da identidade.

Assim, “(...) pode concluir-se que os indivíduos fazem uso, quase sempre inconsciente, das suas relações sociais, associando-se e cooperando inconscientemente para reforçar as defesas internas, e deste modo lidar mais facilmente com questões por vezes complexas como a ansiedade ou a culpabilidade” (Oliveira, 1996: 51).

O suporte social, “possibilita as transformações internas e externas de que o sujeito necessita, com vista a lidar com o seu próprio sofrimento” (Oliveira, 1996: 54). Ora, tratando-se a delinquência juvenil de uma forma “deformada” do indivíduo evitar o sofrimento interno, a existência de suporte social poderá representar um factor protector relativamente ao fenómeno.

A INTERVENÇÃO JUNTO DE MENORES DELINQUENTES

Constituindo a intervenção junto de menores delinquentes uma área de fronteira entre o Direito e as Ciências Sociais e Humanas, maiores são as dificuldades de operacionalização das metodologias e instrumentos a utilizar junto desta população, na qual a intervenção se encontra balizada pela legislação internacional e Portuguesa que regulam esta matéria, cujos princípios e normas orientadoras constituem aspectos fundamentais a ter em conta.

DIREITO INTERNACIONAL

Os Direitos dos menores a uma protecção e assistência específicas são reconhecidos e proclamados nos vários pactos internacionais relativos aos Direitos do Homem, nomeadamente na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos e no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

A Convenção sobre os Direitos da Criança (Nova Iorque, 1990), determina que o interesse superior da criança seja tido em conta em todas as decisões tomadas por entidades, Tribunais, autoridades e órgãos administrativos ou legislativos, de forma a protegê-la e proporcionar-lhe bem-estar.

No que respeita à Justiça juvenil e aos Direitos fundamentais dos menores suspeitos, indiciados ou reconhecidos como agentes de actos qualificados pela Lei Penal como crimes, os instrumentos jurídicos internacionais sobre a matéria enunciam uma série de princípios e normas a ter em conta pelas legislações dos vários Estados.

É neste contexto que apresentaremos de seguida sucintamente alguns dos princípios fundamentais presentes nos instrumentos jurídicos internacionais que seleccionamos pela sua relevância na área da delinquência juvenil e que passamos a enumerar:

- Decisões do 8º Congresso da ONU para prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, 1990;

- Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores – Regras de Beeijing, Resolução nº40/93 da Assembleia Geral das nações Unidas;
- Directrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil – Directrizes de Riade, Resolução nº45/112 da Assembleia Geral das Nações Unidas;
- Recomendação do Conselho da Europa nºR(87)20 de 17/09/87;
- Linhas Orientadoras do Instituto de Helsínquia, 1998;
- Convenção dos Direitos da Criança.

Objectivos, Princípios e Garantias Fundamentais na Justiça de Menores

A Justiça de menores define como principais objectivos por um lado a promoção do bem-estar dos jovens e, por outro, atendendo ao principio da proporcionalidade, que as decisões relativamente aos delinquentes juvenis tenham em conta a gravidade do delito e as circunstâncias pessoais daquele, conforme é definido na regra 5 da Resolução nº40/93 da Assembleia Geral das Nações Unidas: “O sistema de Justiça de menores deve dar a maior importância ao bem-estar dos jovens e assegurar que qualquer decisão em relação aos delinquentes juvenis seja sempre proporcional às circunstâncias especiais tanto dos delinquentes como do delito.”

Antes de mais, há que abrir aqui um parêntesis de forma a clarificar estes 3 conceitos jurídicos:

Menor é qualquer criança ou jovem que em relação ao sistema jurídico considerado, pode ser punido por um delito de forma diferente da de um adulto;

Delito é um qualquer comportamento (acto ou omissão) punível por lei em virtude do sistema jurídico considerado;

Delinvente Juvenil é qualquer criança ou jovem acusado de ter cometido um delito ou considerado culpado de ter cometido um delito.

Importa pois conhecer para além do contexto de ocorrência do delito a personalidade e as necessidades específicas dos menores com vista à sua reintegração social.

Assim, a proporcionalidade da decisão deve ser influenciada pelo quadro social e psicoafectivo de referência do menor, aspectos que deverão ser alvo de um inquérito exaustivo, informação a ser obtida através dos instrumentos de assessoria técnica mais adequados ao caso: “Os relatórios de inquérito social (relatórios sociais ou relatórios pré-sentenciais) são uma ajuda indispensável na maior parte dos casos referentes a processos judiciais contra jovens delinquentes. A autoridade competente deve ser informada sobre os factos importantes referentes ao menor, tais como os seus antecedentes sociais e familiares, a sua escolaridade, as suas experiências em matéria de educação, etc(..)” (Regras de Beeijing, regra 16.1).

A noção de devir característico do desenvolvimento Humano e particularmente da adolescência não é aqui esquecida, tornando-se pedra basilar relativamente às medidas tomadas no que respeita aos menores, conforme é patente na alínea e) da directriz 5 das Directrizes de Riade: “O comportamento ou conduta juvenil que não é conforme às normas e valores sociais gerais, faz muitas vezes parte do processo de maturação e crescimento e tende a desaparecer espontaneamente na maior parte dos indivíduos na transição para a vida adulta.”

Por este motivo “(..) o sistema de Justiça de menores deve continuar a caracterizar-se pelo seu objectivo educativo e de inserção social(..)” (Recomendação nºR(87)20, Preâmbulo).

Com vista à prossecução deste objectivo, deverão ser criadas medidas e mecanismos facilitadores do tratamento e reinserção social destes menores: “Os Estados Partes reconhecem à criança suspeita, acusada ou que se reconheceu ter infringido a lei penal, o direito a um tratamento capaz de favorecer o seu sentido de dignidade e valor, reforçar o seu respeito pelos direitos do Homem e as liberdades fundamentais de terceiros e que tenham em conta a sua idade e a necessidade de facilitar a sua reintegração social e o assumir de um papel construtivo no seio da sociedade” (Convenção dos Direitos da Criança, artº40º, nº1);

“Um conjunto de disposições relativas, nomeadamente à assistência, orientação e controlo, conselhos, regime de prova, colocação familiar, programas de educação geral e profissional, bem como outras soluções alternativas às institucionais, serão previstas, de forma a assegurar às crianças um tratamento adequado ao seu bem-estar e proporcionado à sua situação e à infracção” (Convenção dos Direitos da Criança, artº40º, nº4).

“As garantias fundamentais do processo, tais como a presunção de inocência, o direito de ser informado das acusações, o direito de não responder, o direito à assistência judiciária, o direito à presença dos pais ou tutor, o direito de interrogar e confrontar testemunhas e o direito ao recurso serão asseguradas em todas as fases do processo” conforme é definido através da 7.1 das Regras de Beeijing.

Assim, o processo a que o menor será sujeito deve ser justo e equitativo, respeitando os princípios da proporcionalidade, intervenção mínima e reserva da vida privada, como veremos de seguida.

Deste modo, a regra 8 do mesmo documento sublinha a importância da protecção da vida privada do menor, que deve ser assegurada em todas as fases processuais a fim de evitar a sua estigmatização social pelos efeitos nocivos da publicidade e da sua identificação/rotulação como delinquente.

A celeridade processual também é focada na regra 20.1 das Regras de Beeijing que defende que a morosidade processual poderá por em causa os objectivos adjacentes às medidas a aplicar ao menor em sede de julgamento: “A rapidez dos processos nos assuntos referentes aos jovens delinquentes é da maior importância senão ficará comprometida qualquer solução satisfatória que o processo e o julgamento poderiam permitir. Quanto mais tempo passar, mais difícil será ao menor, senão impossível, fazer a ligação entre o processo e o julgamento com o delito, tanto do ponto de vista intelectual como psicológico.”

Por outro lado e de acordo com as regras de Beeijing e as Orientações de Riade o processo judicial, no caso dos menores, deverá ser encarado como último recurso, procurando-se sempre que possível utilizar medidas extra-judiciais: “Os departamentos formais de controlo social só devem ser utilizados como instrumento de último recurso”

(Directrizes de Riade, directriz 6.); “Sempre que possível tentar-se-á tratar o caso dos delinquentes juvenis evitando o recurso a um processo judicial (...)”; “O recurso a meios extra-judiciais (..) implica muitas vezes, o encaminhamento para os serviços comunitários é comumente aplicado, de forma oficial e oficiosa, em muitos países. Esta prática permite evitar as consequências negativas de um processo normal na administração da Justiça de meno “(Regras de Beeijing, regra 11.1.).

A revisão da legislação internacional sobre Direito de Menores coloca o ênfase na necessidade dos sistemas adoptados pelos vários Estados funcionarem de forma firme e benevolente relativamente aos delinquentes juvenis, por forma a que o contacto dos menores com o aparelho da Justiça possa influenciar positivamente a atitude daqueles face ao Estado e à sociedade.

Neste contexto, os conceitos de protecção e responsabilização assumem preponderância, promovendo-se por um lado, que o contacto do delincente juvenil com as entidades repressoras seja o menos oneroso possível mas, por outro, que também seja propedêutico no que respeita à sua conduta futura e ao respeito pelas normas e valores sociais vigentes.

Esta filosofia, conforme veremos na próxima secção, encontra-se também espelhada na Legislação Portuguesa, sobretudo desde a introdução da Lei Tutelar Educativa na ordem jurídica nacional.

DIREITO PORTUGUÊS: A LEI TUTELAR EDUCATIVA

Com o passar dos anos, o papel dos menores delinquentes tem sofrido diversas alterações no contexto da Justiça Portuguesa, nomeadamente no que se refere ao seu protagonismo e responsabilização.

Com a entrada em vigor da Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/ 99, de 14 de Setembro) que veio substituir a Organização Tutelar de Menores no que se refere aos menores agentes de actos qualificados como crimes pela lei penal, o delincente juvenil deixa de ser encarado como vítima do sistema em que se encontra inserido, passando a assumir protagonismo e responsabilidade pelo seu comportamento desviante.

Conceitos como responsabilidade, autonomia, autocrítica e necessidades de educação para o Direito, “recheiam” a legislação supramencionada, implicando grandes adaptações no que se refere aos recursos e técnicas a aplicar.

Considerando menores delinquentes aqueles com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos de idade que “sejam agentes de algum facto qualificado pela lei penal como crime ou contravenção” (Proposta de Lei nº 266/ VII, de 17 de Abril).

Princípios da Lei Tutelar Educativa

Analogamente ao que é preconizado na legislação internacional sobre menores, a intervenção tutelar educativa assegura as garantias constitucionalmente consagradas, preconizando o respeito pelos princípios da proporcionalidade, da intervenção mínima e de adequação às suas finalidades, no respeito pela vida privada e da dignidade do individuo e da sua família.

A rapidez processual deve estar em consonância com a noção de devir que caracteriza a fase da adolescência, implicando assim a redução de prazos e simplificação das fases processuais com vista à celeridade do processo.

As medidas tutelares educativas encontram-se elencadas por ordem de gravidade no artº4º da Lei Tutelar Educativa com o título “princípio da legalidade”, que passamos a enumerar: “admoestação”; “privação do direito de condizir ciclomotores”; “reparação ao ofendido”; “imposição de regras de conduta”; “imposição de obrigações”; “frequência de programas formativos”; “acompanhamento educativo” e internamento em “centro educativo”.

Neste contexto, “a medida tutelar educativa deve ser proporcionada à gravidade do facto e à necessidade de educação do menor para o direito manifestada na prática do facto e subsistente no momento da decisão” (art.º 7º, nº1 da Lei Tutelar Educativa).

“Na escolha da medida tutelar aplicável o tribunal dá preferência de entre as que se mostrem mais adequadas e suficientes, à medida que represente menor intervenção na autonomia de decisão e de condução de vida do menor e que seja susceptível de obter a

sua maior adesão e a adesão dos pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto” (artº6º, nº1 da Lei Tutelar Educativa).

No que respeita às fases processuais em que se desenrolam os procedimentos anteriormente abordados, a Lei prevê dois momentos distintos: a fase de inquérito, cujo objectivo consiste na realização dos meios de obtenção da prova e a fase jurisdicional. “O inquérito compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de facto qualificado pela lei como crime e determinar a necessidade de educação do menor para o direito, com vista à decisão sobre a aplicação de medida tutelar” (artº75º, nº3 da Lei Tutelar Educativa).

A fase jurisdicional compreende: “a comprovação judicial dos factos”; “a avaliação da necessidade de aplicação de medida tutelar”; “a determinação da medida tutelar”; “a execução da medida tutelar” (artº92º, nº1, alíneas a), b), c) e d) da Lei Tutelar Educativa).

A Necessidade de Educação para o Direito: Definição e Operacionalização

A necessidade de educação para o Direito, constitui o conceito central na Lei Tutelar Educativa, importando pois alcançar o seu significado jurídico, psicossocial e educativo.

A definição e operacionalização deste conceito surge sempre associada à investigação da prática delituosa que desencadeia o processo tutelar educativo, encontrando-se pois toda a intervenção junto do menor balizada pela moldura penal associada ao facto ilícito.

Os meios previstos pela Lei para a averiguação dos pressupostos inerentes à necessidade de educação para o direito, são a informação social, o relatório social, o relatório social com avaliação psicológica e a perícia sobre a personalidade, instrumentos técnicos que espelham o estilo comportamental do menor em causa e o seu quadro sócio-familiar.

A avaliação desta condição implica uma interpretação clara e objectiva acerca da personalidade do menor e a verificação de que esta possui características específicas directamente relacionadas com os factos de que aquele se encontra indiciado, ultrapassando o seu comportamento a crise de desenvolvimento adolescente.

Esta avaliação implica a verificação e análise de 3 requisitos, conforme se encontram definidos no manual elaborado pelo Instituto de Reinserção Social sobre a assessoria técnica aos Tribunais na fase pré-sentencial (IRS, 2002): A conduta do menor revela dificuldade ou incapacidade para se inserir na comunidade; O funcionamento da personalidade exprime hostilidade aos direitos dos outros e ruptura com os valores e regras mínimas de convivência social; Tal conduta é condizente com um estilo de vida pró-delinquencial.

A verificação da *dificuldade ou incapacidade pessoal para se inserir na comunidade*, implica a identificação e avaliação dos seguintes parâmetros: “estilo de vida e comportamentos de risco”, “enquadramento sócio-educativo”, “saúde”, “competências pessoais e sociais”, “atitudes delituosas” e “avaliação da personalidade” (IRS, 2002).

No que respeita ao requisito *hostilidade aos direitos dos outros e ruptura com os valores e regras mínimas de convivência social*, a sua verificação remete para a análise das seguintes dimensões: “estilo de vida e comportamentos de risco”; “enquadramento sócio-educativo”; “competências pessoais e sociais”, com relevo para a descentração e autonomia; “atitudes face ao delito e à vítima” e avaliação da personalidade (IRS, 2002).

Relativamente à *conduta condizente com estilo de vida pró-delinquencial*, a sua verificação avalia os seguintes parâmetros: “estilo de vida e comportamentos de risco”; “enquadramento sócio-educativo”; “competências pessoais e sociais”, nomeadamente descentração, pensamento consequencial e auto-controlo; “atitudes delituosas” e ainda indicadores de egocentrismo e dificuldades de envolvimento emocional. A verificação destes 3 requisitos permite estabelecer um quadro referencial avaliativo a adaptar a cada caso individual no processo tutelar educativo.

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO DE REINserÇÃO SOCIAL

Antecedentes Históricos

A acção social relativa a delinquentes teve o seu início a partir de 1867, distinguindo-se três fases na sua evolução: uma primeira fase, cuja intervenção era exclusivamente de

iniciativa privada e com fins de carácter religioso; numa segunda fase, procura-se integrar os poderes públicos com a iniciativa privada, no esforço comum de obter receitas regulares (1902 a 1936); a partir dos anos cinquenta a iniciativa pública começa a assumir predominantemente a assistência social nesta área.

Desde a reforma penal de 1884, que se sentia a necessidade de criar organizações de protecção de condenados, a existência de tais organizações torna-se uma realidade em 1902, através do então Ministério dos Assuntos Eclesiásticos e da Justiça. Nesta altura, a filosofia de base consistia na caridade, segurança e utilidade social.

Todavia, os resultados revelaram-se incipientes, declarando-se em 1932 a aprovação dos estatutos das Associações de Patronato das Prisões (APP). Esta nova organização assentava no princípio de uma acção integrada do Estado e da sociedade, o primeiro limitava-se a apoiar a iniciativa privada, a quem era deixada a acção propriamente dita. Os elementos das A.P.P. eram preferencialmente do sexo feminino.

Em 1936 dá-se a Reforma Prisional, marco essencial na reintegração social de delinquentes, o Estado reconhece a imprescindibilidade da sua acção, primeiro passo para a profissionalização dos agentes sociais. Só em 1956, com a reforma estrutural dos serviços sociais prisionais, surge uma inspecção sob a administração prisional. Esta legislação previa contudo, a possibilidade de mais tarde este serviço se autonomizar. Entre as diversas tarefas destes agentes, ressalta a elaboração de inquéritos sociais destinados a auxiliar as entidades envolvidas na individualização da pena, quer na fase de aplicação, quer na fase de execução. Estes instrumentos revelaram-se de grande utilidade para a administração prisional e para o tribunal de execução de penas.

Criação e Regulamentação

O Instituto de Reinserção Social (IRS), foi criado em Agosto de 1982, tendo a sua lei orgânica sido aprovada em Maio de 1983, a criação e aprovação da lei orgânica do IRS. surgem na sequência da reforma penal de 1982, que define como objectivos das penas a reinserção social integrada numa estratégia de prevenção da criminalidade. Esta instituição, constitui pois um instrumento de política criminal baseada em dois grandes

instrumentos jurídicos, o Código Penal, em vigor desde Janeiro de 1983 e, o Código Processual, em vigor desde Janeiro de 1988.

Nove meses após a sua criação, o Instituto consegue abandonar o regime de instalação e ver publicada a sua lei orgânica em Maio de 1983, tendo logo sido regulamentado como uma estrutura desconcentrada com correspondência directa à organização judicial.

Após a sua criação, o IRS sofreu várias reestruturações, através dos Decs.-Lei nº 58/ 95, de 31 de Março e nº 552/ 99, de 15 de Dezembro. Estas reformas tiveram consequências tanto a nível do quadro orgânico do Instituto, como a nível da sua actuação no quadro da Justiça.

Mais recentemente e, na sequência da entrada em vigor da reforma de direito de menores (Lei de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo e Lei Tutelar Educativa), dá-se nova reestruturação do Instituto através do Dec.-Lei nº 204-A/ 2001. A influência desta reorganização vai-se centrar sobretudo na área de intervenção respeitante aos menores, implicando alterações quer no âmbito dos Serviços Centrais, quer no âmbito dos Serviços Desconcentrados, que aqui não iremos aprofundar.

Ao IRS foi fixado como objectivo principal a prevenção da criminalidade, através da reinserção social de delinquentes, imputáveis e imputáveis, cumprindo medidas privativas ou não privativas da liberdade, o apoio de menores em perigo ou de difícil adaptação social, bem como a intervenção no âmbito dos processos Tutelares Cíveis.

Evolução da Instituição

No âmbito da alteração orgânica de 1995, para integrar os serviços da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores (DGSTM), a área operativa do IRS foi reformulada para “assegurar a intervenção social do sistema de Administração da Justiça com o objectivo, de proteger os direitos e interesses dos menores, prevenir a marginalização social e a delinquência, contribuindo para uma vida jurídica e socialmente integrada de menores e adultos”.

Como consequência da integração da DGSTM, as atribuições do IRS passam a incluir a execução de medidas institucionais aplicadas a menores, ou seja, a gestão dos então designados Centros de Acolhimento Educação e Formação (CAEF), com menores internados.

A concepção de reinserção social tem vindo a sofrer algumas alterações, já não se pensa apenas no indivíduo delincente como o adulto marginal que comete actos delituosos, evoluindo esta perspectiva para um conceito mais lato que inclui crianças e adolescentes, casos preocupantes para a sociedade. Por outro lado, uma maior atenção é dada aos menores em risco devido a negligência e/ou maus-tratos. O enquadramento da questão dos menores num organismo ligado à justiça representa um passo importante na evolução política e social do país, que mais cedo ou mais tarde teria de acontecer.

A recente reforma do direito de menores, consubstanciada pela Lei de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo e pela Lei Tutelar Educativa, implica uma mudança na filosofia de intervenção junto de menores, transitando-se de uma lógica exclusivamente proteccionista para uma lógica de responsabilização.

Neste contexto, dá-se a separação entre os menores vítimas e os menores agentes, passando os primeiros a ser da responsabilidade dos Serviços da Segurança Social, no caso dos processos instaurados a partir de 01/01/2001.

Áreas de Intervenção

De acordo com o objectivo e as atribuições definidas na sua lei orgânica, a actividade do IRS desenvolve-se nas seguintes áreas de intervenção:

Apoio técnico aos Tribunais de Instrução Criminal, Julgamento e Execução de Penas na aplicação e/ou execução das sanções penais e das medidas tutelares e correctivas a jovens dos 16 aos 21 anos de idade. Este apoio traduz-se sobretudo na elaboração de relatórios sociais e de personalidade sobre o arguido e/ou vítima, acompanhamento do arguido na suspensão provisória do processo; em prisão preventiva; que aguarda julgamento em liberdade; acompanhamento do indivíduo condenado em penas não privativas de liberdade (prestação de trabalho em favor da comunidade, suspensão da

execução da pena e regime de prova) e acompanhamento do indivíduo em regime de liberdade condicional.

Apoio técnico aos Tribunais em matéria de protecção e defesa dos direitos e interesses dos menores. Este apoio traduz-se sobretudo na elaboração de relatórios sociais, para aplicação das medidas tutelares e no acompanhamento do menor em medidas tutelares não institucionais.

Apoio técnico a clientes e famílias. Este apoio pode ser psicológico e social ou, económico, enquanto não intervém a acção social de outras entidades públicas ou privadas tais como: Segurança Social, Cáritas, etc...

Apoio técnico-financeiro a instituições particulares e outras organizações que prossigam objectivos complementares aos da Reinserção Social e Prevenção Criminal.

Apoio à comunidade em projectos e acções de Reinserção Social e de Prevenção da delinquência, da marginalidade e exclusão sociais.

Do que atrás foi dito, conclui-se que as jurisdições do IRS incluem as áreas de menores, família e penal. Assim, e como também já foi referido, o Instituto dá a Assessoria técnica aos Tribunais (artigo 6º. da Lei Orgânica IRS.); Apoio a Crianças, Jovens e Adultos Intervenientes em Processos Judiciais – carácter facultativo, acção social complementar (artigos 12º. e 13º. da Lei Orgânica do IRS); Articulação e cooperação comunitária (Artigo 104º. e seguintes da Lei Orgânica do IRS).

Relativamente à Assessoria Técnica aos Tribunais, esta é desenvolvida através do apoio a decisões judiciais, execução de medidas aplicadas a menores (na comunidade ou na instituição) e execução de penas e medidas aplicadas a jovens imputáveis (a partir dos 16 anos) e adultos (na comunidade ou em meio institucional).

O apoio a decisões judiciais traduz-se pela realização de relatórios que consubstanciam o diagnóstico e prognóstico da situação do menor, seus progenitores ou outras pessoas a quem sejam confiados; relatórios sociais, perícias sobre a personalidade e outras informações relativas a arguidos e a vítimas; acompanhamento do menor, do jovem ou

adulto durante o processo decisório; relatórios de avaliação do processo de acompanhamento; acções na comunidade para criação de condições favoráveis à tomada de decisões judiciais e respectiva execução; participação em audiência e em diligências judiciais; relatórios para apoio e decisões nos processos de reabilitação.

A execução de medidas aplicadas a jovens imputáveis e penas a adultos na comunidade é realizada através de planos individuais; acompanhamento com base no apoio psicossocial (princípios de voluntariedade e co-responsabilização do delincente) e controlo do cumprimento das obrigações impostas; relatórios de avaliação, periódica e final da execução; articulação e cooperação com entidades públicas e particulares que intervenham ou colaborem na execução (liberdades condicionais e para prova).

A execução de penas e medidas aplicadas a jovens imputáveis e adultos em meio institucional – articulação com a administração prisional ou instituição de internamento – é realizada através da participação no acolhimento em Estabelecimento Prisional e elaboração do diagnóstico psicológico e social; participação na elaboração e avaliação do Plano de Integração do Recluso; participação em conselhos técnicos do Estabelecimento Prisional; acompanhamento do recluso ou internado; elaboração de relatórios para apoio às decisões de concessão de liberdade e de licenças de saída prolongada; acompanhamento da situação de reclusos autorizados a sair para trabalhar ou frequentar estabelecimento de ensino ou de formação profissional.

No respeitante ao Apoio a Crianças, Jovens e Adultos Intervenientes em Processos Judiciais, este é posto em prática através do atendimento, estudo da situação e elaboração de diagnóstico; esclarecimentos e informações; encaminhamento e articulação com outros serviços.

Relativamente à Articulação Interinstitucional e Cooperação Comunitária, esta é feita com Tribunais, Comissões de protecção, Autoridades policiais, Centro de estudos judiciais, Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, Centro Protocolar de Formação, outros serviços do Ministério da Justiça, outras entidades públicas e particulares e cooperadores voluntários.

Relacionada com a articulação interinstitucional e cooperação comunitária, surge uma outra área de intervenção do I.R.S. que corresponde à informação e sensibilização da

comunidade, através das instituições particulares, de solidariedade social, da rede de cooperadores voluntários, das autarquias locais e de todo o conjunto das entidades públicas e privadas que representam a sociedade civil, participando activamente na execução da justiça de menores, jovens e adultos.

Como já foi dito atrás, o IRS intervém em articulação com:

- Tribunais, Administração Prisional e outros Serviços de Justiça;
- Entidades Públicas e Privadas dos sectores do Emprego, Saúde, Educação, Habitação e Segurança Social;
- Autarquias e Organizações locais.

Assim, esta instituição sofre de forma mais ou menos evidente os reflexos das mudanças Governamentais e respectivas opções em matéria de política criminal (alterações legislativas), na atitude e dinâmica dos próprios Magistrados dos vários tribunais e aos novos normativos.

Face às variações ocorridas na população, as problemáticas como o alcoolismo, a toxicodependência, SIDA, as situações de pobreza, o baixo nível de habilitações e a ausência de formação profissional – bem como a diversidade de solicitações das instituições públicas e privadas a nível nacional, regional e local, que regularmente envolvem o Instituto em projectos e acções de intervenção comunitária de formação do pessoal, de informação e sensibilização para a problemática da reinserção social e prevenção criminal.

Estrutura e Funcionamento da Instituição

O IRS assenta a sua organização em Serviços Centrais e Serviços Desconcentrados. Os Serviços Desconcentrados são constituídos por Direcções Regionais, Núcleos de Extensão e Equipas de Reinserção Social, foram concebidos em função da organização judiciária nacional. As Equipas são constituídas para um círculo de maior dimensão e os Núcleos de Extensão correspondem a grupos de Círculos Judiciais.

As Equipas de Reinserção Social, bem como as afectas ao apoio a tribunais de competência especializada, a estabelecimentos prisionais e Centros Educativos, constituem a base em que assenta a estrutura desconcentrada do IRS, sendo constituídas por técnicos superiores da carreira de Técnico Superior de Reinserção Social (TSRS) com formação académica de base na área das ciências humanas e sociais, designadamente, Serviço Social, Psicologia, Sociologia, Direito entre outras.

Equipas de reinserção social

Constituição

As equipas de reinserção social são constituídas por um coordenador, técnicos operativos de reinserção (técnicos superiores de reinserção social e técnicos-profissionais de reinserção social) e elementos de apoio administrativo e auxiliar.

Equipas de círculos judiciais

As equipas de reinserção social asseguram: o apoio técnico aos Tribunais na fase pré-sentencial, na execução de medidas alternativas à prisão e medidas de flexibilização da pena de prisão (e.g.: liberdade condicional, regime aberto voltado para o exterior- R.A.V.E); o apoio aos Tribunais de Execução de penas na execução de liberdades condicionais, experimentais e a título de ensaio de imputáveis e inimputáveis, residentes na respectiva área geográfica; apoio técnico aos Tribunais de Menores na avaliação e execução na comunidade de medidas relativas a menores; apoio técnico aos Tribunais de Família e Tribunais Judiciais na área de jurisdição de família (relatórios sociais no âmbito de regulação do exercício poder paternal- R.E.P.P., acompanhamento de menores); o estudo, caracterização e apoio, na sua área geográfica, a famílias de reclusos em Estabelecimentos Prisionais da área ou outros mais distantes; a intervenção em projectos e acções de informação/sensibilização e de intervenção comunitária que prossigam objectivos de reinserção social e prevenção da delinquência e da marginalidade; a articulação e cooperação a nível regional e local com Entidades públicas e particulares com competência ou capacidade de intervenção, designadamente nas áreas de emprego e formação profissional, de saúde, do apoio e tratamento da toxicod dependência, da habitação, da segurança social, da acção social, cultura e desporto.

Equipas junto dos Estabelecimentos Prisionais

A intervenção do IRS nos E.P. assegura: o apoio técnico ao respectivo Tribunal de Execução de Penas e à Administração Prisional na execução de penas de prisão e medidas de segurança de internamento, no âmbito da legislação aplicável, designadamente, a intervenção nos planos individuais de readaptação social e na preparação das saídas precárias e em liberdade condicional, experimental e a título de ensaio; o apoio psicossocial a reclusos e suas famílias; a ligação com a família e o meio social de origem do recluso, directamente e/ou através da equipa do I.R.S. no respectivo círculo judicial, com vista à preparação da saída em liberdade; a articulação com os diversos sectores da instituição prisional e demais entidades públicas e particulares; a resposta às solicitações dos Tribunais relativas a arguidos presos.

Centros Educativos

O trabalho do IRS nos seus Centros consiste em dar o apoio técnico à aplicação da medida de internamento de menores agentes de actos delituosos. Os técnicos asseguram o apoio psicológico, social e económico aos menores aí internados, promovendo a articulação com as famílias e meio social de origem. Por outro lado, os técnicos enviam regularmente relatórios, informação e pareceres ao Tribunal acerca da situação e evolução dos menores ali internados.

O objectivo destas instituições é promover o bem-estar e desenvolvimento psico-social adequado destes menores, com vista a uma futura integração social harmoniosa e prevenção da delinquência e marginalidade.

PARTE EMPÍRICA

CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO E OBJECTIVOS

DELINEAMENTO DO PROBLEMA

O problema da Delinquência Juvenil atinge hoje proporções assustadoras, deixando de estar reduzido à esfera dos agentes e suas vítimas, passando a constituir uma preocupação da Sociedade em geral.

A compreensão dos factores de risco de natureza individual e social associados a este fenómeno, constitui um conhecimento importante para a definição da origem, evolução, persistência e extinção do comportamento desviante, contribuindo de forma decisiva para tomadas de decisão mais adequadas relativamente aos menores, na medida em que a sua presença eleva as probabilidades do surgimento de determinados problemas de ajustamento.

As mudanças bio-psico-sociais e os conflitos na construção da identidade que caracterizam a adolescência, a par com as tarefas deste período de desenvolvimento, condicionam o trajecto pessoal do indivíduo.

Esta fase, definida por alguns autores como “crise”, abarca o duplo sentido de risco e de oportunidade, dado que, por um lado, a resolução da crise adolescente poderá levar à exibição de comportamentos comprometedores do próprio desenvolvimento e inserção social e familiar, que desafiam as regras e normas sociais vigentes. Por outro lado, as novas aquisições ao nível das competências pessoais e sociais poderão constituir uma oportunidade para um ajustamento comunitário adaptado.

Blos (1985), ao usar a noção de *acting-out* como tentativa de definição da adolescência está, em nossa opinião, a referir-se ao risco presente neste período da vida humana.

O desenvolvimento adolescente organiza-se em 4 áreas fundamentais: vivências individuais; caracterização das figuras parentais; caracterização familiar e situação social.

A “distorção” parcial ou completa de uma ou mais destas áreas ao longo do desenvolvimento estará muitas vezes na génese desta forma de adoecer que dá pelo nome de delinquência juvenil.

Coimbra de Matos (2002) defende esta perspectiva, afirmando que são as perdas afectivas ou abandono real, a falta de modelos de identificação capazes e a organização lacunar do Supereu que estarão na origem da delinquência.

A quebra ou perda de contacto com uma das figuras parentais e as mudanças que implicam ruptura com o meio envolvente são geradoras de risco psíquico para o sujeito.

Neste contexto, o presente trabalho propõe-se a contribuir para a compreensão do fenómeno delinencial à luz da perspectiva psicodinâmica.

OBJECTIVOS

A intervenção junto de menores delinquentes juvenis confronta-nos com uma população juvenil débil ao nível das competências pessoais e sociais, fragilidade essa que se consubstancia nas suas necessidades de educação para o Direito.

A par com os défices manifestados, surge a maior parte das vezes um enquadramento sócio-educativo que acusa fragilidades relativamente aos diversos núcleos de socialização do adolescente nomeadamente familiar, ocupacional, escolar, formativo, e grupo de pares.

Assim, o trabalho de terreno parece revelar uma forte influência entre a qualidade do suporte de que o menor dispõe nos vários contextos em que se movimenta e a “opção” por uma trajectória desviante, sendo que, a revisão bibliográfica nas áreas da criminologia e das ciências sociais e humanas vai no mesmo sentido.

É na tentativa de confirmar de forma sistemática e quantificável este saber intuitivo, que se enquadra a presente investigação, cujo objectivo geral consiste em **Identificar as variáveis familiares e ambientais associadas ao fenómeno da delinquência juvenil.**

Com este intuito, procuraremos através deste estudo explorar os conceitos de risco, suporte social e factores psicossociais, nas suas diferentes variáveis, relativamente ao fenómeno da delinquência juvenil.

Com vista a responder a estas questões estabelecemos os seguintes objectivos para a presente investigação:

1. Determinar os níveis de risco, enquanto tendência de passagem ao acto, associados à delinquência juvenil;
2. Analisar a importância da percepção do sujeito acerca do apoio recebido pelo meio envolvente – suporte social, nas suas vertentes emocional, prática e instrumental, para a ocorrência de comportamentos de risco e, conseqüentemente, na predisposição para a delinquência;
3. Avaliar a importância da estrutura e dinâmica familiar no fenómeno da delinquência juvenil;
4. Identificar a presença de sintomatologia psíquica, nomeadamente depressiva, depressivante e/ou ansiogénea, e na vertente aguda, na sua relação com a delinquência;
5. Examinar o perfil escolar associado ao comportamento desviante;
6. Identificar as variáveis em conjunto melhor contribuem para discriminar adolescentes delinquentes e adolescentes não delinquentes.

METODOLOGIA

O presente estudo comparativo *quasi-experimental*, utilizou uma metodologia baseada na comparação de dois grupos de adolescentes, delinquentes e não delinquentes, com o objectivo geral de **identificar as variáveis familiares e ambientais associadas ao fenómeno da delinquência juvenil**. Interessou-nos pois identificar os factores de risco evidenciados pelos sujeitos, associados ao comportamento desviante.

No intuito de dar resposta aos objectivos formulados seleccionamos um conjunto de instrumentos de medida; duas Escalas e um Questionário que foram aplicados a ambos os grupos em estudo.

O estudo teve um carácter transversal. A recolha de informação ocorreu durante o 3º trimestre de 2004, tendo sido assegurada pela mestranda. Decorreu na Equipa de Loures Família e Menores e nos Centros Educativos de S. Bernardino, da Bela Vista e de Caxias, no que respeita à população delincente e, no Agrupamento de Escolas Manuel da Maia no que respeita ao grupo de adolescentes não delinquentes.

Os dados obtidos foram analisados através dos métodos da análise quantitativa, utilizando o programa informático SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 13.0 para Windows.

Neste contexto, o processo metodológico inerente à presente investigação desenrolou-se em 4 etapas distintas. Numa primeira fase procedeu-se ao delineamento do problema, procurando-se reunir a documentação relacionada com o assunto seleccionado.

Num segundo tempo identificámos as variáveis a estudar e seleccionámos os instrumentos mais adequados ao seu estudo, tendo-se procedido à aplicação destes na fase da recolha de dados, os quais vieram a ser tratados numa quarta fase que permitiu chegar às conclusões com que terminamos este trabalho.

De seguida iremos descrever pormenorizadamente o processo metodológico que deu suporte à presente investigação.

VARIÁVEIS EM ESTUDO E SUA OPERACIONALIZAÇÃO

Em função dos objectivos em estudo definimos as variáveis a medir, distribuindo-se estas pelas seguintes categorias:

Variáveis Sócio-demográficas

Permitem por um lado caracterizar a situação sócio-demográfica dos participantes na investigação e, por outro, tirar elações relativamente à influência destas características no fenómeno em estudo (Objectivos 5 e 6).

- Sexo
- Idade
- Escolaridade

Variáveis caracterizadoras do posicionamento dos sujeitos face ao aparelho da Justiça (apenas para a amostra de adolescentes delinquentes)

Permitem identificar o tipo e características das medidas tutelares educativas a que os menores delinquentes se encontram sujeitos:

- Medidas Tutelares Educativas
- Regime de internamento (apenas para a amostra de adolescentes delinquentes a cumprirem medida de internamento em Centro Educativo)

Variáveis Principais

Risco (Objectivos 1 e 6)

Versando o presente trabalho sobre a delinquência juvenil, a avaliação da tendência de recurso ao acto, afigura-se fundamental na comparação de adolescentes delinquentes e não delinquentes.

Suporte Social (Objectivos 2 e 6)

Considerando a importância do conceito de suporte social, descrita no sub-capítulo *suporte social e delinquência*, importa pois proceder à avaliação do suporte social percebido pelos adolescentes delinquentes e não delinquentes.

Factores Psicossociais (Objectivos 3, 4, 5 e 6)

Incluem factores familiares, escolares, comunitários e clínicos, cuja presença importa diferenciar face ao fenómeno da delinquência juvenil, encontrando-se os mesmos definidos de acordo com os critérios estabelecidos por Matos (1991) no Questionário Psicossocial, apresentado na secção deste trabalho relativa aos instrumentos.

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Nesta investigação participaram 132 sujeitos.

QUADRO 1 DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS DA AMOSTRA TOTAL PELA VARIÁVEL SEXO

	Frequência	%
Feminino	60	45,5
Masculino	72	54,5
Total	132	100,0

A amostra é constituída por 60 adolescentes do sexo feminino e 72 do sexo masculino (Quadro 1).

QUADRO 2 DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA AMOSTRA TOTAL

Idades	Frequência	%
13	7	5,3
14	39	29,5
15	33	25,0
16	31	23,5
17	18	13,6
18	3	2,3
19	1	0,8
Total	132	100,0

Os jovens que participaram nesta investigação têm idades compreendidas entre os 13 e os 19 anos de idade, sendo a média etária de 15,20 anos, no Quadro 2 podemos observar a distribuição dos adolescentes pelos vários escalões etários.

QUADRO 3 DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS DA AMOSTRA TOTAL PELA VARIÁVEL ESCOLARIDADE

	Frequência	%
Frequência do 1º ciclo	1	0,8
1º ciclo	23	17,3
2º ciclo	108	81,2
Total	132	100

Conforme é visível no Quadro 3, mais de 80% dos sujeitos da amostra total apresenta um grau de escolaridade ao nível do 2º ciclo do Ensino Básico, sendo que, apenas um sujeito não completou o 1º ciclo do Ensino Básico, possuindo os restantes 17,3% o 1º ciclo.

Desta amostra de 132 sujeitos, 42 eram adolescentes delinquentes, a cumprirem Medidas Tutelares de Acompanhamento Educativo ou de Internamento em Centro Educativo e 90 eram não delinquentes.

Caracterização da Sub-amostra de Adolescentes não Delinquentes

Esta sub-amostra é constituída por 90 adolescentes, pertencentes a algumas turmas do Agrupamento do Agrupamento de Escolas Manuel da Maia, sito em Lisboa. Após autorização por parte da Comissão Instaladora daquela Instituição escolar, seleccionamos os jovens que se dispuseram a participar no presente estudo, excluindo aqueles que já tivessem tido contacto com o aparelho de Justiça ou algum diagnóstico no âmbito da psicopatologia e/ou deficiência mental, com base em inquérito verbal efectuado aos docentes e aos menores em causa (tendo sido excluído um sujeito da amostra por ter respondido positivamente à primeira questão).

QUADRO 4 DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS DA AMOSTRA DE ADOLESCENTES NÃO DELINQUENTES PELA VARIÁVEL SEXO

	Frequência	%
Feminino	54	60,0
Masculino	36	40,0
Total	90	100,0

Dos 90 sujeitos que constituíam a amostra, 54 eram do sexo feminino (60%) e 36 do sexo masculino (40%), conforme consta no quadro 4.

QUADRO 5 DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA NA SUB-AMOSTRA DE ADOLESCENTES NÃO DELINQUENTES

Idades	Frequência	%
13	6	6,7
14	33	36,7
15	24	26,7
16	17	18,9
17	8	8,9
18	2	2,2
Total	90	100,0

Na amostra de adolescentes não delinquentes a média de idades é de 14,93 anos, variando as idades entre os 13 e os 18 anos, conforme é visível no Quadro 5.

QUADRO 6 DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS DA AMOSTRA DE ADOLESCENTES NÃO DELINQUENTES PELA VARIÁVEL ESCOLARIDADE

	Frequência	%
A frequentarem o 8º ano	54	60,0
A frequentarem o 9º ano	36	40,0

As habilitações académicas de todos os adolescentes não delinquentes que participaram nesta investigação correspondem ao 3º ciclo. Assim, com vista a permitir uma maior diferenciação das características escolares dos sujeitos, discriminamos a distribuição da amostra pelo 8º e 9º ano de escolaridade como é visível no quadro 6.

Caracterização da Sub-amostra de Adolescentes Delinquentes

Após autorização por parte do instituto de Reinserção Social, seleccionaram-se os Adolescentes Delinquentes, tendo sido feito *a priori* o despiste de possíveis patologias ou

deficiências mentais, através da consulta do seu dossier individual no Instituto de Reinserção Social (tendo sido excluídos dois sujeitos da sub-amostra por apresentarem patologia mental diagnosticada).

QUADRO 7 DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS DA SUB-AMOSTRA DE ADOLESCENTES DELINQUENTES PELAS MEDIDAS TUTELARES EDUCATIVAS

	Frequência	%
Acompanhamento Educativo	5	3,8
Internamento em Centro Educativo	37	28,0
Total	42	31,8

A distribuição dos menores que se encontravam a cumprir Medidas Tutelares Educativas de Acompanhamento Educativo e de Internamento em Centro Educativo está patente no Quadro 7. Os adolescentes delinquentes a cumprirem Medida Tutelar de Acompanhamento Educativo, foram avaliados na Equipa de Loures Família e Menores, por conveniência da investigadora, tendo sido neste caso, e uma vez que aquela aí desempenhava as suas funções profissionais, apenas seleccionados casos que não eram alvo da sua intervenção.

QUADRO 8 DISTRIBUIÇÃO DOS ADOLESCENTES DA SUB-AMOSTRA DE ADOLESCENTES DELINQUENTES A CUMPRIREM MEDIDA DE INTERNAMENTO EM CENTRO EDUCATIVO PELOS VÁRIOS REGIMES

	Frequência	%
Internamento em regime aberto	8	6,1
Internamento em regime semi-aberto	22	16,7
Internamento em regime fechado	7	5,3
Total	37	28

Relativamente aos adolescentes delinquentes a cumprirem Medida Tutelar de Internamento em Centro Educativo, por conveniência dos Serviços e da investigadora, foram avaliados nos Centros Educativos Padre António de Oliveira, da Bela Vista e, no caso das raparigas, no de S. Bernardino. A distribuição pelos vários regimes de internamento está patente no Quadro 8.

QUADRO 9 DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS DA SUB-AMOSTRA DE MENORES DELINQUENTES PELA VARIÁVEL SEXO

	Frequência	%
Feminino	6	14,3
Masculino	36	85,7
Total	42	100,0

A sub-amostra de adolescentes não delinquentes é composta por 6 raparigas (14,3%) e 36 rapazes (85,7%), conforme consta no quadro 9.

QUADRO 10 DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA NOS MENORES DELINQUENTES

Idades	Frequência	%
13	1	2,4
14	6	14,3
15	9	21,4
16	14	33,3
17	10	23,8
18	1	2,4
19	1	2,4

A média de idades desta amostra é de 15,78 anos, variando entre os 13 e os 19 anos. No Quadro 10, podemos observar a distribuição dos sujeitos pelos vários níveis etários.

QUADRO 11 DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS DA SUB-AMOSTRA DE ADOLESCENTES DELINQUENTES PELA VARIÁVEL ESCOLARIDADE

	Frequência	%
Frequência do 1º ciclo	1	2,38
1º ciclo	23	54,76
2º ciclo	18	42,85
Total	42	100,0

Relativamente à escolaridade, ao contrário do que se verifica na sub-amostra de adolescentes não delinquentes, mais de 50% da sub-amostra de adolescentes delinquentes apresenta um grau de escolaridade ao nível do 1º ciclo do Ensino Básico,

conforme é visível no Quadro 11. Assim pudemos concluir que o nível de escolaridade deste grupo é significativamente inferior ao do grupo de adolescentes não delinquentes.

Comparação entre Sub-amostras Relativamente às Variáveis Sócio-demográficas

Compararam-se as sub-amostra de adolescentes delinquentes e não delinquentes relativamente às variáveis sócio-demográficas sexo, escolaridade e idade, obtendo-se os dados apresentados no quadro 12.

QUADRO 12 VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRAFICAS QUE CARACTERIZAM AS SUB-AMOSTRAS DE ADOLESCENTES NÃO DELINQUENTES E ADOLESCENTES DELINQUENTES E COMPARAÇÃO ENTRE GRUPOS (MÉDIAS, DESVIO-PADRÃO OU FREQUÊNCIAS E PERCENTAGENS DOS NÍVEIS DAS VARIÁVEIS)

Variável	Sub-amostra de não delinquentes		Sub-amostra de delinquentes			Comparação entre grupos	
	M	DP	M	DP			
Idade	14,93	1,18	15,79	1,24		t=3,81 p=0,00022 gl=130	
Sexo	Rapazes	Raparigas	Rapazes	Raparigas		$\chi^2=24,49$ p=0,0000048 gl=2	
	36 40%	54 60%	36 85,7%	6 14,3%			
Escolaridade	Freq. 1º ciclo	1º ciclo	2º ciclo	Freq. 1º ciclo	1º ciclo	2º ciclo	$\chi^2=195,39$ p<0,000001 gl=4
	0	0	90 100%	1 2,38%	23 54,76%	18 42,85 %	

Verificaram-se diferenças significativas relativamente à variável sexo, sendo a percentagem de rapazes superior na sub-amostra de delinquentes ($\chi^2(2)=24,49$, p=0,0000048).

A sub-amostra de adolescentes delinquentes apresenta uma média de idades mais alta que a da sub-amostra de adolescentes não delinquentes (t (130)=3,81; p=0,00022).

No que respeita escolaridade a percentagem de sujeitos com o segundo e o terceiro ciclo é significativamente inferior na sub-amostra de adolescentes delinquentes ($\chi^2(4) = 195,39; p < 0,000001$).

INSTRUMENTOS

No presente estudo foram utilizados três instrumentos de medida psicológica: Escala de Risco Suicidário de J. Stork (ANEXO I) – (Stork, 1977, versão Portuguesa de Eufrásio, Fernandes & Dias, 1996); Questionário Psicossocial (ANEXO II) – (Matos, 1991) e a Escala Instrumental e Expressiva de Suporte Social (ANEXO III) – (Lin, 1986; Versão Portuguesa de Paixão & Oliveira, 1996).

Escala de Risco Suicidário de J. Stork

A utilização deste instrumento consubstanciou-se na necessidade de medir a variável **Risco**.

Aos 132 sujeitos da presente investigação foi aplicada a adaptação Portuguesa Portuguesa (Eufrásio, Fernandes, Lopes, Reis & Dias, 1987) da versão original Francesa da Escala de Risco Suicidário de J. Stork (Stork, 1977).

Baseada no pressuposto da existência de uma inter-relação entre o suicídio e uma tendência da personalidade responsável pela evolução de diferentes formas de comportamento auto-destrutivo, a versão original da Escala (Stork, 1977) tinha por objectivo o diagnóstico e prevenção do acto suicidário, através da delimitação de factores de risco, como sejam as variáveis relacionadas com a infância, dinâmica familiar e percepção das figuras parentais; humor negativo; sentimentos de inutilidade e baixa auto-estima, bem como, formas típicas do comportamento suicidário, como a tendência para as toxicomanias, acidentes múltiplos, doenças psicossomáticas e comportamento anti-social, sendo estas variáveis valorizadas na adaptação Portuguesa.

Na adaptação Portuguesa (Eufrásio, Fernandes, Lopes, Reis & Dias, 1987), participaram 484 sujeitos, 209 do sexo masculino e 275 do sexo feminino, com um intervalo de idades entre os 14 e os 24 anos. Os sujeitos foram seleccionados de forma aleatória em

estabelecimentos do ensino secundário em Castro Daire (47,93%), Coimbra (29,33%) e Castelo Branco (12,60%). 3% da amostra pertencia ao ensino Universitário de Coimbra e Aveiro, sendo 59,36% dos sujeitos do meio rural e 40,64% do meio urbano, 87,39% com religião católica (católica e predominantemente protestante) e 12,60% sem religião.

QUADRO 13 COMPARAÇÃO ENTRE A ADAPTAÇÃO PORTUGUESA DA ESCALA DE RISCO SUICIDÁRIO E A AFERIÇÃO DE STORK

	N	I	TS	TV
Aferição de J. Stork	50%	10%	30%	7%
Adaptação Portuguesa	39,6%	24,7%	27,5%	8%

No estudo comparativo entre a adaptação Portuguesa e a aferição de Stork verifica-se que as percentagens nos grupos de sujeitos com ideias suicidárias (I), grupos de não suicidários ou normal (N), grupos de indivíduos com tendência para o suicídio (TS) e grupos de sujeitos com tendências suicidárias verdadeiras concretizadas (TV), são semelhantes, conforme se pode observar no quadro 13.

Assim, procurou-se manter a percentagem de itens por temáticas, ficando estes com a seguinte distribuição: perda objectal (6 itens), angústia (17 itens), culpabilidade (8 itens), agressividade (4 itens), Ideais do Eu (15 itens), situação familiar (11 itens), relação com a mãe (9 itens), relação com o pai (4 itens), toxicoddependência (1 itens), psicossomática (1 itens).

Apesar de ter reduzido a escala de 175 itens para 76 na versão Portuguesa, a sua validade e precisão mantêm-se aceitáveis.

QUADRO 14 NÍVEIS DE RISCO EM FUNÇÃO DA PONTUAÇÃO

Pontuação	Escalão de Risco
0 a 63	Estado normal
64 a 79	Estado intermédio ou duvidoso
80 a 97	Fraco risco
98 a 107	Risco suicidário importante
> 107	Risco suicidário extremamente importante

Em função da pontuação obtida pelos sujeitos, consideram-se na interpretação dos resultados 5 níveis de risco, patentes no quadro 14.

Questionário Psicossocial

Com vista a avaliar as **variáveis psicossociais** associadas ao fenómeno da delinquência juvenil seleccionámos o **Questionário Psicossocial**, elaborado com base nos estudos de Matos (1991) e na reestruturação do original efectuada pelo Departamento de Psicologia da Prevenção Rodoviária Portuguesa, aplicado no âmbito do projecto de formação de jovens condutores de ciclomotores “Cicloforma”. No nosso estudo foram aplicados aos sujeitos os 30 itens principais que o compõem, organizando-se estes em torno de quatro áreas fundamentais no desenvolvimento adolescente:

- Vivências individuais do sujeito – nomeadamente a nível da escolaridade, contacto com substâncias aditivas, estruturação de rotinas, relacionamento com pares, recorrência a consultas de saúde mental, características familiares e mudanças de residência e país;
- Caracterização das figuras parentais – quer em termos de dados biográficos, quer no que respeita à percepção dos adolescentes acerca do relacionamento e satisfação ao nível da parentalidade;
- Caracterização familiar – interessando sobretudo para a presente investigação a questão da integração familiar e da estrutura e posição ocupada na fratria;
- situação social – relacionada com o auto-conceito social e físico.

A opção metodológica que conduziu à escolha deste instrumento, teve por base por um lado o facto deste equacionar a dimensão do risco na adolescência e, por outro, abarcar um leque alargado de factores familiares que nos interessava cruzar com a variável delinquência.

De acordo com o exposto anteriormente na parte teórica deste trabalho e na secção relativa à caracterização do estudo, seleccionámos 12 dos 15 factores inicialmente propostos pelo autor. Assim, fomos neste estudo analisar a relação entre a delinquência juvenil e os seguintes 12 factores:

- **Factores de instabilidade (Fi)** – privação do relacionamento contínuo e estável com um dos progenitores que possa por em risco o equilíbrio psicológico do sujeito, por situação de

qualquer situação de mudança de país ou por três ou mais mudanças de residência ou pela ocorrência de separação dos pais ao longo do processo de desenvolvimento do adolescente;

- **Pai ou mãe falecidos ou a viver no estrangeiro (Pfe)** – perda de contacto com um dos progenitores por situação de morte ou ausência permanente;

- **Posição ocupada na fratria (Lf)**;

- **Fratria reduzida (Fr)** – situação de filho único e/ou de falecimentos ou separações na fratria;

- **Fratria numerosa (Fn)** – existência de três ou mais irmãos na fratria a co-habitarem, bem como, a coexistência de irmãos uterinos e/ou consanguíneos e filhos de pais diferentes a viverem em conjunto;

- **Sistema relacional agressivo (Sra)** – a presença deste factor prende-se com a percepção por parte do sujeito de vivências objectivas ou subjectivas agressivas por parte dos pais;

- **Más relações (Mr)** – representa qualquer mau relacionamento existente entre o sujeito e os pais, irmãos e/ou professores;

- **Rejeições (Rej)** – prende-se com os sentimentos de desapoio, falta de respeito e abuso de poder sobre o sujeito por parte da família;

- **Factores depressivantes e/ou ansiogéneos (Fda)** – existência de perturbações psíquicas ao nível da família nuclear, invalidez ou situação de desemprego de um ou ambos os progenitores e percepção de infelicidade conjugal;

- **Vertente depressiva (Vd)** – traduz-se pela existência de sintomatologia depressiva, comportando as seguintes variáveis: tristeza, timidez e/ou inibição durante a infância, consulta de saúde mental do próprio, reprovações escolares por falta de interesse e tratar-se de um aluno solitário, isolado;

- **Vertente agida (Va)** – presença de comportamentos desviantes, reveladores da existência de uma tendência de passagem ao acto, avaliados através da presença de indicadores como os hábitos alcoólicos, fuga ao meio familiar e/ou escolar, sinais de agitação e reprovações derivadas de problemas de assiduidade e disciplina;
- **Insucessos escolares (Ie)** – considerado presente quando ocorrem uma ou mais reprovações desde a escola primária ao curso complementar.

Escala Instrumental e Expressiva de Suporte Social

Considerando a importância do conceito de suporte social, descrita no sub-capítulo *suporte social e delinquência* e, com vista à avaliação das variáveis associadas ao suporte social percebido pelos adolescentes delinquentes e não delinquentes – **suporte social; suporte social prático, suporte social instrumental e suporte social emocional**, utilizámos a **Escala Instrumental e Expressiva de Suporte Social** elaborada inicialmente por Lin, Dean e Ensel (Lin, Dean, & Ensel, 1986), adaptada para a população Portuguesa por Paixão e Oliveira (Paixão & Oliveira, 1996).

O estudo efectuado por Paixão e Oliveira (Paixão & Oliveira, 1996) numa amostra de 231 sujeitos da população portuguesa, onde também se procedeu à comparação com os valores obtidos na versão Americana, revelou que este instrumento possui boas qualidades psicométricas, sobretudo no que respeita à consistência interna, precisão, homogeneidade e validade.

Esta escala é constituída por 28 itens, pontuáveis de 1 a 5, respondidos numa escala tipo “Likert”, revelando-se um excelente indicador do suporte social.

De acordo a estrutura factorial realizada com a amostra normativa, a análise das respostas é feita em três eixos de factores: factor 1 – **factor emocional**, correspondente ao sentir-se apreciado e aceite, é obtido através do somatório dos itens 2, 4, 7, 8, 18, 21 e 25; factor 2 – **factor prático**, tem a ver com o suporte financeiro, sendo obtido através do somatório dos itens 1, 13 e 17 e o factor 3 – **factor instrumental**, associado aos sentimentos de excesso de responsabilidades/exigências e falta de tempo, obtido através do somatório dos itens 3, 5 e 12.

PROCEDIMENTO

No que respeita à sub-amostra de adolescentes não delinquentes, as aplicações dos 3 instrumentos decorreram em grupo, em contexto de sala de aula, antes do início da aula propriamente dita. Os grupos variavam entre 15 e os 30 sujeitos e as aplicações duraram aproximadamente entre 50 a 90 minutos.

Antes da aplicação dos instrumentos, fez-se uma breve apresentação do estudo, sendo dada a seguinte instrução: "...estamos a realizar uma investigação sobre a personalidade dos adolescentes. Agradecemos a vossa colaboração. Por favor respondam com sinceridade. Os questionários são anónimos e confidenciais. Se tiverem alguma dúvida poderão fazer as perguntas que quiserem".

De seguida os instrumentos foram distribuídos pela seguinte ordem: Questionário Psicossocial (Matos, 1991); Escala Instrumental de Suporte Social (Paixão & Oliveira, 1996); Escala de Risco Suicidário de J. Stork (Eufrásio, Fernandes, Lopes, Reis & Dias, 1987). Só quando terminadas as respostas a um questionário é que o adolescente recebia o seguinte, sendo para cada um deles dadas as respectivas instruções, individualmente, uma vez que os jovens não exibiam todos o mesmo ritmo de execução da tarefa. Este procedimento foi adoptado com vista a evitar que os adolescentes ao ficarem desocupados se tornassem distractivos para os restantes colegas.

No que se refere aos adolescentes delinquentes, os que se encontravam a cumprir medida Tutelar de Acompanhamento Educativo responderam individualmente aos instrumentos, pela mesma ordem de apresentação estabelecida para os adolescentes não delinquentes, em gabinete apropriado, na presença da investigadora. As aplicações duraram em média 60 minutos.

No que respeita aos adolescentes delinquentes que se encontravam a cumprir Medida Tutelar de Internamento em Centro Educativo as aplicações foram feitas em grupo, sendo cada um constituído por 5 a 15 sujeitos, durando as aplicações entre 60 a 120 minutos (por indivíduo). Os instrumentos foram aplicados pela mesma ordem utilizada no grupo de adolescentes não delinquentes. Antes de responderem aos questionários, foram informados de que se tratava de uma investigação acerca de "como se sentem os adolescentes" e que as suas respostas seriam anónimas e confidenciais. Pediu-se que respondessem com sinceridade. As instruções foram lidas pela investigadora, sendo

referido que se tivessem dúvidas poderiam fazer perguntas, agradecendo-se a sua colaboração.

RESULTADOS

Compararam-se os grupos de Delinquentes (D) e não Delinquentes (ND) nas variáveis em estudo.

TABELA 1 RESULTADOS (MÉDIAS E DESVIOS-PADRÃO E, NO CASO DOS FACTORES PSICOSSOCIAIS AS FREQUÊNCIAS E AS PERCENTAGENS) OBTIDOS PELA AMOSTRA TOTAL DE ADOLESCENTES E PELAS SUB-AMOSTRAS DE DELINQUENTES E NÃO DELINQUENTES NOS QUESTIONÁRIOS

Variável	Amostra total		Sub-amostra de delinquentes		Sub-amostra de não delinquentes		Comparação entre grupos
	M	DP	M	DP	M	DP	
Risco	57,50	24,93	68,95	21,45	52,17	24,74	3,781 ^a p=0,05
Suporte Social Total	93,97	16,45	95,83	14,99	90,00	18,79	Ns
Suporte Social Emocional	27,96	6,18	25,61	6,55	29,05	5,72	3,065 ^a p<0,05
Suporte Social Prático	9,05	3,10	9,47	2,54	8,85	3,32	Ns
Suporte Social Instrumental	8,84	4,52	9,95	6,99	8,33	2,59	Ns
Factores Psicossociais	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Comparação entre grupos 9,595 ^b p= 0,0002
Factores de Instabilidade Pai ou mãe falecidos ou a viver no estrangeiro	62 (47%)	70 (52%)	28 (66%)	14 (33%)	34 (37,8%)	56 (62,2%)	
Localização na Fratria*	0- 7 (7,4%) 1- 30 (31,9%) 2- 34 (36,2%) 3- 23 (24,5%)		0- 0 (0%) 1- 15 (38,5%) 2- 10 (25,6%) 3- 14 (35,9%)		0- 7 (12,7%) 1- 15 (27,3%) 2- 24 (43,6%) 3- 9 (16,4%)		11,460 ^b p=0,009
Fratria Reduzida	53 (40,2%)	79 (59,8%)	14 (33,3%)	28 (66,7%)	39 (43,3%)	51 (56,7%)	Ns
Fratria Numerosa	52 (39,4%)	80 (60,6%)	27 (64,3%)	15 (35,7%)	25 (27,8%)	65 (72,2%)	15,986 ^b p=0,0001
Sistema Relacional Agressivo	29 (22%)	103 (78%)	17 (40,5%)	25 (59,5%)	12 (13,3%)	78 (86,7%)	12,307 ^b p=0,0001
Más Relações	25 (18,9%)	107 (81,1%)	8 (19%)	34 (81%)	17 (18,9%)	73 (81,1%)	Ns
Rejeições	14 (10,6%)	118 (89,4%)	8 (19%)	34 (81%)	6 (6,7%)	84 (93,3%)	Ns
Factores Depressivantes e Ansiógenos	41 (31,1%)	91 (68,9%)	12 (28,6%)	30 (71,4%)	29 (32,2%)	61 (67,8%)	Ns
Vertente Depressiva	53 (40,2%)	79 (59,8%)	20 (47,6%)	22 (52,4%)	33 (36,7%)	57 (63,3%)	Ns
Vertente Agida	51 (38,6%)	81 (61,4%)	42 (100%)	0 (0%)	9 (10%)	81 (90%)	97,835 ^b p=0,0001
Insucessos Escolares	75 (56,8%)	57 (43,2%)	42 (100%)	0 (0%)	33 (36,7%)	57 (63,3%)	46,816 ^b p=0,0001

Nota: Amostra Total (n= 132). Sub-amostra delinquentes (n=42). Sub-amostra não delinquentes (n=90). * Relativamente a esta variável apresentamos a frequência e percentagens obtidas de sujeitos por cada lugar na fratria. ^a Teste T-Student. ^b Teste do Qui-Quadrado.

Calculámos os resultados (médias e desvios-padrão e em alguns casos frequências e percentagens) obtidos pela amostra total de adolescentes e pelas sub-amostras de delinquentes e não delinquentes nas variáveis em estudo. Estes resultados encontram-se na Tabela I.

RISCO

O teste de normalidade relativamente à variável *risco* (teste de Kolmonorv-Smirnov), mostra que apresenta uma distribuição normal ($d=1,621$ $p=0,205$). Verificou-se a existência de diferenças significativas entre as duas sub-amostras em estudo ($t(130)=3,781$; $p< 0,05$), na pontuação total obtida na escala de Risco Suicidário de Stork, obtendo o grupo de adolescentes delinquentes uma média de 68,95, o que corresponde ao estágio intermédio ou duvidoso estabelecido pelo escalão de risco desta escala e o grupo de adolescentes não delinquentes uma média de 52,17, o que corresponde ao escalão de risco-estado normal.

SUPORTE SOCIAL

O teste de normalidade relativamente à variável suporte social total da Escala Instrumental e Expressiva de Suporte Social apresenta uma distribuição normal ($d=0,061$, $p=0,200$). Verificámos não existirem diferenças significativas nesta variável ($t(130)=1,916$; $p>0,05$) entre adolescentes delinquentes e adolescentes não delinquentes;

O teste de normalidade relativamente à variável *Suporte Social Emocional*, (correspondente ao somatório dos valores obtidos pelos sujeitos nos itens da Escala Instrumental Expressiva de Suporte Social 2, 4, 7, 8, 18, 21 e 25), apresenta uma distribuição normal ($d= 0,075$, $p= 0,069$). Verificou-se a existência de diferenças significativas entre os dois grupos nesta esta variável, sendo que os adolescentes não delinquentes percebem mais apoio emocional que os adolescentes delinquentes ($t(130)= 3,065$; $p<0,05$);

O teste de normalidade relativamente à variável *Suporte Social Prático*, (correspondente ao somatório dos valores obtidos pelos sujeitos nos itens da Escala Instrumental Expressiva de Suporte Social 1, 13 e 17), revela que esta não apresenta uma distribuição normal ($d=0,101$, $p=0,002$). Verificou-se, através da aplicação do teste de Mann-Whitney, não existirem diferenças significativas entre os dois grupos de adolescentes na variável *suporte social prático* ($z=1,218$; $p=0,233$);

O teste de normalidade relativamente à variável *Suporte Social Instrumental* (correspondente ao somatório dos valores obtidos pelos sujeitos nos itens da Escala

Instrumental Expressiva de Suporte Social 3, 5 e 12), revela que esta não apresenta uma distribuição normal ($d=0,184$, $p=0,0001$). Verificou-se também, através da aplicação do teste de Mann-Whitney, não existirem diferenças significativas entre os dois grupos de adolescentes na variável *suporte social instrumental* ($z=-1,115$; $p=0,265$).

SUPORTE SOCIAL E RISCO

Não se obteve uma correlação significativa entre a variável suporte social total e a variável *risco* ($r=-0,230$; $p=0,143$). No que respeita ao suporte social prático a correlação foi igualmente não significativa ($r=-0,029$, $p=0,855$), bem como no suporte social instrumental ($r=0,059$, $p=0,029$). Finalmente, a correlação entre suporte social emocional e risco foi significativa ($r=-0,337$, $p=0,029$).

FACTORES PSICOSSOCIAIS

Relativamente aos Factores Psicossociais, a maior parte dos sujeitos delinquentes apresenta Factores de Instabilidade (Fi) (66,7%), verificando-se que, uma maior percentagem de indivíduos não delinquentes (62,2%) não apresenta factores de instabilidade ($\chi^2=9,595$, $df=1$, $p=0,0002$) relativamente aos adolescentes delinquentes.

Verificaram-se diferenças significativas entre as frequências de sujeitos delinquentes e não delinquentes que apresentam o pai ou mãe falecidos ou a viver no estrangeiro (Pfe) ($\chi^2=4,470$, $df=1$, $p=0,0034$), sendo que 28% dos indivíduos delinquentes apresentam este factor e apenas 13,3% do grupo dos adolescentes não delinquentes o apresentam.

Relativamente às variáveis relacionadas com a fratria a que pertencem os sujeitos, verificou-se a existência de diferenças significativas entre o grupo de adolescentes delinquentes e não delinquentes no que respeita à variável Posição Ocupada na Fratria ($\chi^2=11,460$, $df=3$, $p=0,009$), não sendo no entanto possível tirar conclusões sobre esta matéria.

No que respeita à variável Fratria Reduzida (Fr), verificaram-se diferenças significativas entre os dois grupos em estudo ($\chi^2=1,192$, $df=1$, $p=0,0275$), estando presente em 56,7% dos casos de não delinquentes e em 66,7% dos casos de delinquentes.

Verificaram-se diferenças altamente significativas relativamente à variável Fratria Numerosa (Fn) ($\chi^2 = 15,986$, $df=1$, $p=0.0001$) (64,3% no caso dos adolescentes delinquentes contra os 22,2% encontrados nos não delinquentes).

Verificaram-se diferenças altamente significativas relativamente à variável Sistema Relacional Agressivo (Sra) ($\chi^2 = 12,307$, $df=1$, $p=0.0001$) (86,7% dos não delinquentes apresenta este factor contra 59,5% no caso dos delinquentes).

Não se verificaram diferenças significativas no que respeita à variável Más Relações (Mr) ($\chi^2=0,0001$, $df=1$, $p=0.983$) (81,1% no caso dos não delinquentes e 81% no caso dos delinquentes).

Verificaram-se diferenças significativas no que respeita à variável Rejeições (Rej) ($\chi^2=4,630$, $df=1$, $p=0.0319$) (93,3% no caso dos não delinquentes e 81% no caso dos delinquentes).

Não se verificaram diferenças significativas no que respeita à variável Factores Depressivantes e Ansiógenos (Fda) ($\chi^2 = 0,178$, $df=1$, $p=0.673$) (67,8% no caso dos não delinquentes e 71,4% no caso dos delinquentes).

Não se verificaram diferenças significativas no que respeita à variável Vertente Depressiva (Vd) ($\chi^2 = 1,429$, $df=1$, $p=0.232$) (63,3% no caso dos não delinquentes e 52,4% no caso dos delinquentes).

Verificaram-se diferenças altamente significativas relativamente à variável Vertente Agida (Va) ($\chi^2 = 97,835$, $df=1$, $p=0.0001$) (100% no caso dos adolescentes delinquentes, sendo que, apenas 10% dos indivíduos não delinquentes apresenta este factor).

Verificaram-se diferenças altamente significativas relativamente à variável Insucessos Escolares (Ie) ($\chi^2 = 46,816$, $df=1$, $p=0.0001$) (100% no caso dos adolescentes delinquentes e 36,7% para os não delinquentes).

ANÁLISE DISCRIMINANTE

Com vista a compreender quais as variáveis que em conjunto melhor diferenciam os adolescentes delinquentes dos adolescentes não delinquentes realizámos uma análise discriminante.

A análise discriminante realizada foi do tipo *stepwise forward* onde é seleccionada uma variável em cada passo, para constituir a função discriminante, a partir das variáveis submetidas à análise. Todas as variáveis em estudo foram inicialmente submetidas à análise.

QUADRO 15 RESUMO DA ANÁLISE DISCRIMINANTE PASSO-A-PASSO

Passos	Variável	Lambda de Wilks	gl1	gl2	gl3	F	gl1	gl2	P
1	Vertente agida	0,291	1	1	92	224,25	1	92	0,000
2	Insucessos Escolares	0,272	2	1	92	121,66	2	91	0,000
3	Factores de instabilidade	0,257	3	1	9	86,63	3	90	0,000
4	Suporte Social Factor Práctico	0,246	4	1	92	68,10	4	89	0,000
5	Suporte Social Total	0,235	5	1	92	57,14	5	88	0,000

O método de selecção usado foi o de minimização do Lambda de Wilks, no qual, a primeira variável escolhida é aquela que apresenta um Lambda de Wilks inferior, ou seja, a que se apresenta como mais discriminativa, explicando uma maior percentagem da variância total. Nos passos seguintes, são acrescentadas variáveis, uma em cada passo que, associadas às variáveis já seleccionadas, permitem explicar a maior percentagem de variância total. O número de funções discriminantes obtidas será, no máximo, igual ao número de grupos a discriminar, menos um.

A função discriminante foi obtida ao fim de 5 passos. No Quadro 15 apresenta-se um resumo da análise discriminante passo a passo. São apresentadas as variáveis seleccionadas em cada passo, a percentagem de variância total nos resultados que não pode ser explicada pela pertença aos grupos (Lambda de Wilks), os graus de liberdade, o valor de F que vai sendo atingido em cada passo e os respectivos graus de liberdade e níveis de significância. A função discriminante encontrada é significativa apresentando um Lambda de Wilks de 0,235 ($\chi(5)^2=129,430$, $p<0,001$).

QUADRO 16 MATRIZ ESTRUTURAL DAS VARIÁVEIS DO MODELO

	Correlação das variáveis com a função discriminante
Vertente Agida	0,866
Insucessos Escolares	0,364
Suporte Social Total	-0,097
Suporte Social Factor Práctico	0,065
Factores de Instabilidade	0,015

No Quadro 16 apresenta-se a matriz estrutural das variáveis introduzidas no modelo. Enquanto os valores dos coeficientes estandardizados são, sobretudo, importantes para objectivos de classificação, os resultados das correlações das variáveis com as funções discriminantes serão mais consentâneos com a interpretação do significado das diferenças entre os grupos relativamente a cada variável (veja-se Betz, 1987).

Assim, verifica-se que as variáveis que discriminam significativamente o grupo de adolescentes delinquentes do grupo de não delinquentes por ordem de importância são: vertente agida; insucesso escolar; suporte social-total; suporte social-factor práctico; factores de instabilidade.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E NOVAS PISTAS DE TRABALHO

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

Sexo

O facto do grupo de delinquentes apenas contar com 6 raparigas, constitui uma limitação ao presente estudo, na medida em que condiciona eventuais comparações que tenham por base o género, dentro deste grupo.

No entanto, os 14,3% representados pelo sexo feminino na amostra, observáveis através do Quadro 9 são representativos da proporção real de menores raparigas a cumprirem Medidas Tutelares Educativas aquando da recolha dos dados na Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto de Reinserção. Aliás, demograficamente, Weiner (1995) refere que o sexo constitui a variável em que as diferenças são mais acentuadas nos jovens detidos nos EUA, numa proporção de 3,5 para 1.

Em Portugal, segundo dados recolhidas através da Estatística da Justiça patente no Observatório Permanente da Justiça Portuguesa relativos ao período entre 2001 e 2004, os menores intervenientes em processos tutelares educativos são na sua grande maioria do sexo masculino, cerca de 89,8% em 2004, acentuando-se esta tendência nos últimos anos.

Os teóricos têm atribuído esta diferença entre sexos a factores como as diferenças biologicamente determinadas, entre rapazes e raparigas, no que respeita à agressividade, socialização diferencial voltada para um estilo externalizante de lidar com as situações nos homens e internalizante nas mulheres e padrões de formação de identidade e de expectativas quanto aos respectivos papéis diferenciados entre sexos (Widom, 1989).

Worrall, A. (2001), defende por sua vez, que as mulheres saem do crime mais rapidamente, o que também justificaria a sua presença em minoria face ao aparelho da Justiça.

Por outro lado, os dados também sugerem que a reacção da comunidade aos problemas comportamentais dos adolescentes e, conseqüentemente, dos Tribunais tendem a ser influenciadas pelo sexo.

Idade

O facto da sub-amostra de adolescentes delinquentes apresentar uma idade média superior à da sub-amostra de adolescentes não delinquentes, pode ter tido alguma influência nos resultados obtidos, uma vez que estas diferenças etárias poderão implicar que os sujeitos se encontrem em fases diferentes do processo psicológico característico da adolescência.

No entanto, parece-nos que estas diferenças, a existirem, serão moderadas, na medida em que ambas as amostras são constituídas por sujeitos com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos de idade, encontrando-se por isso em plena adolescência.

Escolaridade

No que se refere à escolaridade, todos os sujeitos pertencentes ao grupo de adolescentes não delinquentes estão integrados no sistema de ensino, facto que poderá representar uma limitação ao presente estudo em termos de representatividade da população adolescente em geral.

Esta opção metodológica, prendeu-se com a necessidade de controlo de possíveis variáveis estranhas, nomeadamente presença de psicopatologia ou debilidade mental e contacto com o aparelho de Justiça, facilitado através da recolha de informações acerca da amostra em meio escola.

Os resultados obtidos, revelam que a sub-amostra de adolescentes delinquentes apresenta níveis de escolaridade claramente inferiores aos obtidos pela sub-amostra de adolescentes não delinquentes, sendo estes resultados consistentes com os obtidos através do Questionário Psicossocial no que respeita aos insucessos escolares (Ie), onde as diferenças obtidas são altamente significativas a favor dos adolescentes delinquentes.

Estes resultados sugerem que, em termos de desenvolvimento, os jovens delinquentes apresentam formas de processamento mental diferenciadas que lhes limitam a capacidade de investir em tarefas de índole intelectual, factor que possivelmente justificará o baixo rendimento escolar que apresentam.

RISCO

Os resultados médios obtidos relativamente à variável risco, situam os adolescentes delinquentes no escalão de risco intermédio ou duvidoso estabelecido pelo escalão de risco da Escala de Risco Suicidário de Stork, situando-se os adolescentes não delinquentes no estado normal do mesmo escalão de risco.

Estes resultados estão de acordo com a teoria psicanalítica que encara o delito como um sinal de conflito interno e com os pressupostos teóricos de que existem diferenças internas ao nível da depressividade e do agir, reveladas pela incapacidade de elaboração depressiva e conseqüente fragilidade expressa através das condutas de risco evidenciadas por parte dos adolescentes delinquentes.

As constatações a que chegámos relativamente a esta variável corroboram a abordagem defendida por Coimbra de Matos (1986) que procura explicar o fenómeno da delinquência como um “defeito adaptativo” que leva à passagem ao acto delincente.

SUPORTE SOCIAL

O facto de não se verificarem diferenças significativas entre os resultados obtidos pelas sub-amostras de adolescentes não delinquentes e delinquentes relativamente ao suporte social total, suporte social instrumental e suporte social prático, verificando-se diferenças significativas no que respeita ao suporte social emocional, sendo que, os adolescentes não delinquentes percebem mais apoio emocional que os adolescentes delinquentes, indiciam que não são tanto as condições externas/práticas que diferenciam os dois grupos em estudo, mas essencialmente as questões internas e emocionais.

Assim, tendo em conta a importância da função que possibilita ao indivíduo operar as transformações internas e externas necessárias com vista a lidar com o seu próprio sofrimento (Oliveira, 1998), as diferenças obtidas entre os dois grupos na variável Suporte Social Emocional, bem como, a correlação positiva significativa obtida entre as variáveis suporte social emocional e risco, indiciam a impossibilidade revelada pelos adolescentes

delinquentes em organizar a percepção do outro como elemento transformador dos seus conteúdos.

Estes resultados conjugados com os obtidos no factor psicossocial Vertente Agida (Va), revelam que os jovens delinquentes tenderão a recorrer ao acto como transformador dos seus conteúdos.

FACTORES PSICOSSOCIAIS

O facto da maior parte dos sujeitos que constituem a sub-amostra de adolescentes apresentar factores de instabilidade ao contrário do que sucede com a sub-amostra de adolescentes não delinquentes, bem como as diferenças obtidas entre os dois grupos relativamente ao factor pai ou mãe falecidos ou a viver no estrangeiro, indicam que a privação do relacionamento contínuo e estável com um dos progenitores e a perda de contacto com um dos progenitores por situação de morte ou ausência permanente, representam factores cuja presença é importante relativamente ao fenómeno da delinquência juvenil.

Estes resultados apoiam as ideias de Winnicott e dos outros autores defensores da abordagem psicodinâmica da delinquência que preconizam a importância das carências afectivas, rejeição, morte ou separação ao nível da formação da estrutura delinquencial. Também vão no mesmo sentido dos construtos de Bowlby (1969), acerca do papel nefasto da privação e separação da figura materna durante os primeiros anos de vida, figurando entre os factores precipitadores da delinquência.

Relativamente à variável Posição Ocupada na Fratria, embora tenhamos encontrado diferenças significativas nos resultados obtidos pelos dois grupos, não nos é possível tirar daí ilações. No entanto consideramos que esta questão merece um estudo mais aprofundado através da utilização de instrumentos de avaliação mais “finos” em investigações futuras. As diferenças encontradas reforçam a unanimidade dada pelas diversas abordagens sobre o problema da delinquência juvenil em dar relevo à estrutura e funcionamento da família na génese e expressão do fenómeno em estudo.

As diferenças obtidas entre os dois grupos em estudo relativamente ao factor Fratria Reduzida, a favor da sub-amostra de adolescentes delinquentes, parecem indicar que a

situação de filho único e/ou de falecimentos ou separações na fratria está de alguma forma associada à delinquência juvenil.

No que se refere ao factor Fratria Numerosa, foram encontradas diferenças altamente significativas entre as duas sub-amostras em estudo, sendo a presença deste factor muito mais pronunciada no caso dos adolescentes delinquentes. Estes resultados poderão explicar-se devido a uma menor disponibilidade emocional na estruturação da relação por parte dos vários elementos que constituem o agregado, podendo também dever-se à ocorrência de uma supervisão mais débil nas famílias de maior dimensão, de acordo com os resultados encontrados por West e Farrington (1973).

A propósito das fratrias numerosas, poderemos colocar a hipótese de que um número elevado de elementos na família e a coexistência de irmãos uterinos e/ou consanguíneos e filhos de pais diferentes a viverem em conjunto, poderão por um lado ser geradoras de agressividade entre os elementos que compõe o agregado e, por outro, predisponentes à confusão e inversão de papéis.

Verificaram-se diferenças altamente significativas entre as duas sub-amostras em estudo no que se refere ao factor Sistema Relacional Agressivo, apresentando uma presença mais acentuada no caso dos adolescentes delinquentes. Estes resultados vão no mesmo sentido que os obtidos por Lewis, Mallouh e Webb (1989) e por Widom (1989) com crianças vítimas de maus-tratos, apoiando a ideia de que a violência familiar implica uma série de factores de risco directos e indirectos adicionais no que concerne aos problemas comportamentais.

Os dados obtidos sugerem que os adolescentes delinquentes apresentam dificuldades de elaboração depressiva, tendendo a optar pela externalização dos afectos negativos por via da acção.

Relativamente ao factor Más Relações, não se encontraram diferenças significativas entre os grupos estudados, verificando-se no entanto, uma presença intensa deste factor em ambas as sub-amostras em estudo. Estes resultados prendem-se possivelmente com o facto de ambos os grupos em estudo se encontrarem em plena fase adolescente, caracterizada pela procura de pares em detrimento da família de quem o adolescente tende, durante este período, a afastar-se e até por vezes entrar em conflito.

No que respeita à variável Rejeições, encontraram-se diferenças significativas entre as duas sub-amostras em estudo, verificando-se a sua presença sobretudo no caso dos adolescentes não delinquentes. Estes resultados indiciam que os adolescentes não delinquentes tendem a avaliar de uma forma mais negativa as suas famílias, demonstrando uma maior susceptibilidade ao desapoio, falta de respeito e abuso de poder por parte da família.

Estes dados são consistentes com a experiência da intervenção junto de menores delinquentes que, por um lado, denotam fortes dificuldades em caracterizar a família negativamente e, por outro, tendem a apresentar uma interiorização de regras de relacionamento interpessoal deturpada que os impede de identificar situações de abuso de poder e de falta de respeito.

No que concerne ao factor insucessos escolares, conforme já referimos, encontrámos diferenças altamente significativas entre as duas sub-amostras em estudo, encontrando-se em 100% no caso dos adolescentes delinquentes. Estes resultados, que como já vimos são consistentes com os encontrados na análise da variável sócio-demográfica escolaridade, estão em consonância com a associação entre um baixo rendimento escolar e a delinquência encontrada ao longo dos estudos sobre esta matéria, que poderá ser explicada por um baixo desenvolvimento cognitivo e problemas comportamentais durante a infância.

ANÁLISE DISCRIMINANTE

Através da análise discriminante realizada verificou-se que o conjunto de variáveis que discrimina significativamente o grupo de adolescentes delinquentes do grupo de adolescentes não delinquentes tem a seguinte constituição por ordem de importância: Vertente Agida; Insucesso Escolar; Suporte Social-total; Suporte Social-factor Prático; Factores de Instabilidade.

Conforme verificámos anteriormente, o Suporte Social-total e o Suporte Social Prático, quando analisados individualmente não contribuíram para as diferenças obtidas entre as duas sub-amostras em estudo. No entanto, quando avaliados em conjunto discriminam bem os dois grupos estudados.

Paradoxalmente, quando analisado no conjunto com as outras variáveis, o Suporte Social-factor Prático tem um sentido discriminador inverso, isto é, os adolescentes delinquentes tendem a perceber mais apoio financeiro do que os adolescentes não delinquentes.

A explicação para esta inversão discriminativa, poderá residir nas dificuldades evidenciadas pelos menores delinquentes em pensarem, consubstanciada na tendência de passagem ao acto que revelam e, portanto, conseguem analisar lucidamente a relação entre as suas necessidades reais e os recursos económicos disponíveis para as satisfazer. Assim, a percepção de um suporte recebido pelo meio envolvente deficitário e a percepção de apoio financeiro não têm grande significado quando analisados individualmente, mas quando conjugados com os factores Vertente Agida, Insucessos Escolares e factores de Instabilidade, assumem proporções importantes relativamente ao fenómeno da delinquência juvenil.

Neste contexto, pudemos imaginar o perfil do adolescente delinvente associado à presença deste conjunto de variáveis, tratando-se assim dum jovem em que é visível a presença de comportamentos desviantes, reveladores da existência de uma tendência de passagem ao acto, protagonizando um percurso escolar marcado por uma ou mais reprovações desde a escola básica até ao ensino complementar, com uma percepção de fraqueza relativamente ao apoio recebido pelo meio envolvente, embora avalie de forma positiva o apoio a nível financeiro, cujo equilíbrio psicológico foi colocado em risco pela privação do relacionamento continuo e estável com um dos progenitores.

CONCLUSÃO

A presente investigação permitiu a identificação e reflexão sobre um conjunto de factores associados ao fenómeno da delinquência juvenil numa perspectiva essencialmente psicodinâmica.

Os resultados encontrados através da metodologia aplicada, permitirão repensar a avaliação e intervenção junto de adolescentes delinquentes, bem como, perspectivar áreas menos exploradas de investigação nesta área, sobretudo no que concerne ao estudo do suporte social nesta população, cujo investimento, tanto quanto nos foi dado a perceber, tem sido nulo até à presente data.

De seguida passamos a referir resumidamente as conclusões retiradas do estudo que levámos a cabo no que se refere à delinquência juvenil:

- Os menores intervenientes em processos tutelares educativos são na sua grande maioria do sexo masculino;
- Os adolescentes delinquentes apresentam níveis de escolaridade claramente inferiores aos obtidos pelos adolescentes não delinquentes, bem como uma taxa de insucesso escolar muito superior à daqueles na ordem dos 100%;
- Os adolescentes delinquentes encontram-se no escalão de risco intermédio ou duvidoso estabelecido pelo escalão de risco da Escala de Risco Suicidário de Stork, situando-se os adolescentes não delinquentes no estado normal do mesmo escalão de risco;
- Os adolescentes delinquentes percebem menos apoio emocional que os adolescentes não delinquentes;
- Os adolescentes delinquentes apresentam mais factores de instabilidade e pai ou mãe falecidos ou a viver no estrangeiro;
- Parece existir uma estrutura e funcionamento familiar diferenciados nas sub-amostras de adolescentes delinquentes e não delinquentes;

- Foram encontradas mais fratrias reduzidas e numerosas no grupo de adolescentes delinquentes;
- Sistema relacional agressivo, apresentando aquele uma presença mais acentuada no caso dos adolescentes delinquentes;
- As variáveis que discriminam significativamente o grupo de adolescentes delinquentes do grupo de adolescentes não delinquentes por ordem de importância são: Vertente Agida; Insucesso Escolar; Factores de Instabilidade; Suporte Social-factor Prático; Suporte Social-total.

Face ao exposto, somos de opinião que a delinquência juvenil é uma “patologia do amor”, na medida em que estes jovens não foram suficientemente contidos afectivamente, também não conseguem dar aquilo que não tiveram, daí a dificuldade que evidenciam em respeitar o outro e as normas sociais.

Assim, corroboramos a tese defendida por Coimbra de Matos (2001) a propósito da intervenção na área da delinquência juvenil, cujo estudo e tratamento do problema relacional, deverá incidir no seu duplo aspecto de comunicação e transacção de afectos.

BIBLIOGRAFIA

- Alvim, F. (1957). Os Problemas da Delinquencia à Luz da Psicanálise. "*Jornal do Medico*", xxxiii (755): 541-549, Julho 1957.
- Alarcão, M. (2000). *(des) Equilíbrios Familiares*. Lisboa: Quarteto Editora.
- Amaral Dias, C. (1991). Depressão e Estado-limite na Adolescência. In. Bergeret & Reid (Eds.). *Narcisismo e Estados Limite* (pp 53-59). Lisboa: Escher.
- Amaral, S. (2005). Suporte Social nos Pacientes Hemiplégicos Vítimas de Acidentes Vascular Cerebral. Tese de Mestrado em Toxicodpendência e Patologias Sociais, Instituto Superior Miguel Torga.
- Ambrosi, A. (2002). " La Clinique de L'Aprés-acte Délinquant". Lisboa: documentação distribuída para a realização do curso monográfico – Clínica do Acto Pós-delinquente do Mestrado em Psicologia Legal, edição 2001/ 2003.
- Bagwell, C.L., Coie, J.D., Terry, R.A. & Lochman, J.E. 2000. Peer Clinique Participation and Social Status in Preadolescence. *Merril-Palmer Quarterly* 46:280-305.
- Bartholomew & Orowitz (1991). *Modelo De Vinculação*.
- Balint, M. (1959). *Falha Básica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- Benavente, R. (2002). Delinquencia Juvenil: Disfunção Social e Psicopatologia. *Análise Psicológica*, Lx V.20, nº4(out-dez 2002)pp637-645
- Bergeret, J. (1996). *A Personalidade Normal e Patológica*. Lisboa: Climepsi.
- Betz, N. E. (1987). Use of Discriminant Analysis in Counseling Psychology Research. *Journal of Counseling Psychology*, 34(4), 393-403.

- Blos, P. (1985). *Adolescência: Uma Interpretação Psicanalítica*. São Paulo: Martins Fontes
- Born, Michel (2003). *Psicologia da Delinquência*, Climepsi Editores, Lisboa, 2005.
- Bowlby, J. (1969). *Apego e Perda*, Vol.I-Apego, Martins Fontes, São Paulo, 1990.
- Braconnier. A. e Marcelli, D. (2000). *As Mil Faces da Adolescência*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Calheiros, M. (1996). Definição, Avaliação e Factores Psico-Sociais Do Mau Trato e Negligência a Crianças Na Família. Tese de Mestrado em Psicologia Social e Organizacional, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1996.
- Carvalho, I. (2004). Os Nós e as Teias. Olhares de Autoridade na Adolescência: Jovens Institucionalizados em Centros Educativos e Jovens Não Institucionalizados. Tese de Mestrado em Psicologia Legal, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Carrilho, L. (2000). Influências Familiares No Desenvolvimento De Trajectórias Desviantes em Adolescentes Institucionalizados. Dissertação de Candidatura ao Grau de Doutor, Universidade do Porto, 2000.
- Chyung, Y., Darling, N. & Caldwell, L. (2000). Parental Monitoring and Legitimacy of Parental Authority: Flip Sides of the Same Coin? *Department of Human Development and Family Studies*. Pennsylvania: State University Press.
- Coimbra de Matos, A. (2002). *O Desespero: Aquém da Depressão*. Lisboa: Climepsi.
- Dias Cordeiro, J. (1988). *Os Adolescentes Por Dentro*. Lisboa: Eds. Salamandra.
- Edwards, N. (1992). A Measurement of Delinquency Difference Between a Delinquent and Nondelinquent Sample: What Are The Implications? *Adolescence*, 31, 124, 973-991.
- Erikson, E.H. (1968). Identity. *Youth and Crisis*. New York: Norton.

Estatística da Justiça (2001-2004). Observatório Permanente da Justiça. Consultado em 01/02/2007 através de <http://www.gplp.mj.pt>.

Eufrásio, M., Fernandes, O.M., Lopes, I.C., Reis, A.R., & Dias, C.A. (1987). *Adaptação Portuguesa Da Escala De Risco Suicidário De J. Stork Para a População Portuguesa*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Farrington, D.P., Loeber, R. & Van Kammen, W.B. (1990). Long-term Universal Outcomes of Hyperactivity-impulsivity-attention Deficit and Conduct Problems in Childhood. *In Straight and Devious Pathways From Childhood to Adulthood*. Cambridge, England Cambridge University Press, pp 62-81.

Farrington, D.P., Barnes, G.C. & Lambert, S. (1996). The Concentration of Offending in Families. *Legal and Criminological Psychology* 1:47-63.

Fleming, M. (1988). Autonomia comportamental na Adolescência e Percepções das Atitudes Parentais. Dissertação de Candidatura ao Grau de Doutor em Ciências Médicas: Porto.

Foucault, M (1999). *Vigiar E Punir: História Da Violência Nas Prisões*, Editora Vozes.

Fréchette, M. & LeBlanc, M. (1987). *Delinquances et Délinquants*. Montreal, Gaetan Morin éditeur.

Freud, S. (1920). *Três Ensaios Sobre A Teoria Da Sexualidade*, Edição "Livros do Brasil", Lisboa.

Garcia Preto, N. (1989). Transformations of the Family System in Adolescence. In McGoldrick, M. (Ed.). *The changing family life cycle. A Framework for Family Therapy* (2nd ed.). Boston, Allyn and Bacon.

Greenacre, P. (1971). *Traumatisme Croissance et Personnalité*. Paris: Presses Universitaires de France.

Haapasalo, J. & Tremblay, R.E. (1994). Physically Aggressive Boys From Ages 6 to 12: Family Background, Parenting Behavior, and Prediction of Delinquency. *Journal of Consulting and Clinical Psychology* 62:1044-1052.

Henriques, A. & Lima, M. (2003). Estados Afetivos, Percepção do Risco e do Suporte Social: A Familiaridade e a Relevância como Moderadores nas Respostas de Congruência com o Estado de Espírito. *Análise Psicológica*, Lisboa, V.21,n.3 (Jul.-Set. 2003), p.375-392.

Hidelang, M. (1973). Causes of Delinquency: A Partial Replication. *Social Problems*, 20: 471-487.

Hirshi, T. (1969). *Causes of Delinquency*. Berkely, CA: University of Califórnia Press.

Institut National de Recherche sur les Transporte et Leur Securite (1990). Le Risque Accidental a L'adolescente et sa Prevention. Arcueil: Jean-Pascal ASSALLY (LPC).

Instituto de Reinserção Social (2002). *Enquadramento Juridico e Estratégia de Intervenção do IRS na Jurisdição Tutelar Educativa : Assessoria Técnica aos Tribunais na Fase Pré-sentencial*. Ministério da Justiça, não publicado.

Instituto de Reinserção Social (2003). *Intervenção do IRS na Medida Tutelar de Acompanhamento Educativo*. Ministério da Justiça, não publicado.

Jacob, O. (1994). *Questions d'Adolescents*. Christian Spitz, Edts.

Johnson, Richard, E. (1979). *Juvenile Delinquency And It's Origins – An Integrated Theoretical Approach*, Cambridge University Press, 1979.

Lewis, D.O., Mallouh, C. & Webb, J. (1989). Child Abuse, Delinquency, and Violent Criminality, *Child Maltreatment. Theory and Research on the Causes and Consequences of Child Abuse and Neglect*. New York, NY: Cambridge University Press.

Lin, N., Dean, A. & Ensel, W. (1986). *Social Support, Life Events, and Depression*. Orlando: Academic Press.

Lipsey, W. (1996). Que Concluimos nos 400 Estudos de Investigação Sobre a Eficácia e Tratamento com Jovens Delinquentes? *Infancia e Juventude*, Lx, nº3 (jul-set 1996) pp-11-31

Lock, J. (1995). Acting out and the Narrative Function: Reconsidering Peter Blos's Concept of the Second Individuation Process. *American Journal of Psychotherapy*, vol. 49, nº 4: 548-557.

Loeber, R. & Farrington, D.P., eds. (2001). *Child Delinquents: Development, Intervention, and Service Needs*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.

Malpique, C. (2003). *O Fantástico Mundo de Alice*. Climepsi Editores, Lisboa, 2003.

Marques M. (1995). Adolescência e Transgressão: Entre a Transgressão dos Limites e os Limites da Transgressão. In – Os jovens e a Justiça/Danilo Silva (org.) e outros – Lx: Apport, 1995 pp409-428

Matos, M. (1996). Adolescer e Delinquir. *Análise Psicológica* 1 (XVI): 23-29.

Matos, M. (1991). Factores de Risco Psicológico em Jovens Condutores de Motorizada e Sua Influência Relativa na Ocorrência dos Acidentes. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Matos, M. (2005). *Adolescência, Representação e Psicanálise*. Climepsi Editores, Lisboa, 2005.

Moffitt, T.E., (1993 a). Adolescence-limited and Life-course Persistent Anti-social Behaviour: a Developmental Taxonomy. *Psychological Review*, 100, pp. 674-701.

Moffitt, T.E., (1993 b). The Neuropsychology of Conduct Disorder. *Development and Psychopathology* 5: 135-151.

Negreiros, J. (2001). *Delinências Juvenís*, Editorial Notícias, Lisboa.

- Oliveira, R. (1998). Do Vínculo Ao Suporte Social: Aspectos Psicodinâmicos Em Sujeitos Com Deficiências Físicas Adquiridas. Tese de Douturamento em Psicologia Clínica, Universidade de Coimbra, 1998.
- Ornelas, J. (1994). Suporte Social: Origens, Conceitos e Áreas de Investigação. *Análise Psicológica*, 2-3 (XII): 333-339.
- Ornelas, J. (1996). Suporte Social e Doença Mental. *Análise Psicológica*, 2-3 (XIV): 263-268.
- Paixão, R. & Oliveira, R. (1996). Escala Instrumental e Expressiva do Suporte Social. *Psychologica*, 16: 83-99.
- Pannot, P. (1965). La Psychoanalyse de l'Adolescent Délinquant. *Rééducation*, Paris, A.19, nº 169 (Jan-fev 1965), pp25-28.
- Patterson, G.R., Crosby, L. & Vuchinich, S. (1992). Predicting Risk for Early Police Arrest. *Journal of Quantitative Criminology* 8: 335-355.
- Patterson, G.R., Forgatch, M.S., Yourger, K.L. & Stoolmiller, M. (1998). Variables That Initiate and Maintain an Early-onset Trajectory for Juvenile Offending. *Development Psychopathology* 10: 531-547.
- Peres, A.(2006). Do Risco à Delinquência: Estudo Exploratório. *Infância e Juventude*, Lx, nº2 (Abr.-Jun 2006), pp 115-134.
- Klein, M (1934). *Amor Culpa E Reparação e Outros Trabalhos: 1921-1945*, Imago, Rio de Janeiro, 1996.
- Selosse, D. (1983). Délinquances et Délinquants. Reflexion sur l'Articulation Entre Psychologie Criminelle et Psychologie Judiciaire. *Bulletin de Psychologie*.xxxvi, 358, 209-216.
- Saw, C. & McKay, H. (1942). *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago: University of Chicago Press.

Silva, D. (1993). Os Jovens e a Justiça. – Lisboa : APPORT, 1995-501p.; Actas do Congresso “Os Jovens e a Justiça”, de 23 a 25 Setembro de 1993.

Soares, L. (2004). Psicoterapia Psicanalítica Individual e de Grupo com Jovens Delinquentes Institucionalizados (A Procura e a Destruição do Vínculo). *Revista Infância e Juventude*: 105-122.

Sousa, M. e Galvão, S. (2000). *Introdução Ao Estudo Do Direito*. Lex, Lisboa, 2000.

Stork, J. (1977). L'échelle d'Évaluation de Risque Suicidaire, Paris, *Psychiatrie de l'Enfant*, (XX), 2: 493-517.

Strech, P. (2003). *À Margem do Amor: Notas sobre Delinquência Juvenil*. Assírio e Alvim, Lisboa, 2003.

Tremblay, R.E., Phil, R.O., Vitaro, F. & Dobkin, P.L. (1994). Predicting Early Onset of Male Antisocial Behavior From Preschool Behavior. *Archives of General Psychiatry* 51: 732-739.

Tuckman, B. (1994). *Manual De Investigação Em Educação*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, Lisboa.

Vieira, M.C.G. Risco De Suicídio Em Condutores Adolescentes. Monografia de Licenciatura. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Lisboa, 2001.

Villerbu, L.M. (1992). *Deviance, Delinquances et Psychopathie*, P. Universitaires de Rennes.

Vala, J. (1986). Caracterização dos Menores Internados nos Estabelecimentos dos Serviços Tutelares de Menores – Programa de Investigação Sobre Marginalidade e Delinquência. – Lisboa : Instituto Damião de Góis – Núcleo de Estudos Sociais.

Wasserman, A. (2002). Factores de Risco e Factores de Protecção da Delinquência Infantil. *Infância e Juventude*, Lx. nº3 (Jul-set 2002)pp51-86

Weiner, I. (1995) *.Perturbações Psicológicas Na Adolescência*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

West, D.J. & Farrington, D.P. (1973). *Who Becomes Delinquent?* London, England: Heinemann.

White, J.L., Moffitt, T.E., Earls, F., Robins, L. & Silva, P.A. (1990). How Early Can We Tell? Predictors of Childhood Conduct Disorder and Delinquency. *Criminology* 28: 507-533.

Widom, C.S. (1989). The Cycle of Violence. *Science* 244: 160-166.

Winnicott, D.W. (1984) *Deprivation and Delinquency*. London: Tavistock Publications

Worrall, A. (2005). Raparigas em Risco? Reflexões Sobre as Mudanças de Atitudes Relativamente à Delinquência de Raparigas Jovens. *Infância e Juventude*, Lx, nº2 (Abr.-Jun 2005) pp71-84

LEGISLAÇÃO

Lei nº 166/ 99, de 14 de Setembro.

Proposta de Lei nº 266/ VII, de 17 de Abril de 1999.

Dec. Lei n ° 58/95, de 31 de Março

Dec. Lei n ° 552/99, de 15 de Dezembro

Dec. Lei n ° 204-A/2001, de 26 de Julho

Lei n ° 147/99, de 1 de Setembro

Dec. Lei 314/78, de 27 de Outubro

“Regras Mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça de Menores” – Regras de Beeijing, Resolução nº40/93 da Assembleia Geral das nações Unidas

“Directrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil – Directrizes de Riade, Resolução nº45/112 da Assembleia Geral das Nações Unidas

ANEXOS

ANEXO I

Escala de Risco Suicidários de Stork

ESCALA DE J. STORK

Perguntas	Respostas	
	V	F
1 - O facto de me sentir isolado e solitário desespera-me	V	F
2 - Sou da opinião de que todo o ser humano pode, em todas as ocasiões decidir livremente.	V	F
3 - Penso muitas vezes no meu passado.	V	F
4 - Tenho muitas vezes a impressão de ser perseguido pela pouca sorte.	V	F
5 - Sinto-me culpado perante a minha mãe.	V	F
6 - Os meus pais têm para mim aspirações demasiado elevadas (eles sobrestimam-me)	V	F
7 - Sou muitas vezes atormentado pelo remorso e arrependimento.	V	F
8 - Raramente encontrei um homem de valor.	V	F
9 - Tenho muitas vezes ideias de remorso e arrependimento	V	F
10 - A minha mãe é demasiado ansiosa.	V	F
11 - A morte tem, também, algo de tranquilizante e de pacífico.	V	F
12 - As vezes passo noites sem dormir por causa de grandes preocupações.	V	F
13 - Sinto-me por vezes possuído por cóleras violentas e destrutivas.	V	F
14 - Sou muito agarrado à minha mãe	V	F
15 - Experimento muito facilmente um sentimento de culpabilidade.	V	F
16 - Alguém da minha família ou dos meus conhecimentos já se suicidou.	V	F
17 - A minha infância foi muito feliz.	V	F
18 - Os meus pais sabem (souberam) associar de modo feliz a serenidade e o afecto.	V	F
19 - Não me sinto perdido numa situação difícil.	V	F
20 - Sinto-me ou já me senti muitas vezes desesperado ou esquecido pelos meus pais.	V	F
21 - Penso muitas vezes na morte.	V	F
22 - Sinto desejo de saltar para o espaço Quando estou no cimo de uma ponte.	V	F
23 - Tenho muitas vezes dificuldades em obedecer.	V	F
24 - Perco muitas vezes a confiança em mim próprio.	V	F

25 – Sinto-me às vezes oprimido com o peso do destino.	V	F
26 – Só com dificuldades consigo arranjar amigos.	V	F
27 – Estou muitas vezes só.	V	F
28 – Já me encontrei em situações que me pareciam absolutamente sem saída.	V	F
29 – A minha mãe é muito nervosa.	V	F
30 – Posso compreender que alguém se mate para se unir na morte a um ente querido.	V	F
31 – O álcool ajuda-me a ultrapassar as situações difíceis.	V	F
32 – Pode dizer-se que a minha vida familiar é harmoniosa.	V	F
33 – Com uma tentativa de suicídio pode pôr-se à prova o destino, Deus ou a Providência.	V	F
34 – Perco-me demasiadas vezes em sonhos.	V	F
35 – Já mudei mais de três vezes de local de trabalho.	V	F
36 – A minha mãe é demasiado possessiva.	V	F
37 – Revolto-me muitas vezes contra Deus.	V	F
38 – Penso que poderia drogar-me se tivesse oportunidade disso.	V	F
39 – Desconheço o sentimento de grande desespero.	V	F
40 – Gostaria de recomeçar a minha vida noutras circunstâncias.	V	F
41 – Acho a vida de todos os dias demasiado monótona.	V	F
42 – Insurjo-me muitas vezes contra a autoridade.	V	F
43 – Sinto a minha liberdade encravada.	V	F
44 – A minha mãe está muito ligada a mim e procura muitas vezes junto de mim consolação	V	F
45 – Deixo-me impressionar facilmente por decepções e fracassos.	V	F
46 – Considero-me fechado sobre mim e um pouco melancólico.	V	F
47 – Tenho muitas vezes pesadelos.	V	F
48 – Tenho frequentemente tantos pensamentos no meu espírito, que não consigo adormecer.	V	F
49 – O meu pai influencia-me ou força-me na escolha da minha profissão.	V	F
50 – Tenho muitas vezes um sentimento de aborrecimento, falta de interesse e inutilidade.	V	F
51 – Tenho tendência a gaguejar.	V	F
52 – O meu pai tem poucas razões para se orgulhar de mim.	V	F

53 – Os meus pais impuseram-me demasiadas vezes a sua vontade.	V	F
54 – Existiram na minha família casos de doenças nervosas sujeitas a internamento numa clínica ou consulta psiquiátrica.	V	F
55 – Fico muitas vezes óbecado com pensamentos inúteis, que me fazem perder o tempo.	V	F
56 – O meu pai devia ter-me dado mais directrizes, devia ter-se ocupado mais de mim.	V	F
57 – Uma pessoa pode castigar-se a si própria com a morte.	V	F
58 – A minha mãe é para mim um exemplo.	V	F
59 – Num acesso de cólera já tive intenção de matar alguém.	V	F
60 – Sinto-me muitas vezes melancólico e deprimido.	V	F
61 – A minha profissão dá-me pouca alegria.	V	F
62 – Os meus pais não me deram a possibilidade de me desenvolver harmoniosamente.	V	F
63 – Não tenho estima suficiente por mim próprio.	V	F
64 – A temeridade e a embriaguez da velocidade seduzem-me.	V	F
65 – Bateram-me muitas vezes quando era criança.	V	F
66 – A minha mãe foi muitas vezes demasiado severa.	V	F
67 – Não condenaria o suicídio por razões morais.	V	F
68 – Não dou (ou dei) à minha mãe muita alegria.	V	F
69 – Sou muitas vezes demasiado impulsivo, demasiado impaciente, ajo demasiado depressa.	V	F
70 – O meu pai é para mim um exemplo.	V	F
71 – Tenho falta de confiança em mim mesmo	V	F
72 – Sinto-me muitas vezes exagerado, atormentado ou oprimido pelo passado.	V	F
73 – Os meus pais não deviam ter-me imposto tanto a sua vontade.	V	F
74 – Enquanto bebé ou criança pequena ainda fui colocado durante meses num infantário separado da minha mãe.	V	F
75 – A morte não representa para mim algo de ameaçador, de assustador	V	F
76 – Cometi já uma vez um delito sem ter sido descoberto pela polícia.	V	F

Grelha de Cotação da Escala de Risco Suicidário de J. Stork

Instruções

- 1) A todas as respostas assinaladas como verdadeiras são atribuídas as cotações correspondentes, à excepção de alguns itens formulados pela negativa (itens 17, 18, 19, 32, 39, 39 e 70). A esses será atribuída a pontuação correspondente (se todas as respostas forem assinaladas como falsas).
- 2) Proceder-se, em seguida, ao somatório dos pontos obtidos, sendo o resultado um valor já estandardizado, de acordo com os critérios de padronização estabelecidos.

Itens 1 - 29

N.º do Item	Cotação	
	V	F
1.....	1	
2.....	1	
3.....	1	
4.....	1	
5.....	2	
6.....	2	
7.....	3	
8.....	2	
9.....	2	
10.....	3	
11.....	2	
12.....	3	
13.....	3	
14.....	1	
15.....	2	
16.....	3	
17.....		3
18.....		2
19.....		3
20.....	3	
21.....	2	
22.....	3	
23.....	2	
24.....	1	
25.....	2	
26.....	1	
27.....	1	
28.....	3	
29.....	2	

Itens 30 - 58

N.º do Item	Cotação	
	V	F
30.....	1	
31.....	2	
32.....		3
33.....	3	
34.....	1	
35.....	2	
36.....	3	
37.....	1	
38.....	2	
39.....		3
40.....	2	
41.....	3	
42.....	3	
43.....	3	
44.....	1	
45.....	1	
46.....	2	
47.....	3	
48.....	2	
49.....	1	
50.....	3	
51.....	1	
52.....	3	
53.....	1	
54.....	2	
55.....	1	
56.....	2	
57.....	3	
58.....	2	

Itens 59 - 76

N.º do Item	Cotação	
	V	F
59.....	3	
60.....	2	
61.....	3	
62.....	3	
63.....	3	
64.....	1	
65.....	3	
66.....	3	
67.....	3	
68.....	3	
69.....	1	
70.....		1
71.....	2	
72.....	3	
73.....	3	
74.....	1	
75.....	1	
76.....	2	

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Categoria 1 ou estado “normal”, 0 – 63 - Categoria 2 ou estado intermédio ou duvidoso, 64 - 79 - Categoria 3 ou fraco risco, 80 – 97 - Categoria 4 ou risco suicidário importante, 98 - 107 - Categoria 5 ou risco suicidário extremamente importante, > 107 |
|--|

ANEXO II

Questionário Psicossocial

DADOS PESSOAIS:

- a) NOME: _____
b) IDADE: _____
c) SEXO: MASCULINO FEMININO

1 – NACIONALIDADE: _____

➤ SE NÃO NASCEU EM PORTUGAL:

- a) QUANTAS VEZES MUDOU DE PAÍS? _____
b) HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ EM PORTUGAL? _____

2 – NATURALIDADE: _____

➤ RESIDÊNCIA: CIDADE VILA ALDEIA

➤ SE MUDOU DE RESIDÊNCIA:

a) QUANTAS VEZES O FEZ? _____

b) COMO SENTIU A MUDANÇA:

- DESAGRADÁVEL
 POUCO AGRADÁVEL
 MAIS OU MENOS AGRADÁVEL
 AGRADÁVEL
 MUITO AGRADÁVEL

3 – COM QUEM RESIDE? _____

4 – PROFISSÃO: _____

➤ SE É ESTUDANTE:

a) QUE ANO FREQUENTA? _____

b) JÁ FEZ FUGAS À ESCOLA? SIM NÃO

c) SE SIM, CARACTERIZE-AS: _____

5 – HABILITAÇÕES LITERÁRIAS:

4ª CLASSE

CICLO

9º ANO

12º ANO

6 – TEM IRMÃOS?

SIM

NÃO

➤ SE SIM:

a) QUANTOS? _____

b) QUE POSIÇÃO OCUPA NA FRATERIA (GRUPO DE IRMÃOS)? _____

c) COMO CLASSIFICA A RELAÇÃO COM OS SEUS IRMÃOS?

PÉSSIMA

MÁ

MAIS OU MENOS

BOA

ÓPTIMA

7 – MANTEM ALGUMA RELAÇÃO AMOROSA?

SIM

NÃO

➤ SE SIM, CONSIDERA-A: ESTÁVEL INSTÁVEL

8 – JÁ CONSULTOU UM PSICÓLOGO OU UM PSIQUIATRA? SIM NÃO

➤ SE SIM, QUAIS OS MOTIVOS? _____

9 – CONSOME ÁLCOOL?

SIM

NÃO

➤ SE SIM:

a) FÁ-LO:

COM FREQUÊNCIA

DE VEZ EM QUANDO

b) QUE TIPOS DE BEBIDA INGERE:

CERVEJA

VINHO

BEBIDAS BRANCAS

OUTRAS -----

10 – CONSOME OUTRAS DROGAS? SIM NÃO

➤ SE SIM, QUAIS? -----

11 – PRATICA DESPORTO? SIM NÃO

➤ SE SIM, QUAL / QUAIS? -----

12 – JÁ TEVE ACIDENTES? SIM NÃO

➤ SE SIM, QUAIS?

ACIDENTE DE VIAÇÃO

ACIDENTE DE TRABALHO

ACIDENTE POR QUEDAS

ACIDENTE POR MERGULHOS

ACIDENTE CAUSADO POR OBJECTOS

ACIDENTE CAUSADO POR ANIMAIS

OUTROS -----

13 – QUAL A IDADE DO SEU PAI? -----

➤ SE JÁ FALECEU:

a) COM QUE IDADE FOI? -----

b) QUE IDADE VOCÊ TINHA QUANDO ELE FALECEU? -----

NOTA: MESMO QUE O SEU PAI TENHA FALECIDO CONTINUE A RESPONDER AOS ITENS PROPOSTOS.

14 – QUAL A ESCOLARIDADE DO SEU PAI?

- 4º CLASSE
- CICLO
- 9º ANO
- 12º ANO
- BACHARELATO
- CURSO SUPERIOR

15 – QUAL A PROFISSÃO DO SEU PAI? -----

16 – CASO NÃO RESIDA CONSIGO, COM QUEM O FAZ ACTUALMENTE? --

17 – COMO CARACTERIZA O SEU PAI? -----

18 – COMO CLASSIFICA A RELAÇÃO COM O SEU PAI?

- MUITO CONFLITUOSA
- CONFLITUOSA
- NEUTRA
- SATISFATÓRIA
- MUITO SATISFATÓRIA

19 – QUAL A IDADE DA SUA MÃE? -----

➤ SE JÁ FALECEU:

a) COM QUE IDADE FOI? -----

b) QUE IDADE VOCÊ TINHA QUANDO ELA FALECEU? -----

NOTA: MESMO QUE A SUA MÃE TENHA FALECIDO CONTINUE A PREENCHER OS ITENS PROPOSTOS.

20 – QUAL A ESCOLARIDADE DA SUA MÃE?

- 4ª CLASSE
- CICLO
- 9º ANO
- 12º ANO
- BACHARELATO
- CURSO SUPERIOR

21 – QUAL A PROFISSÃO DA SUA MÃE? -----

22 – CASO NÃO RESIDA CONSIGO, COM QUEM O FAZ ACTUALMENTE? --

23 – COMO CARACTERIZA A SUA MÃE? -----

24 – COMO CLASSIFICA A RELAÇÃO COM A SUA MÃE?

- MUITO CONFLITUOSA
- CONFLITUOSA
- NEUTRA
- SATISFATÓRIA
- MUITO SATISFATÓRIA

25 – QUANTOS ELEMENTOS VIVEM EM SUA CASA? -----

26 – COMO CLASSIFICA A RELAÇÃO ENTRE OS SEUS PAIS?

- ESTÁVEL E FELIZ
- ESTÁVEL E INFELIZ
- INSTÁVEL E FELIZ
- INSTÁVEL E INFELIZ

27 – COMO CLASSIFICA A SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA?

- MÁ
- SATISFATÓRIA
- BOA

28 – COMO SE SENTE NA SUA FAMÍLIA?

- MUITO DESINTEGRADO
- POUCO INTEGRADO
- MAIS OU MENOS INTEGRADO
- INTEGRADO
- MUITO INTEGRADO

29 – COMO DESCREVE O SEU CÍRCULO DE AMIGOS:

a) QUANTO AO NÚMERO:

- POUCOS
- ALGUNS
- MUITOS

b) QUANTO À QUALIDADE DA RELAÇÃO:

- INSATISFATÓRIA
- POUCO SATISFATÓRIA
- MAIS OU MENOS SATISFATÓRIA
- SATISFATÓRIA
- MUITO SATISFATÓRIA

30 – COMO SE CARACTERIZA:

a) A NÍVEL SOCIAL:

- POUCO SOCIAL
- MAIS OU MENOS SOCIAL
- MUITO SOCIAL

b) EM TERMOS FISICOS:

POUCO ATRAENTE

MAIS OU MENOS ATRAENTE

MUITO ATRAENTE

ANEXO III

Escala Instrumental e Expressiva de Suporte Social

ESCALA INSTRUMENTAL DE SUPORTE SOCIAL

Nome:

Data:

Sexo:

Data de Nascimento:

Idade:

Apresentam-se de seguida uma lista de problemas que por vezes as pessoas têm. O que lhe é pedido é que assinale a quantidade de vezes com que se deparou com cada uma das situações nos últimos 6 meses.

Utilize por favor a seguinte escala: **1-** Sempre ou quase sempre, **2-** Algumas vezes, **3-** Menos vezes, **4-** Raramente, **5-** Nunca

Questões	Número resposta
1. Ter problemas económicos	
2. Não ter uma pessoa amiga	
3. Ter demasiadas responsabilidades	
4. Não ter pessoas de quem possa depender	
5. Ter demasiadas exigências ao mesmo tempo	
6. Não ter uma vida sexual satisfatória	
7. Ter problemas de comunicação com as pessoas	
8. Estar pouco tempo com aqueles de que se sente mais próximo	
9. Decidir no que vai gastar o dinheiro	
10. Ter poucas responsabilidades	
11. Não ter ninguém que se preocupe com os seus problemas	
12. Ter pouco tempo de lazer	
13. Não ter dinheiro suficiente para fazer as coisas que gosta	
14. Ter problemas em relacionar-se com crianças	

(Continuação) Questões	Número resposta
15. Não ter um emprego gratificante e satisfatório	
16. Sentir-se demasiado controlado pelos outros	
17. Não ter dinheiro suficiente para comprar o que quer	
18. Não estar satisfeito com o seu estado civil	
19. Ter poucos amigos verdadeiros	
20. Ter problemas com o cônjuge/companheiro(a)	
21. Não ter ninguém que lhe dê afecto e o aceite	
22. Sentir-se demasiado dependente dos outros	
23. Há pessoas que interferem nas coisas que quer fazer	
24. Ter problemas familiares	
25. Não ter ninguém que o entenda	
26. Ter demasiado tempo livre	
27. Ter conflitos com pessoas que lhe são próximas	
28. Não conseguir ir a algum lado por falta de transporte	